



TESSITURAS E ESTRATÉGIAS:

MEMÓRIAS NEGRAS ORGANIZADAS



CASA
SUELI
CARNEIRO







FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO

rosalux.org.br

DIREÇÃO

Andreas Behn

COORDENAÇÃO DE PROJETOS

Christiane Gomes

CASA SUELI CARNEIRO

casasuelicarneiro.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Bianca Santana

Luanda Carneiro Jacoel

Natália Carneiro

COORDENAÇÃO DO CURSO

Natália Carneiro

ORGANIZAÇÃO

Natália Carneiro

Isabela Alves

FACILITADORAS

Lindinalva Barbosa

Mafuane Oliveira

AULAS TRANSCRITAS

Cláudia Adão

Dom Filó

Geovanna Perez

Elisabeth Belisário (Beth Beli)

Guilherme Soares Dias

Lande Onawale

Mãe Meninazinha de Oxum

ORALITURAS EDITORA

oralituras.com.br

PRODUÇÃO EDITORIAL

Maitê Freitas

TRANSCRIÇÃO

Agnis Freitas

REDAÇÃO FINAL

Thalita Galucci

REVISÃO

Cely Pereira

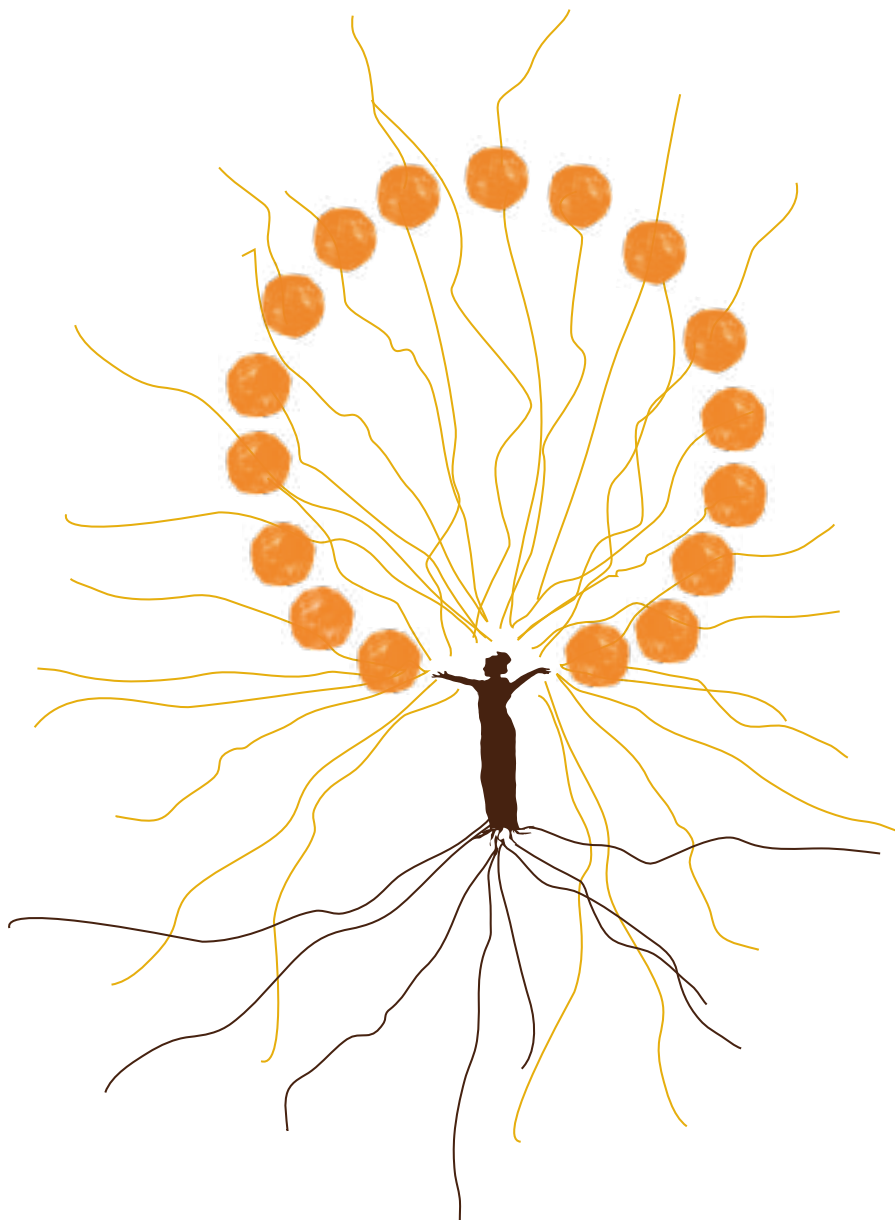
Alanne Maria

PROJETO GRÁFICO

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Silvana Martins - Estúdio Aruêra









TESSITURAS E ESTRATÉGIAS:

MEMÓRIAS NEGRAS ORGANIZADAS

1ª edição
São Paulo
2024

APRESENTAÇÃO

POR NATÁLIA CARNEIRO

As edições anteriores do curso *Fazedoras de Memória Negra* nos ensinam que a memória negra se fortalece na coletividade, alicerçada por elementos que oferecem bases sólidas para reflexão e ação.

Esse aprendizado foi o princípio norteador para a construção da terceira edição do curso realizado pela Casa Sueli Carneiro com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo.

Com o compromisso de uma construção coletiva, trouxemos de volta Mafuane Oliveira e Lindinalva Barbosa, que atuaram como mediadoras e guardiãs da memória coletiva. Elas foram acompanhadas por um conjunto de professores que trouxeram ao curso suas vivências, trajetórias, ativismos, técnicas de trabalho, religiosidades e expressões artísticas.

Para dar início ao curso em grande estilo, contamos com a participação de uma griô, Mãe Meninazinha de Oxum, que, com a generosidade própria de uma guardiã da memória, nos guiou em reflexões profundas sobre o tempo, a família e as construções coletivas. Ao transbordar todo esse conhecimento, Mãe Meninazinha de Oxum nos deu base para seguir com as aulas de Cláudia Adão, Cátia de França, Dom Filó, Geovanna Perez, Elisabeth Belisário, Guilherme Soares Dias e Lande Onawale.

A terceira edição do *Fazedoras de Memória Negra* foi realizada no formato on-line, permitindo a participação de pessoas de diversas regiões do Brasil e pela primeira vez, de outros países. A expressividade do tema central do curso se reflete no número de inscrições: mais de 800 pessoas, demonstrando como a comunidade negra está produzindo, pesquisando e cuidando da memória negra e ancestralidade.

Os textos presentes nesta publicação são as aulas transcritas dos professores citados acima. Os encontros foram seguidos de um rico debate que assim como nas edições anteriores optamos por não transcrever para preservar as trocas internas do grupo.

De todo modo, essa edição reafirma que a memória debatida nos encontros vai muito além do passado. Ao contrário, é uma construção viva e pulsante, não à toa participantes do curso se conectam também por suas histórias.

É por isso que convidamos você para ler este livro e as publicações que o antecedem: *Insumos para Ancoragem de Memória Negra e Raízes e Asas: Memória para Autonomia Negra*.

SUMÁRIO

MÓDULO 2 | ARQUIVOS - ORGANIZAÇÃO E PESQUISA

DOM FILÓ	30
GEOVANNA PEREZ	42

MÓDULO 3 | ORALIDADE E CORPOREIDADE

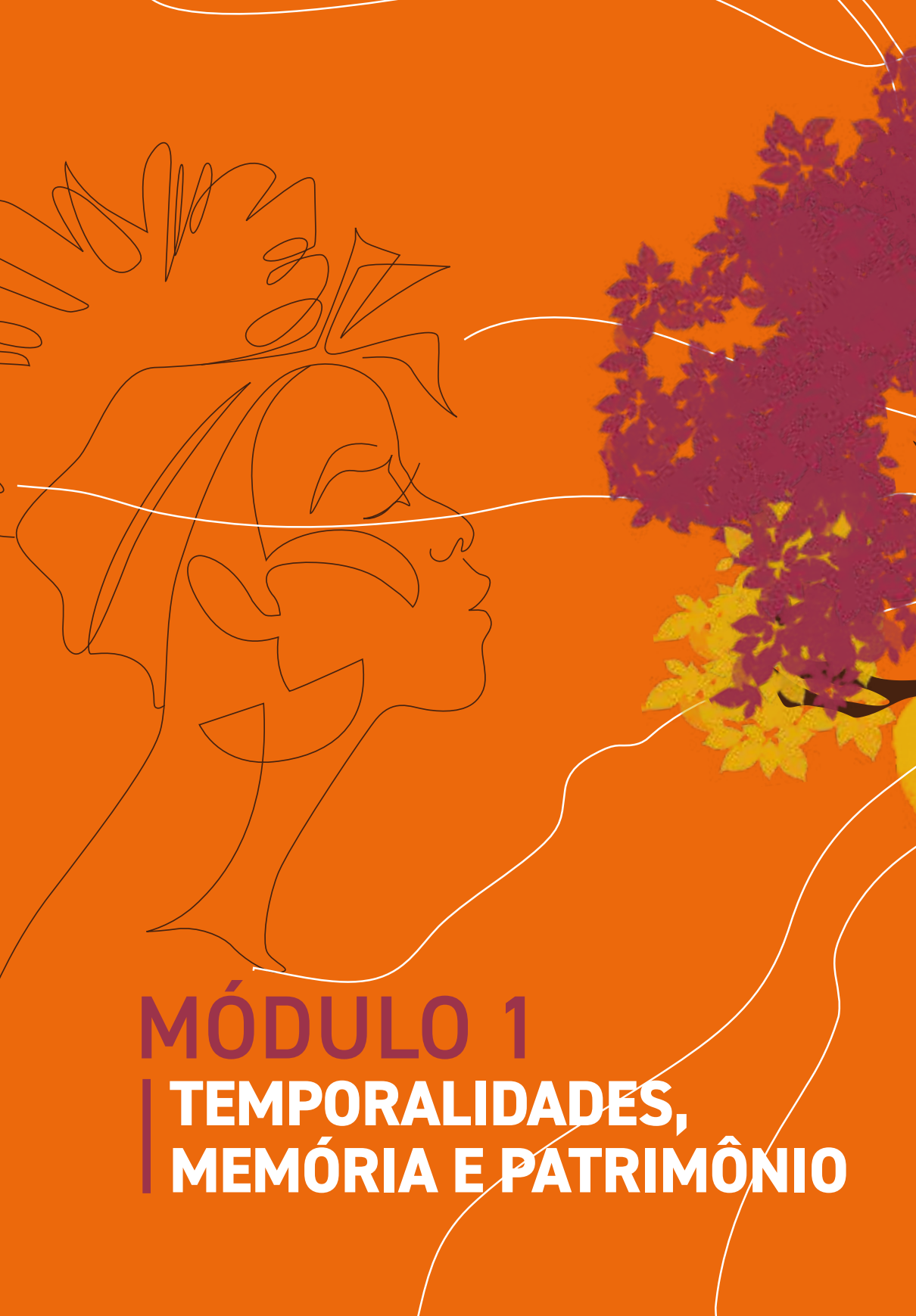
ELISABETH BELISÁRIO	56
GUILHERME SOARES DIAS	76

MÓDULO 4 | TERRITÓRIO E NARRATIVA

LANDE ONAWALE	94
MÃE MENINAZINHA DE OXUM	108

AULAS EXTRAS

LINDINALVA BARBOSA	120
MAFUANE DE OLIVEIRA	128



MÓDULO 1

TEMPORALIDADES, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO



MÓDULO 1 | TEMPORALIDADES, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO



**CLAUDIA
ADÃO**

Assistente social, doula, mestra em Ciências pela Escola de Comunicação e Arte da USP e doutoranda da FAU-USP. Pesquisadora do racismo e sua articulação com o espaço urbano, faz tese sobre as estratégias de sobrevivência, resistência e cuidado de mulheres negras em territórios periféricos. Rainha de festa da Comunidade do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França e colaboradora da rede BrCidades. Autora do livro "Territórios de morte: homicídio, raça e vulnerabilidade social na cidade de São Paulo.

VENHO COMPARTILHAR *alguns processos de pesquisa, tanto no âmbito pessoal quanto no acadêmico. Atualmente, tenho estudado Territórios de vida, estratégias de resistência, existência e produção de cuidado por mulheres negras na periferia. Antes de entrar no tema, peço licença para apresentar o meu outro currículo; o currículo oculto que quero revelar.*

Me apresento de um outro jeito e lugar. Eu sou Claudia Rosalina Adão, filha da Rosalina e do Cláudio, neta da Alcina, do Antônio, da Nézia, do Rosalino, do Elias e da Maria Aparecida. Sou bisneta da Isabel, do Cipriano, da Benedita Eva, do João Maria. Sou irmã do Cláudio, sou tia do Luiz e da Zaila, sou companheira de Guinho e mãe da Tereza. E, nessa apresentação do meu currículo oculto, eu quero fazer memória a uma história que envolve minha avó Alcina, essa que está na foto envolta nesse ramo de arruda:

Minha avó Alcina foi benzedeira, nasceu em Minas Gerais e se mudou para São Paulo com os quatro filhos em 1940. Lá em Passos, Minas Gerais, na cidade em que ela vivia em uma fazenda, seu primeiro marido morreu e o dono da fazenda queria que ela e os quatro filhos trabalhassem de graça para suprir os gastos que ele teve com os medicamentos do falecido marido dela, propondo um trabalho servil, praticamente um trabalho escravo.

Minha avó não concordou e fugiu durante a noite com os filhos para São Paulo. Foi morar na Rua da Glória e depois foi para a zona leste. Nessa fuga, minha avó não trouxe muitas coisas, mas dentre o pouco que ela trouxe, tinha uma garrafada que a mãe dela, minha bisá Isabel, tinha feito. Essa garrafada com ervas era usada para passar no corpo quando tivesse algum machucado e também para fechar o corpo, como proteção.

A garrafada da minha bisavó ficou com minha avó, que faleceu em 1989, eu tinha sete anos, e ela ficou como herança para minha mãe. Alguns anos atrás, eu estava olhando para essa garrafa e falei:

Mãe, quais ervas a minha vó colocava nessa garrafa, a senhora sabe?

Minha mãe não sabia todas as ervas, então começamos um processo de pesquisa com as pessoas que ainda eram vivas e conheciam minha avó, com as tias mais velhas, perguntando:

Você lembra o que a dona Alcina colocava na garrafa, como ela fazia?

Nesse processo de recolha, minha mãe, que, especialmente, estava mais à frente, anotou todas as ervas que ela lembrava, e as que as

peessoas que ela conhecia falavam que avó Alcina colocou. Ela escreveu em um caderno e me deu.

Depois disso, eu fiz a minha própria garrafada. Eu conto essa história da minha avó, porque é um pouco da postura que eu quero ter na vida como pesquisadora, de recolher essas histórias, as pesquisas e entender o que tem nessas garrafadas do conhecimento, nessas garrafadas que nossas ancestrais – especialmente nas que as nossas ancestrais negras – nos deixaram.

Eu estou aqui hoje, com toda a minha ancestralidade, com as memórias da minha avó, da minha bisavó, das mulheres que entrevistei durante o processo de pesquisa que vou compartilhar aqui. Agradeço a oportunidade de chegar com essa garrafada, para revelar, mas também para recolher.

TERRITÓRIOS DE VIDA: RESISTÊNCIAS, EXISTÊNCIAS E PRODUÇÃO DE CUIDADO POR MULHERES NEGRAS

Licença dada, vou começar aqui, contando um pouco do meu ponto de partida, porque antes de pesquisar sobre estratégia de resistência de mulheres negras, eu pesquisava sobre um outro tema e que tem muita relação com essa imagem: essa é a entrada de um túnel que fica em União de Vila Nova, na zona leste de São Paulo, periferia, onde eu trabalhava como assistente social¹. Eu fazia esse trajeto todos os dias. Passei por esse túnel, estava chegando no meu trabalho, mas vi que a movimentação ali no bairro estava muito diferente. Tinham muitos carros de polícia, helicópteros, muita gente na rua. Chegando na entrada do centro social, vejo uma faixa amarela e os corpos de três garotos que tinham sido assassinados naquela madrugada de domingo para segunda-feira. Eu fiquei muito impactada com aquela cena, indignada, mexida, e pensando no que poderia fazer diante daquilo além de estar tão triste e indignada.

Eu tinha acabado de ser aprovada no processo seletivo para fazer mestrado na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) na USP. Meu tema de pesquisa era sobre movimentos de moradia da região, mas diante daquela cena eu quis mudar. Naquele mesmo dia, liguei para meu orientador, que na época era o Denis de Oliveira, e falei:

— Denis, quero mudar de tema, quero entender porque em algumas

¹ Projeta a imagem do túnel no bairro de União Vila Nova.

regiões da cidade, no caso de São Paulo, eu encontro com jovens mortos e em outras regiões isso não acontece.

Durante o processo de pesquisa, eu trabalhei com a hipótese de que existe uma articulação entre violência, homicídio, raça e pobreza na cidade de São Paulo, e que essa relação também se repete em outras cidades do Brasil. Nas regiões periféricas, que ficam nos extremos da cidade, existe uma concentração de pessoas negras e uma concentração de homicídios e de pobreza. Mas esse cenário não é algo que acontece por acaso. As articulações entre homicídios, raça e pobreza têm uma origem, e ela está nas políticas racistas do pré-abolição. Utilizei o livro *Dialética radical do Brasil Negro*, do professor Clóvis Moura, no qual ele fala de todas as políticas racistas que o Estado Brasileiro fez para manter a população negra sem seus direitos, dentre elas, as políticas de branqueamento e as políticas imigrantistas, de trazer mão de obra externa. A obra fala da lei de terras que concentra terra nas mãos das pessoas brancas e ricas.

O professor Petrônio Domingues fala das políticas racistas no Estado de São Paulo: negros não poderiam ser contratados nas fábricas, por exemplo. Além disso, existe também o processo de segregação urbana, que é racial na cidade de São Paulo, mas também em outras cidades. São políticas para expulsar os moradores das regiões centrais, e esses vão migrando para a periferia.

Nesse trabalho, que depois virou o livro *Territórios de morte, homicídio, raça e vulnerabilidade social na cidade de São Paulo* (2019), conto um pouco desse processo, de como a morte vai se materializando nesses territórios, nos corpos desses meninos, de como as políticas racistas de Estado perpetuam. Isso é algo que não acaba, vão se atualizando pela necropolítica e gestão dessas mortes.

Imaginem dois anos debruçadas nesse tema e indo em muitos lugares para falar desse assunto. Eu tenho memórias de ter ido a escolas, organizações sociais e coletivos em diversas regiões da cidade. Em um desses lugares, fui a convite de um grupo chamado Varre Vila, que fica no mesmo bairro que eu trabalhava, na União de Vila Nova. São varredores e varredoras de rua e que também tinham um trabalho de revitalização dos espaços públicos, restauração de praças e quadras. Eles me convidaram para falar da pesquisa, porque me disseram que o trabalho deles ajudava a reduzir o índice de homicídio da juventude negra. Falaram:

— Claudia, nos locais onde a gente revitaliza uma praça os meninos não levam esculacho da polícia, não tem tráfico de drogas.

Aquilo começou a mover uma pulga atrás da minha orelha:

no mesmo território em que há índices de homicídio, há também as resistências. Comecei a pensar que, historicamente, mesmo em contexto de morte, violência, políticas racistas, a população negra vem criando suas resistências, especialmente as mulheres. A partir daí, comecei a gestar um projeto de pesquisa que trata de territórios de vida. Nesse processo de finalização da pesquisa anterior, fui fazer um curso de doula, essa mulher que acompanha outras mulheres durante a gestação e durante seu trabalho de parto, dando apoio físico, emocional, usando diversas tecnologias ancestrais como massagem, chás, escalda-pés, para trazer conforto para a gestante.

Foi aí que eu comecei a retomar esses conhecimentos deixados pela minha avó – a história da garrafa, como contei no início – para falar que eu fui percebendo que essa resistência negra também é feita pelo acesso e manutenção de tecnologias que são ancestrais. As mulheres negras, particularmente, além de produzirem resistências e outras formas de existir, ao manterem esses saberes que são ancestrais, produzem cidade.

Fiquei muito encantada por isso e pensando também que esse tipo de abordagem não tem tanta visibilidade. Eu entendo que meu processo anterior de pesquisar os territórios de morte, de denúncia, é muito importante e necessário, no entanto, quando falamos da presença negra na cidade, o viés destacado é o da subalternidade, como disse a professora Gabriela Leandro, da UFBA.

Ela fala que quando vamos falar da presença negra nas cidades, nos territórios, é importante inverter a lógica da precariedade e da ausência como ponto de partida, por isso que quando falo que esse foi meu ponto de virada, comecei a me questionar: em um processo de construção de territórios de morte, do qual eu tratei durante o mestrado, como as negras e negros, a população periférica, cuidava da “vida”? Como resistiam? Quais estratégias de resistência foram construídas coletivamente?

Para isso, eu fui entrevistar mulheres negras que atuavam em coletivos na zona leste de São Paulo. Conversei com uma agricultora urbana, com uma educadora e assistente social, com uma doula e com uma atriz. E tentei conversar com uma benzedeira, mas a tia Teresa faleceu uma semana antes da nossa entrevista, e não tive a oportunidade de falar diretamente com ela, mas através da narrativa de outras mulheres que conviveram com ela, eu pude trazer sua trajetória para a pesquisa. E, durante esse período além da fala, do recurso escrito, eu quis trazer narrativas imagéticas, como essa que construí sobre como a memória e fala dessas mulheres chegavam em mim também.

Tia Teresa, a única mulher com quem não conversei, foi uma benzedeira, mãe de santo por mais de sessenta anos, teve seu terreiro aberto na zona leste e morreu com 92 anos. Ela criou a Marcha contra o Racismo Religioso, que saía do seu terreiro e ia até a escadaria da Igreja do Rosário dos Homens Pretos, no bairro da Penha, na cidade de São Paulo. Essa igreja é a única que não foi demolida e retirada do seu lugar.

Os pontos de contato com as histórias de vida dessas mulheres com as quais conversei são vários. Todas, de alguma forma, faziam a manutenção de saberes ancestrais, como o benzimento, a agricultura urbana, a educação social, a doulagem e a parteria. Todas tinham um sentido muito coletivo do que é *cuidado*, esse que não tem essa dimensão do individualismo.

Nós nos cuidamos em conjunto, cuido do meu bairro, de uma horta, organizo um sarau, uma marcha... É uma forma de respeito, amorosidade, e eu não faço sozinha, faço em rede.

Essa forma de atuação e de cuidado é muito diferente do cuidado imposto especialmente às mulheres negras na sociedade ocidental, esse cuidado compulsório, do qual as mulheres negras são sobrecarregadas pelo cuidado das outras crianças, dos outros idosos, que têm empregos subalternizados.

É uma lógica que vem de conhecimentos antigos, e quando eu falava com elas, vinha muito para mim o *ubuntu*: o cuidado como encantamento que eu acessei pela pesquisadora Adilbênia Freire, apontando os muitos lugares da África e a relação e o cuidado com o coletivo. É um cuidado de todas as pessoas.

Antes de falar um pouco mais para vocês, quero trazer uma fala da Vilma Martins. Ela faz parte do grupo de Mulheres do G.A.U - Grupo de Agricultura Urbana. No vídeo de divulgação do trabalho delas, contando um pouco da história do grupo. Era um terreno baldio e abandonado no União de Vila Nova, e essas mulheres transformaram em um centro de vida, em um espaço de horta, flores, para alimentar a própria comunidade. Exponho o trabalho delas para mostrar como as mulheres negras alteram os seus territórios.

Penso no professor Milton Santos, afirmando que os territórios não são só lugares físicos, são, sobretudo, relacionais, diferentemente dos lugares, eles existem a partir das relações das pessoas que vivem neles, trabalham neles, sem isso, não existe território. São esses grupos,

como o Mulheres do G.A.U, o Varre Vila, como tantos que existem nesses territórios, os quais fazem essas modificações, cuidam desses lugares, dessas pessoas, propõem ações para estabelecer a existência desses territórios, fazendo com que eles sejam, também, de vida.

Quando olharmos para os territórios, especialmente os periféricos, os vieses destacados, na maioria das vezes, é o da ausência. Jailson Souza, da Rede das Marés, diz que existe o índice de vulnerabilidade social desses lugares, mas também deveria existir o índice de potência social. Se você olhar para esses lugares apenas pela ausência, você não reconhece as estratégias que são criadas pelas populações desses lugares para lidar com os problemas, superar obstáculos, resistir à pressão, às desigualdades, produzir novas sociabilidades.

Ao olhar para esses territórios periféricos, o viés destacado, como a Gabriela Leandro afirma, é o da ausência, da falta. A proposta é que possamos olhar para esses espaços e considerarmos o poder inventivo dessas populações, a capacidade que esses grupos têm de gerar respostas práticas, legítimas, que se configuram como formas contra-hegemônicas da vida em sociedade e se manifestam por estratégias inovadoras, como vimos: as Mulheres do G.A.U, a Tia Teresa na Comunidade do Rosário dos Homens Pretos com o seu terreiro, entre tantas outras.

Elas trazem soluções criativas na resolução de conflitos, na produção cultural e apresentam um acúmulo de repertório e modos de vida focados em formas de convivência, valorizando essas diferenças. Ao tratar desses territórios periféricos, convido a olharmos para suas potências, as quais eu destaco no meu trabalho: as atuações das mulheres negras nesses territórios.

Os africanos que cruzaram o mar-oceano não viajaram e sofreram sós. Com nossos ancestrais, vieram suas divindades, seus modos singulares, diversos, de visão de mundo, sua alteridade linguística, artística, étnica, técnica, religiosa, cultural, as suas diferentes formas de organização social e de simbolização do real. Temos esse ponto de contato em comum, essa ancestralidade, essa forma de organização e resistência e que está presente em diversos lugares da diáspora, particularmente no Brasil.

Ao olharmos para isso que Lélia chama de *amefricanidade*, para essas resistências, percebemos que elas sempre existiram e vão se reatualizando. Eu não contei, mas eu sempre gosto de colocar samba na história, em tudo.

Fui porta-bandeira por mais de trinta anos. Em 2019, a Mangueira fez um samba-enredo para falar sobre histórias de resistências. Para mim, foi o resumo do que é *amefricanidade*. Se alguém não tinha entendido o que é a *amefricanidade*, a Mangueira nos ajudou! Eu sempre fui de escola de samba e falo que ela me ajudou até a passar no vestibular. Uma vez eu estava lá e na prova tinha uma pergunta: “Qual é a primeira vila do Brasil?”, eu lembrei do samba-enredo “Camisa Verde e Branco”. “Nossa vila São Vicente, primeira vila do Brasil²”.

Esses processos históricos de resistência e existência, como a Mangueira contou no seu samba-enredo, não são de hoje, isso é um legado que nós temos: a resistência da população negra. Durante a pandemia, nesse desgoverno que o Brasil ficou totalmente desassistido em políticas de saúde, no qual as pessoas ficaram à própria sorte, saiu uma pesquisa organizada pelo Geledés: “Territórios negros e periféricos no enfrentamento à pandemia da Covid-19: um estudo sobre as ações desenvolvidas na região metropolitana de São Paulo”. Um dos resultados dessa pesquisa demonstrou que a maioria das ações de enfrentamento à pandemia foram realizadas nas periferias da cidade, por organizações sociais, e quase 70% das pessoas que lideram essas organizações eram mulheres negras.

Um outro estudo demonstrou que a Rede das Marés foi o lugar que reduziu as mortes em 90%, enquanto o Rio de Janeiro vivia uma tragédia, a maioria dessas ações foram organizadas por pessoas das periferias. Então, nesses lugares, a gente encontra verdadeiros aquilombamentos, no sentido de reunião, estratégias de vida, de ações. Essas pessoas, esses grupos, têm muito o que ensinar e inspirar as políticas públicas. Quando a Beatriz Nascimento fala dos quilombos, ela nos diz que:

O fato de o quilombo ter existido como brecha no sistema em que os negros estavam moralmente submetidos, projeta uma esperança de que instituições semelhantes possam atuar no presente ao lado de várias outras manifestações de reforço à identidade cultural.

Se a gente observar no contexto da escravidão o quilombo seria algo impensável e foi uma outra forma de vida e de organização social daquelas pessoas, totalmente diferente. Eu digo que se olharmos

² “Mare Liberum, nas terras de Ibirapitanga”, Camisa Verde e Branco, ano 2000.

também para as regiões periféricas – para as margens, esses territórios, majoritariamente negros, com coletivos e grupos majoritariamente organizados e liderados por mulheres negras – nós vemos aquilombamentos.

Essas ações trazem vida para esses lugares há muito tempo, apesar de todos os mecanismos que atentam contra a nossa existência. Iniciei essa pesquisa, que para mim é uma pesquisa de vida, mas que já está em finalização, em 2018, e durante todo o tempo da pandemia, eu pude me debruçar sobre as estratégias que nosso povo tem construído historicamente para viver.

Foi muito forte olhar para isso enquanto estávamos mergulhados em tantos processos de morte. Eu estava gestando a Tereza, olhando para essas histórias, para algumas entrevistas que já tinha feito, para a história de vida de tantas mulheres e isso, de verdade, me nutriu. Eu posso dizer que minha saúde mental durante esse processo se deu também por estar debruçada nessa pesquisa, de olhar a resistência como a maneira que cuidamos da vida e por estar no pequeno quilombo com minha família. Passei a pandemia com minha mãe e meu pai, idosos, com meu irmão, meu companheiro, em um quintal, podendo nos cuidar, nos proteger, nos nutrir um da companhia do outro.

Poder olhar para essas vivências e resistências é algo muito inspirador, muito nutritivo. Eu coloco como uma oferta de vida, sabe? Mais do que falar do resultado, falo sobre o processo de olhar para as potências dos nossos territórios, para a vida que nosso povo insiste e persiste em trazer para seus lugares, suas relações.

Faço parte da Comunidade do Rosário dos Homens Pretos e há uma música de um dos participantes da comunidade, o Renato Gama. No vídeo de divulgação, podemos ver imagens de mulheres do território, da comunidade do Rosário, entre elas, as pastoras do Rosário, um grupo de oitocentas senhoras negras que cantam, do qual minha mãe faz parte, além de tantas outras mulheres negras e movimentos lutando pela vida do nosso povo.

UM POEMA-EXERCÍCIO:

Continuam, é assim

*Simplesmente não param de nos matar
prender, violentar*

Essa senzala cem, mais cem, mais cem

Com alas que se reinventam nesses mais de trezentos anos

Então, a saída é desistir

*Já que isso não acaba mesmo
Respirar! Respirar!
Você está me pedindo para respirar!
É isso mesmo que estou ouvindo?
Sim, minha irmã, é isso
Pare, olhe para o seu corpo
Sinta a sua respiração
Pense em algum ancestral seu
Pode ser sua avó, mãe, tia, avô
Tente ir mais fundo
Pense nos ancestrais delas e deles
Se você for mais fundo ainda na sua imaginação
Talvez consiga visualizar as praias da África
Os reinos, as terras, de onde elas e eles foram arrancados
Por que aquelas ancestrais resistiram, resistiram
Você, de certa forma, está aqui hoje
Com a oportunidade de escrever uma outra história
Nesse tempo, nessa terra
Aqui, agora
Um dia você também será lembrada
Deixará sua marca
Daí, resistir não acaba sendo uma opção
Mas uma condição de existência, e não precisa ser sozinha
Não é sozinha
Não precisa ser sozinha
Não é sozinha
Entendeu?
Menina, menino
Mulher, homem
Anciã, ancião
Guerreiro, guerreira
Filho, siga respirando*

SOBRE SER PORTA-BANDEIRA

Eu brinco e falo que fui porta-bandeira. Comecei em uma escola de samba do bairro “Flor de Vila Dalila” em 1989, com meu irmão, eu tinha 7 anos e ele tinha 6. A gente se dividiu depois, entre a Flor de Vila Dalila e o Camisa Verde e Branco, que é uma outra escola de samba de São Paulo.

Tive essa oportunidade de dançar como porta-bandeira e foi uma experiência muito forte. Ser porta-bandeira é carregar o símbolo máximo de uma escola, e também representa cada pessoa e toda a história.

Ter sido porta-bandeira na infância fortaleceu muito minha autoestima, do bem querer, de uma referência positiva da minha imagem, porque enquanto na escola me xingavam de macaca, na escola de samba eu era reconhecida como uma das pessoas mais importantes. Era ensinada que tinha que andar com a cabeça erguida, que eu representava aquele povo. Ter esse lugar na minha construção como pessoa fez toda a diferença.

Em 2016, a gente deixou de dançar numa escola de samba. Eu passei por um processo de enraizamento, de luto e levou um tempo para conseguir ressignificar o ser porta-bandeira.

Hoje, eu danço com meu irmão na Comunidade do Rosário. Saiu um documentário bem bonito chamado *Gira Bandeira*³ sobre as porta-bandeiras e mestres-salas de São Paulo, nós participamos dele e pudemos dançar de novo. Eu voltei a dançar pensando em outras bandeiras que carrego agora.

Olhar para essa pesquisa, para os territórios negros de resistência, é uma bandeira, e eu fui entendendo o que é estudar os territórios negros. Hoje estou na academia como porta-bandeira. Foi muito legal ver que todas essas camadas, tudo isso que sou e que fui articulando nesse processo de pesquisa. Tem sido bonito, pois tem sido um processo de identificar quais outras bandeiras eu tenho. Honrar a garrafada é uma bandeira, honrar a garrafa do conhecimento, da ancestralidade... É a bandeira de que todas as mulheres, especialmente as mulheres negras, têm o direito a ter um parto digno, com assistência, que não devem sofrer violência obstétrica, a bandeira como doula, né? É uma bandeira.

EU VIM DO COLO...

Quero oferecer uma cantiga que cantamos para os bebês, canto para quem lê esse texto, para mim, para minhas avós, bisavós, as mulheres que vieram antes de mim.

No terreiro que faço parte, celebramos a Orixá Nanã, foi o dia que eu terminei de escrever a tese e fui lá agradecer. Enquanto eu agradecia Nanã, pensei, lembrei, de tantas mulheres da minha família que não

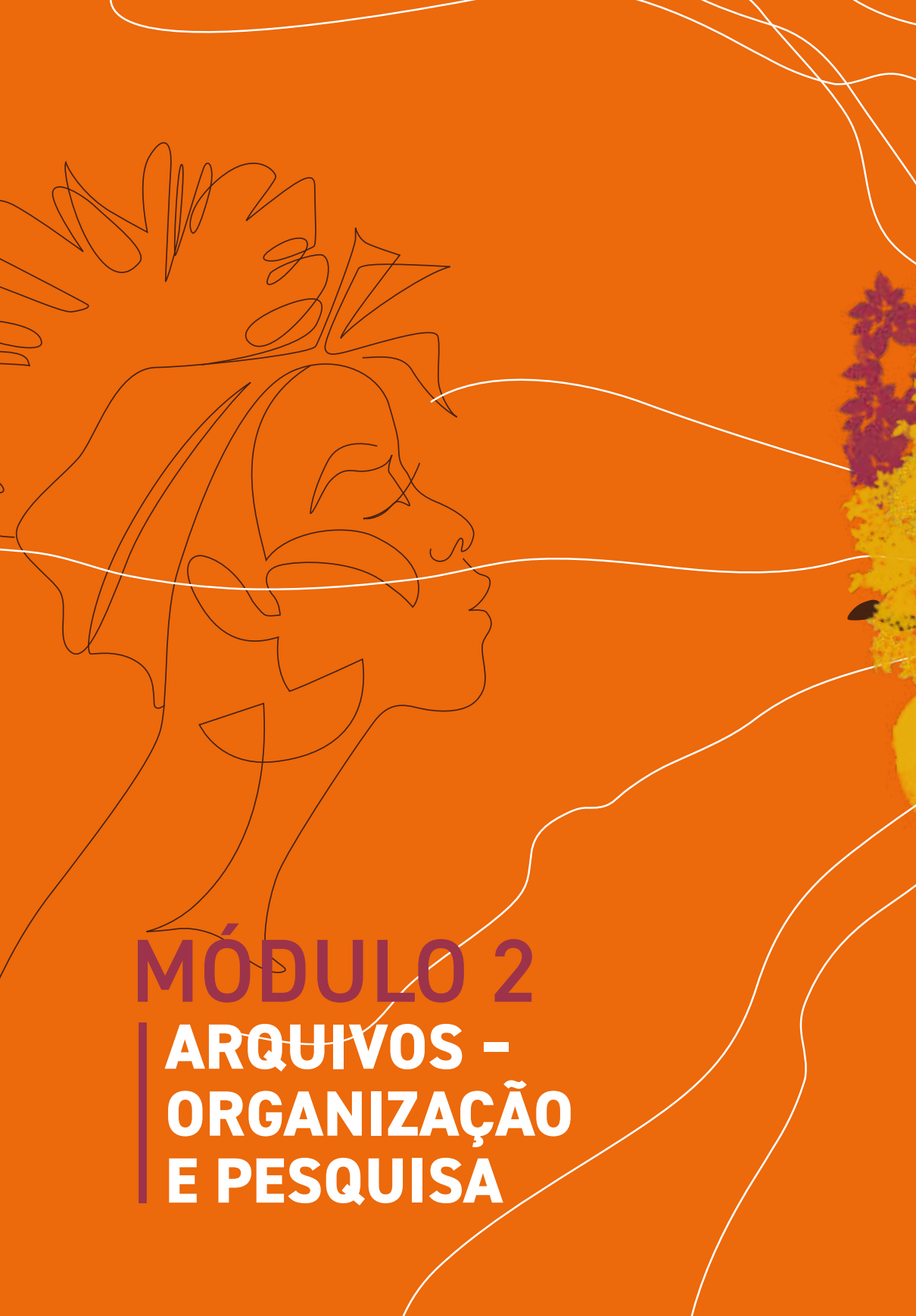
³ Assista ao trecho do documentário dirigido por Akins Kintê https://youtu.be/eKqKX1Xgr2w?si=2bW_xGDfR8MJQoB

tinham acessado a pós-graduação, mas que eram e são detentoras de tantos conhecimentos, tantas coisas. Eu fiquei muito agradecida de estar nesse lugar, como também de não esquecer, não deixar de dar importância para tudo que elas me ensinaram não só pela boca delas, mas pelo sangue, pelos genes, pelo espírito, e então, eu agradei por poder unir todas essas coisas.

E agradecendo a elas, quero honrá-las e agradecer as forças das que vieram antes, tudo que representam, todos e todas que acompanham-nas:

*“Eu vim do corpo da minha mãe,
ela me deu semente boa,
nutriu meu sangue,
me encheu de benção,
sou plantadeira de semente boa.
Eu vim do corpo da minha avó,
ela me deu semente boa,
nutriu meu sangue,
me encheu de benção,
sou plantadeira de semente boa
Eu vim do corpo do meu pai,
ele me deu semente boa,
nutriu meu sangue,
me encheu de benção,
sou plantadeira de semente boa
Eu vim do corpo da minha mãe,
ela me deu semente boa,
nutriu meu sangue,
me encheu de benção,
sou plantadeira de semente boa⁴”*

4 Plantadeira, composição de Isadora Canto. Para ouvir Plantadeira: <https://www.youtube.com/watch?v=pUdMUhpZgKE>

The background is a solid orange color. It features a white line-art illustration of a woman's profile in a three-quarter view, facing right. She is wearing a crown with several pointed, leaf-like elements. A garland of purple and yellow flowers hangs from the right side of the frame, partially obscuring the woman's face. Several thin, white, wavy lines are scattered across the background, some passing behind the woman's head and others in the foreground.

MÓDULO 2

ARQUIVOS - ORGANIZAÇÃO E PESQUISA



MÓDULO 2 | ARQUIVOS – ORGANIZAÇÃO E PESQUISA



**DOM
FILÓ**

Asflófo de Oliveira Filho é engenheiro civil, jornalista, produtor cultural, cine-documentarista, pós-graduado em marketing pela ESPM e MBA em gestão esportiva pela FGV.

COMEÇO EXPLICANDO quem sou eu e como chego no processo de desenvolver a memória em si. Cheguei nesse mundo entre o final de 1940 e início de 1950, exatamente em 1949, tenho 73 anos. Dessa trajetória, sou a terceira geração de uma família negra.

Como primeira geração, eu considero a do meu avô, que foi sequestrado e chega nesse país na condição de escravizado, mas chegou a ser liberto. Em liberdade da escravidão, ele se formou em uma profissão que seria como um médico legista da época. A medicina legal era praticada pelo médico e pelo prático, no caso, o meu avô.

Meu avô formou uma amizade muito sólida com um médico grego e resolveu homenageá-lo nomeando seus filhos com nomes de origem grega. Meus tios se chamam: Aristóteles, Benjamin e meu pai é Asflófilo. Eu tive esse mesmo nome, sou o “filho” e parei, o nome do meu filho é Pedro.

Asflófilo é a junção de “As”: dois, “Filo”: amigo e “Fi”: fiel, que forma a palavra “Filosofia”. Esses dois amigos fiéis foram exatamente o médico grego e o meu avô.

Na segunda geração, vem meu pai, e eu chego a esse mundo a partir da união do meu pai, que sai lá de Minas Gerais em busca de melhores condições de vida, e minha mãe, oriunda da Baixada Fluminense, de uma região chamada Magé. No Rio de Janeiro, já estavam as matriarcas. Sou de uma família de matriarcas até hoje. Elas quem preparavam a base para os jovens chegarem à cidade e se desenvolverem. Meu pai foi um desses que chegou como mecânico e conheceu minha mãe. Ela também migrou para o centro da cidade em busca de melhores condições.

À época, ela era empregada doméstica de uma família branca, e ele um mecânico que recém-chegado ao Rio. Eles se casam. Tem uma foto em que apareço, com um ano de idade, no colo do meu pai em uma janela, que pertencia a uma casa que aqui no Rio chamamos de “casa de cômodos”: aquelas casas antigas, geralmente dos tempos coloniais que foram abandonadas no centro da cidade, na região de Botafogo. Elas foram ocupadas por essas famílias que não tinham condições.

Geralmente, eram quartos alugados e na área comum tinham banheiros e cozinhas utilizados por essas famílias. Quando fiz 5 anos, meu pai conseguiu nos tirar daquele local e comprar sua primeira casinha, já na zona norte do Rio de Janeiro. Aos 5, 6 anos, eu entro na escola pública.

Naquela época, tinha o primário aos 7 anos de idade, depois a admissão, uma forma de se preparar para o ginásio. Depois de quatro anos no ginásio, você ia se habilitar no científico ou em um curso na área técnica. Eu sempre estudei em escola pública e em uma escola técnica, a Escola Técnica Nacional. Escolhi a profissão "Mecânica" por conta do meu pai, que tinha um sonho que eu me tornasse engenheiro mecânico e eu não o decepcionei, porque não fui para a mecânica mas optei pela Engenharia Civil.

Meu pai só tem o quarto ano do primário e minha mãe é semianalfabeta. Já os filhos, estudaram, eu e minha irmã, aos 14 e 15 anos. Nesse momento, meu pai precisava do meu suporte, foi quando começou a minha saga no empreendedorismo. Ele precisava de um suporte mais intelectual, de uma administração da sua estrutura, porque ele deixou de ser mecânico e já comprava carga e vendia, conseguiu montar uma loja de carros.

Aos 14 anos, eu já administrava para ele perder menos, exatamente por uma falta de conhecimento no âmbito administrativo. Em 1966, aos 18 anos, ganhei um carro zero quilômetros que meu pai me deu e disse: "siga sua vida, toma aqui um carro zero, mas vá fazer o seu dinheiro". Foi ali que começou minha vida.

As famílias negras não tinham letramento racial, pelo contrário, não se falava em racismo, muitas vezes se falava baixo e se assumia aquela baixa autoestima, racismo era uma coisa que estava na nossa cabeça. Imagine eu, um jovem, como a maioria dos jovens negros, entendendo que estava sendo discriminado dentro do próprio habitat e fora dele, como na escola, no trabalho, não tendo uma referência da luta antirracista dentro de casa. Por que isso? Eles tinham medo.

Quando eu adquiero letramento racial, aos 17, 18 anos, minha vida muda, porque começo a estudar, começo a entender o que é racismo nesse país, entender que aquela democracia racial instituída pelo colonizador através dos livros que líamos fazia com que nos víssemos como inferiores. Aquilo tudo me incomodava bastante, porque a partir do momento que fui buscar informação, conhecimento, me deparei com uma informação totalmente diferente do que se executava neste país.

O LETRAMENTO QUE VEM DO MOVIMENTO

A minha primeira referência foi a partir da música, quando consigo entender o que é a luta dos direitos civis americanos através das revistas americanas que chegavam aqui. Lembrando que se trata do

período de Ditadura Civil Militar, que começou em 1964 e se estendeu até 1985 nesse país. Era um momento em que a juventude negra vivia o que a juventude negra vive hoje: o genocídio, a repressão, a pressão do racismo. Conseguíamos obter conhecimento e informação através das músicas, capas de disco, revistas importadas americanas e até livros que conseguiram ser editados no Brasil que a ditadura não percebeu, livros que estão até hoje e foram referências para alguns militantes.

Nesse mesmo momento, o Movimento Negro ainda estava em formação, ele se fortalece nos anos 1970 e se consolida nos anos 1980, um tempo em que nós, os militantes, estávamos isolados. Eu agradeço ao Movimento Negro por tudo que eu sou e acredito que todos os militantes da minha faixa etária também reconhecem isso. O fruto da nossa caminhada foi o Movimento Negro.

Em 1970, estive trabalhando em cima da música e do comportamento como forma de luta na questão racial. Os bailes *soul* e *black* foram as nossas ferramentas na busca pela identidade racial, na busca pela autoestima e pela discussão política, porque naquela época, quando estávamos nos bailes dançando e curtindo, estávamos nos identificando e nos reconhecendo enquanto negros, e crescendo na nossa condição de luta contra um país que dizia querer a democracia racial. Isso era muito complicado, porque dentro de casa a gente ouvia “você precisa se casar com um branco ou branca para clarear a família, para melhorar a raça”. Era esse o papo.

Só que em 1970 isso acaba, cai por terra, quando o movimento Black Rio se expande nesse país. Pergunto: por que Carlinhos Brown? Por que Mano Brown? Por que o *Brown*? Exatamente por conta dessa luta que foi o movimento *soul*, que se espalhou. E digo mais: o bloco afro Ilê Aiyê na verdade deveria se chamar Bloco Afro Black Power, mas não foi possível por conta da ditadura e graças à Mãe Hilda Jitolu (1923-2009) Iyalorixá, hoje ancestral, falou:

— Não faça isso, porque se não essa entidade que você quer montar não terá vida longa.

E foi assim que criaram o Bloco *Afro Ilê Aiyê*.

Mas todos se formaram a partir da música *black*, os quais, em Salvador, eram considerados os *Browns*, saíam de casa com os discos nas mãos à procura de espaços para tocar suas músicas *soul*. Não é exatamente ao *soul* que me refiro, mas ao conceito.

Em 1970, na mídia, lançamos LPs, houve uma revolução e ao mesmo tempo o fim desse movimento em 1978, com a chegada de outro

movimento liderado pela branquitude para derrubar essa juventude muito mais consciente e aguerrida. Falo da Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul, vários locais, nos quais esse movimento teve uma força muito grande. Para a ditadura era muita coisa. Algumas pessoas foram presas, outras sumiram. Eu tive a infelicidade de ser preso, mas não desapareci, estou aqui hoje, mas muitos de nós desapareceram.

Em 1980, aconteceu o exílio, quem era comunista e lutou contra a ditadura, por exemplo, os grandes artistas que foram exilados, Gil e Caetano, foram para Londres, Chico Buarque, para a Itália, eu subi o morro e pensei: “peraí, eu também vou sair do ar se não vão sumir comigo”. Peguei o dinheiro que tinha e fui para os Estados Unidos. Ao chegar lá, me deparei com todo aquele movimento que me inspirei na década de 1970, e me apaixono pela tecnologia. Me refiro aos primeiros equipamentos de audiovisual chamados VHS (Sistema Doméstico de Vídeo), eram máquinas que você filmava com fitas, películas VHS.

Fiz curso de televisão, voltei para o Rio de Janeiro com equipamentos que comprei, fui estudar na UERJ e fiz um curso com profissionais da área de televisão. Daquele momento em diante, eu defini que não seria mais engenheiro. Como engenheiro, eu não teria nenhum sucesso no meio da branquitude, nenhuma condição de ser um gerente, ou chefe, porque o racismo me impediria.

Fiz o curso, estudei, fui para áreas de humanas e me apaixonei, porém nunca perdi a linha de raciocínio que a engenharia me deu. Hoje, eu não sou um acadêmico, sou um gestor, um estrategista, aquele que coloca um tijolo atrás do outro. Foi assim que a espiritualidade e a ancestralidade me guiaram. Eu não sabia que eu saía filmando aqui, ali, por exemplo, quando ia para Salvador. Hoje, o maior acervo do Ilê Aiyê, do Olodum, está na Cultne, a gente saía filmando sem saber para quê, mas sabíamos que deveríamos guardar a fita, já era a espiritualidade determinando ali que tínhamos uma missão.

O MAIOR ACERVO AUDIOVISUAL NEGRO BRASILEIRO

Em 1980, duas produtoras saíram aqui pelo Rio de Janeiro, ganhando Salvador, Minas e outras cidades. Uma delas era *A cor da pele*, eu e Carlos Alberto Medeiros, meu parceiro acadêmico, e outro, nosso irmão Ras Adata, que hoje está na Alemanha, junto à produtora inglesa *Vik Birkbeck*, a qual, hoje, se encontra no Rio de Janeiro, uma parceira minha que está até hoje montando esse projeto do acervo Cultne.

Filmamos e gravamos em VHS e, muitas vezes, precisávamos comprar fita e não tínhamos dinheiro, a gente tinha que apagar um pedacinho, três minutinhos, e continuávamos filmando, tudo no mercado clandestino. A conclusão foram mais de mil fitas, mais de três mil horas gravadas. Consegui guardar essas fitas durante dez, quinze anos, não da maneira como deveria ser guardada – acomodada em ar-condicionado, porque era película –, guardei na caixinha, dentro de casa, esperando que um dia essas imagens pudessem ser utilizadas.

Até então, não tínhamos ideia do que viria no mundo da tecnologia, não tínhamos ideia do que viria a ser uma internet em nossas vidas. Com esse material, conseguimos um primeiro apoio que também foi fundamental para a história contemporânea do Movimento Negro no Brasil.

A Benedita da Silva, Secretária de Ação Social do Rio de Janeiro, em 2001, recebeu a missão de chefiar a delegação que iria para a primeira Conferência Mundial em Durban. Essa conferência determinaria as cotas raciais, por exemplo. Essa delegação foi para a África do Sul, e eu tive o prazer de ser a mídia preta a estar junto dela. Foi a maior delegação da conferência, lá estava o mundo inteiro.

Eu considero 2001 como um marco para o movimento negro e para a memória desse país, assim como 1988, ano do centenário da abolição, ano em que a Fundação Palmares foi criada.

Outro fato importante foi a vinda de Nelson Mandela (1918-2013) ao Brasil, ainda não como presidente, mas ele era recém-saído da prisão e veio ao país pedir apoio ao Movimento Negro brasileiro para sua candidatura e o Governo Brasileiro, na verdade, não o reconheceu. Mais tarde, Mandela se tornaria o grande presidente da África do Sul.

Nós o recebemos no Rio de Janeiro, cinquenta mil pessoas negras na Praça da Apoteose, lá estava o Cultne com um trabalho fantástico, personalidades que estão nesse acervo, como Lélia Gonzalez (1935-1994), Beatriz Nascimento (1942-1995), Thereza Santos (1930-2012), Luiza Bairros (1953-2016), Sueli Carneiro. Nossa, muita gente. Não tenho condições de citar todas.

No primeiro encontro de mulheres negras desse país, nós, homens, fomos expulsos, porque só as mulheres poderiam entrar, mas registramos esse momento. Tudo feito pelas mulheres.

*Minha missão é coletiva, eu sou apenas esse engenheiro
que foi determinado para botar esses tijolinhos, um atrás do
outro, é isso.*

Em 2001, tivemos condição de digitalizar o material VHS. Há 22 anos, não tínhamos esse dinheiro, nós passamos de fita para fita e aquilo nos deu um fôlego. Com a chegada da internet e da plataforma YouTube, criamos um canal, que tinha exatamente os conteúdos daquela produtora *A cor da pele*. Na época, o Youtube permitia, no máximo, dez minutos por upload, e nós começamos a colocar esse material na internet, que está disponível desde esse período para que as pessoas possam acessar.

CULTNE, O ACERVO DA CULTURA NEGRA

Em 2008, quando a internet chegou forte, as pessoas começam a acessar esse acervo e a se reencontrarem. O canal passa a ser uma fonte de pesquisa, porque colocamos o material bruto mesmo. Neste mesmo ano, nasce o Cultne enquanto acervo dessas duas produtoras. Qual era o nome? Cultura Negra, então Cultne. Esse acervo nasceu dessa forma, sempre com a condição de não cobrar um real de ninguém, especialmente da nossa comunidade, porque esse material é fruto dela, portanto deve ser devolvido a ela. O que a gente precisa é buscar recursos para que através do tempo consigamos avançar.

De 2008 até 2019, começamos a trabalhar como um projeto. Não éramos uma organização. A pandemia de covid-19 fez com que as mídias digitais tivessem tempo para pesquisar, ver material, e ali a Cultne cresceu muito. Nós resolvemos criar o Instituto Cultural Cultne para justamente organizar esse acervo. E com ele organizado, com uma estrutura de ONG, sem fins lucrativos, nós buscamos recursos.

Imaginem buscar recursos nesse país em plena pandemia e sem nenhuma experiência básica, assertiva, de recursos para a comunidade negra, em especial cultura negra. O que nos coube? Buscar recursos fora do país e quando você, organizado, **vai buscar recursos fora, as organizações não conseguem entender como pode um material desse, fantástico, não ter apoio no próprio país. Isso passa pelo nosso histórico, nossas questões negras.**

Com isso, começamos a nos organizar a partir de quatro pilares: primeiro, a **memória**, com sua principal ferramenta, o acervo. O segundo pilar nasce exatamente quando vamos buscar recursos no Brasil ou lá fora, as pessoas te veem só como acervo, museu, coisa velha. Então, criamos um pilar que é o **entretenimento**: ou seja, pegar esse acervo e dar um toque. Mas como fazemos isso? Não pode ser o YouTube. Criamos uma televisão on-line, a Cultne TV. E o que ela vai apresentar? Letramento racial.

Fazer televisão com letramento racial é possível? É! A Cultne TV hoje é uma plataforma que tem um toque bem moderno, bem diferente, bem autoral.

Muito bem, vamos ao terceiro pilar. Temos uma TV? Temos. Mas qual outra opção precisamos? **Distribuir**: é preciso que as pessoas conheçam e que todas as nossas narrativas estejam dentro de pelo menos um canal que se reconheça de fato, então nós entendemos que precisava de escala de distribuição. Como fazer isso? Trabalhando e estudando o mercado. Começamos a entender que na Cultne TV não íamos fazer nenhuma assinatura, porque definimos que é tudo gratuito.

E como vamos nos sustentar? Vamos em busca desse caminho. São os pilares: memória, entretenimento, e o terceiro é a escala, ou seja, a distribuição.

Nós fomos ao mercado e estamos nos habilitando como a primeira televisão negra que vai distribuir o seu próprio conteúdo em escala numa plataforma player, isto é, as organizações major, tops: Amazon, Netflix, Globoplay. A Cultne pode ser uma player preta!

“MAS SÃO MUITO ABUSADOS, NEM DINHEIRO TÊM”

Espera aí, nós vamos buscar um caminho. A partir de novembro de 2023, todos que tiverem um smartphone, ou uma smart TV Samsung, terão acesso à nossa marca Cultne, TV preta, negra, com programação autoral totalmente grátis. Estamos falando de mais de 13 milhões de aparelhos nesse país. Então, nós temos distribuição, temos escala, esse é o primeiro passo. Hoje, estamos Onboard, que é quando a televisão está rodando em teste, sem ser público, mas em novembro começaremos por esse caminho.

O **quarto pilar** é o que precisamos chegar, e entendemos que vamos chegar em sete anos. Mas como, sem dinheiro? Ué, desde 1980 temos isso sem dinheiro, sempre fizemos, não vai ser agora que vai nos parar. E quarto pilar é a **sustentabilidade**, como entendemos isso? Entendemos que tem recursos para serem aplicados na nossa narrativa, na nossa TV.

Da visita de Nelson Mandela ao Sambódromo, show de James Brown no Maracanãzinho, bastidores de gravações de Michael Jackson com Olodum, Marcha Negra de 1988 e 100 anos da abolição. A Cultne registrou e continua registrando milhares de momentos marcantes da história recente do povo negro no Brasil.

A Cultne é uma plataforma gratuita que possui o maior acervo audiovisual de cultura negra da América Latina. São mais de três mil horas de acontecimentos históricos de nossa riqueza cultural. Nós somos reconhecidos como patrimônio nacional e cultural pela cidade do Rio de Janeiro. E esse reconhecimento também está a caminho no âmbito estadual e federal, seremos reconhecidos como Patrimônio Nacional Cultural e Imaterial do Brasil. Já somos esse patrimônio.

A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NO BRASIL HOJE:

Em uma pesquisa divulgada pela Ancine de 2016, realizada pelo Gemaa - UERJ¹, cerca de 2,1% entre os filmes lançados foram dirigidos por homens negros e nenhuma mulher negra dirigiu filme longa-metragem até este ano.

O restante foi ocupado por mulheres brancas e homens brancos, essa é a realidade do audiovisual brasileiro. Hoje, temos o conceito ESG, que quer dizer, em inglês, Environmental, Social and Governance, isto é, meio ambiente, a questão social e a governança, e temos que ficar atentos porque a ESG está aí.

Nós entendemos que a cultura negra não pode ficar de fora, e as melhores pesquisas do Brasil indicam que as empresas que investiram tiveram um retorno de 615% superior ao índice Ibovespa. É uma realidade e temos que ficar atentos a isso, principalmente os jovens.

Estamos na televisão 24 horas, sete dias da semana. Essa plataforma pode ser acessada e nós temos o que chamamos de “Plataforma 1.0” e “Plataforma 2.0”. A plataforma 1.0 é o acervo que está acessível e temos o podcast também, que é a plataforma em si.

NÓS SOMOS O ANTES, O AGORA E O DEPOIS

Em um certo momento, conheci Carlos Limeira no Rio de Janeiro, na época em que saíamos de fusca para ir ao Ilê Aiyê. Teve um dia que houve um problema de comunicação e não pudemos ir para Salvador. Naquele momento, ele criou, junto a outro ancestral chamado Antônio Pompeu, um grupo para brincar o carnaval.

¹ [A Cara do Cinema Nacional | gemaa \(uerj\).br](#)

Esse grupo saiu no carnaval com 250 pessoas, foi um grande sucesso. Ele era engenheiro mecânico e nós começamos a trabalhar juntos, saímos vendendo equipamentos em uma empresa alemã, andamos por Minas Gerais, onde ficam as instalações dessas empresas e fizemos uma grande amizade, uma sociedade. Constantemente, eu ia para Salvador, para a Lapinha comer aquela comida maravilhosa. Zé Carlos Limeira foi uma grande referência dentro do movimento negro como escritor, militante, irmão e, principalmente, um homem de religião de matriz africana. Ele era um Xangô puro e eu só tenho que agradecer e dedicar esses meus momentos ainda aqui embaixo a essas figuras, como Zé Carlos Limeira, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, que está conosco aqui ainda, batalhando e reverenciando nomes como Luiza Bairros, Cida Bento, que está aqui, e várias outras. Salve, salve!

Hoje, eu tenho uma outra missão em andamento: fortalecer a Fundação Palmares, que foi toda destruída. Todos sabem o que foi o último governo e quem esteve lá. Nós vamos contribuir para que a Fundação Palmares se levante novamente e tenha memória. São mais de 2.400 quilombos, essa é a listagem da Fundação.

Há um projeto em andamento, o Mapa dos Quilombos, cada quilombo pode interagir, alimentar com suas narrativas, memórias, histórias, cada área desse mapa. Ainda está sendo formado, não tem conteúdo suficiente, isso demanda um trabalho grande e uma rede de colaboradores também muito grande, estamos buscando parceiros para ter esse mapa nessa plataforma como uma grande referência, em especial, para os quilombolas e quilombos desse país.

Januário Garcia teve a felicidade de cunhar essa frase, ele é uma grande referência hoje que nos encanta e fortalece. Vamos abrir uma janela com uma juventude afro-amazônica, que conhecemos e fizemos uma parceria. A garotada do Negritar, do Pará, fazem um trabalho fantástico e vão estar nessa programação da Cultne representando a afro-Amazônia.

A Cultne é da comunidade, é nossa distribuição, aqui é nosso, não tem cota, é nosso. Aqui tem branco, tem preto, porém o protagonismo é negro. Os brancos aqui são letrados.

MÓDULO 2 | ARQUIVOS – ORGANIZAÇÃO E PESQUISA

**GEOVANNA
PEREZ**



Geovanna Pérez é fotógrafa artística autodidata, técnica em processos fotográficos e museologia. Em sua trajetória foi assistente de produção e a documentalista responsável na sistematização do acervo arquivístico pessoal de Sueli Carneiro, compondo neste processo a equipe técnica da instituição Casa Sueli Carneiro, como também deu início a organização e sistematização dos arquivos que compõem o acervo do CDMI – Centro de Documentação e Memória Institucional de Geledés – Instituto da Mulher Negra. Na área artística atua há 8 anos desenvolvendo projetos de fotolivros, séries fotográficas, editoriais e outros, e na área de acervos há 3 anos, transitando entre a arquivologia e a museologia, enfatizando na sua trajetória a construção e a difusão da memória e ancestralidade como abertura de caminhos.

EU TRABALHO NAS áreas artística, arquivística e

museológica. A minha intenção sempre foi a abertura de caminhos, a construção e difusão de memórias e ancestralidades.

A nossa história é muito oral, geralmente, temos poucos registros de onde viemos, dos nossos ascendentes, quase nunca fotos, então, o que sabemos sobre nossa história e ancestralidade, habitualmente, é contada por meio de história oral. Como conseguimos sistematizar isso para que não se perca? Porque conforme o tempo vai passando detalhes vão se perdendo e histórias vão deixando de ser contadas. Como guardamos isso?

Fiz alguns processos: história oral, fotografias que temos, objetos, documentos, lugares e a forma de registro disso. Desde que entrei nessa área, sempre quis ir atrás da minha ancestralidade, do meu resgate, da minha história, quem eram meus avós, quem eram minhas bisavós, de onde vieram, como vieram, porque, muitas vezes, não sabemos da nossa história para trás, sabemos daquilo que estamos construindo, mas o para trás, às vezes, se perde, e eu queria muito ter esse resgate.

Foi por meio de história oral, de parentes, pesquisando sobre como foi o processo, sobre quem era meu bisavô, como chegou a São Paulo, como se deu isso que eu fui sistematizando, através da escrita, esse é um dos meios: podemos sistematizar através da escrita, escrevendo aqueles relatos, registrando uma entrevista com essa família, ou registrando por meio do audiovisual, fazendo documentários, gravações, vídeos. Temos muitas formas de registro dessa memória, mas é importante que a gente registre de alguma forma para que isso não se perca, para que a história oral não se perca.

Aqui, deixo um pouco do processo da escrita poética, é uma das partes de como fui resgatando isso. Foi um processo de autoconhecimento, de reconstrução e busca de quem eu era e daqueles que abriram os caminhos para que hoje eu estivesse aqui.

DE MUITAS MÃOS, CAMINHOS E NAÇÕES

Não é orgulho

Não é descaso

É fato

Sou formada

De muitas mãos

Continentes

E nações

*Corre no sangue
Grita nos traços
Emerge a memória
De caminhos abertos
De violência e afetos
África, Bahia
Espanha, São Paulo
Itália, Minas Gerais
E de onde mais?*

*Filha da terra
Fruto do solo
Ancestralidade
Descendência
Grande presença
Mas há ausências
Ecoam
Sussurram
Me debruço
E em murmúrio
Me atento
Ao singelo pedido
“Se resgate”
E trace
O curso dos seus
Mares.*

Essa foi uma poesia que fiz, logo depois de fazer uma viagem para a cidade onde meu pai nasceu e, nessa busca, descobri que eu sou de descendência indígena, afro e europeia, então, eu sou a famosa brasileira. Mestiça, parda. Só que eu precisava entender de onde veio isso, de onde vieram essas histórias e onde se construíram essas memórias. Tenho um bisavô espanhol que veio para o Brasil com 23 anos, tenho um outro bisavô da parte de minha mãe, mas não tenho muita informação, porque ele veio ainda quando criança. Fui tentando registrar as descobertas dessas histórias e memórias, e aqui eu conto um pouco delas, principalmente em relação aos meus bisavós.

*“Muitas linhas
entrelaçadas,
tecidas na dança da vida.
Aos poucos
sigo
desemaranhando
resgatando
partes deles,
partes de mim.*

Do lado paterno, tenho um bisavô espanhol, chegando ao Brasil em 1914 – ano de início da Primeira Guerra Mundial – com 23 anos, a minha idade atual.

Do outro lado, um bisavô baiano, fugido dos pais para São Paulo aos 12 anos, não tenho mais informações adicionais.

Em ambos, histórias distintas, mas que brincam com a vida, dançam com o recomeço, com amores e tropeços.

E, por ora, me deixo tecendo os retalhos que me são deixados neste balaio.”

Essa foi a forma que consegui registrar sobre como foi esse processo, que ainda está em descoberta, tanto de mim quanto deles, um processo de registro, de resgate, para que eu tenha essa memória comigo e isso não se perca.

Trago aqui um pouco dessa sistematização, de como é organizar um acervo para que a pesquisa seja possível, para que a gente consiga saber, coletivamente, sobre as histórias do nosso povo, de quem são aqueles que estão na luta, para que isso também nos mantenha. Buscamos não apenas registrar uma memória coletiva, de terceiros, mas também pessoal para guardarmos aquilo que é nosso, nossa memória e nossa história.

ONDE SE CONSTRÓI E SE REGISTRA A MEMÓRIA NEGRA? ONDE CONSTRUÍMOS E ONDE REGISTRAMOS?

Trouxe uma frase para entendermos o que seria a memória e como entendemos isso: **“a memória é o poder de adquirir, guardar e evocar aquilo que já se foi vivido, experimentado, visto e sentido, por si mesmo ou pelo outro, de forma individual ou coletiva, intangível ou materializado”.**

A partir daqui, quero conversar um pouco com vocês. Isso é a memória, mas de que maneira conseguimos extrair-la desse campo intangível e materializá-la para preservar de forma que dure por mais tempo e alcance mais pessoas, para que elas tenham acesso à pesquisa e difusão.

Quero começar com uma indagação: onde se constrói e se registra a memória negra? Onde construímos e onde registramos? Precisamos tomar posse do protagonismo da nossa história. Temos que entrar nesse lugar e reivindicar nossas histórias e nossas memórias. Como o processo de registro é feito e como funciona a estruturação de um acervo, como se dá essa construção?

Um acervo pode ser um arquivo ou pode ser um acervo museológico. Arquivo, geralmente, é o que temos em casa, arquivos pessoais ou até institucionais. Não é tão próximo das pessoas, mas, por outro lado, é, porque é com aquilo que estamos muito acostumados, só não conseguimos ver esse outro lado. Então, o arquivo é o conjunto de produção natural de documentos feitos por pessoas ou instituições. Isso o constitui.

A junção de documentos feitos de forma natural, não é intencional, é natural. Recebemos conta, pagamos conta, tiramos fotografias. Isso é natural, não fazemos pensando no futuro, em ser sistematizado. É uma vivência nossa baseada no cotidiano. Documento em si é tudo aquilo que tem uma informação dentro dele e que tenha a função de registrar e provar algo.

Como se dá a formação de acervos? Se eu estou falando que arquivo é um conjunto de documentos que produzimos, enquanto pessoas ou instituições, de forma natural, quando se dá essa transformação de um conjunto de documentos em um acervo o qual as pessoas têm a intenção de pesquisar e de conhecer?

Na verdade, a construção da memória, da história e tudo aquilo que atribui uma significação de valor, pode se tornar um acervo. Quando uma junção de pessoas atribui valor a um tipo de conjunto documental isso pode se tornar um acervo.

Hoje, por exemplo, o acervo da Sueli Carneiro teve uma intenção, foi uma atribuição de valores. É um acervo pessoal, de uma pessoa ativista. Entende-se que era um conjunto documental de uma pessoa, mas que a atribuição de valores torna a necessidade de aquilo ser transformado em um acervo.

Como são os processos? Uma vez que a gente entende que aquilo

é importante e merece ser conhecido, preservado e as pessoas precisam pesquisar e difundir, temos um processo para que ele se transforme em um acervo a ser acessado. Os processos geralmente seguem essa ordem:

- A compreensão do que é aquele todo documental;
- Recursos que facilitam a compreensão daquilo como importante, transformando-o em um acervo a ser difundido e pesquisado. Precisa-se entender quais recursos se tem. Não é tão fácil criar um acervo por conta de recurso. Sabemos que o recurso não é somente financeiro, mas também pessoal;
- Relações que vamos ter para conseguir construir isso;
- Entender que essa documentação foi organizada, de certa forma, não intencional (necessariamente), seja pela pessoa detentora desse acervo, seja por quem produziu. Existe uma organização e ela é importante, por mais que lá na frente seja alterado, para que a pesquisa fique mais fácil. Isso porque, tal organização já conta uma história e diz como a pessoa sistematizou suas coisas, de maneira intencional ou não. Ter o registro disso é importante;
- Conservação: qual é o estado desses documentos? Quando digo documentos, não falo somente de papel, mas também de fotografias, objetos, tudo aquilo que tem informação e atribuição de valor, não é apenas papel. Pode ser de um certificado a uma caixinha de madeira que foi passada de geração em geração e chegou naquela pessoa. Tudo isso pode constituir um acervo arquivístico e museológico. É importante visualizar a conservação dos itens para entender a tomada de decisões que devemos ter para cuidar;
- Registro: como será feito o registro de cada coisa? Esse registro é importante, porque vai contar todo o histórico do item. De onde veio, data, local, todos esses detalhes;
- Armazenamento: como vamos guardar?
- Difusão: como vamos expandir para que as pessoas tenham acesso?

O todo de um acervo é dividido em alguns tipos, vou citar dois: o pessoal e o institucional. O “todo material” e o “todo documental” são justamente esses processos.

O que é o conjunto? No caso da Sueli Carneiro, seu acervo era pessoal, tudo aquilo que ela produziu e realizou durante sua trajetória até certo período. Já o acervo do Geledés, é institucional e tem algumas diferenças: no acervo pessoal, temos fotografias, no caso de Sueli – ativista, escritora –, temos muita produção textual, documentos de eventos que ela participou. Já no acervo institucional, temos documentações administrativas, financeiras; no caso de movimentos sociais, temos documentos resultantes de projetos, como folders e cartazes. Isso determina qual é a estrutura do acervo. A partir do momento que entendemos o que tem dentro do acervo, conseguimos criar uma lógica, estrutura e separamos: produção intelectual; financeiro; administrativo; e conseguimos colocar esses documentos em caixinhas para que seja sistematizado e consigamos uma pesquisa mais facilitada desse conjunto total.

ORGANIZAÇÃO

Agora explicando cada item anteriormente citado sobre a organização inicial: é importante ter o registro de como tudo aquilo estava acomodado antes de tomar a decisão de que aquilo viria a ser um acervo. Como, anteriormente, a sistematização não era intencional, temos alguns métodos para facilitar o processo: criar um código para cada documento que sinaliza como era essa organização. Então, começamos a criar siglas com numerações. Por exemplo: A1_PR4_CX3_PA5. Cada letra significa uma coisa: A1 significa primeiro armário. PR4: quarta prateleira. CX3: Caixa. PA5: Pasta. Isso varia de acordo como está essa organização, onde estão esses documentos. Às vezes, quando você chega em um acervo para trabalhar, eles estão todos em caixas, por exemplo, às vezes não.

No caso da Sueli Carneiro, existia uma organização prévia, ela tinha uma estante, aqueles gaveteiros de metal e já tinha uma certa separação: pasta de documentos da USP, pasta de matérias no jornal produzidas por ela ou sobre ela. Já existia uma organização, e a gente consegue manter isso por meio desse registro do código que pode ser criado de diversas formas.

CONSERVAÇÃO

Quando vamos para a conservação, temos várias etapas, a primeira é a identificação. Como estão esses materiais? Podem estar mofados ou terem sofrido algum acidente com água ou fogo. Podem estar com fungos ou sendo comidos por algum inseto. Temos que identificar para tomar uma ação.

Cada tipo de deterioração requer uma tomada de decisão. Por exemplo, no caso de mofo, geralmente, trabalhamos com álcool 70% para conseguir retirá-lo de forma que não retorne. Se tem traça no ambiente, utilizamos cravo. Os detalhes são diferentes para cada situação, assim temos recursos adequados. Neste ponto, trazemos uma ação mais realista, mais próxima do que conseguimos, mas há outras tecnologias que são caríssimas.

Na Unicamp, por exemplo, tem um processo que eles colocam o documento dentro de um lugar, retiram todo o oxigênio, para que os insetos morram e consigam recuperar aquele material. É um processo caro, então, sempre tentamos trazer para a nossa realidade a forma de manter e conservar o acervo. São alguns truques para buscarmos o resultado mais satisfatório possível.

A conservação também tem outros processos, por exemplo, a limpeza dos materiais. Como ela acontece? Normalmente, um conjunto de documentos, dependendo do tempo que está parado, irá juntar poeira e insetos, mas também há alguns processos que fazemos no cotidiano, os quais conforme o tempo vai passando, vai degradando o material, por exemplo: clips, grampo, que usamos para juntar papéis e documentos. No momento da produção, são eficazes, mas no processo de guardar, conforme o tempo e os anos passam, eles oxidam e degradam o papel, que tem um determinado PH, e a oxidação vai estragando.

Nesse processo de limpeza, fazendo toda a remoção de clips, tiramos a poeira por meio de pincéis, para que consigamos deixar esses documentos o mais estável possível. Não só papéis, como objetos. Se o objeto tem alguma etiqueta, fita com cola, por exemplo, isso também o degrada. Quanto mais pudermos limpar o objeto, limpamos.

Se está com etiqueta e ali tem uma informação importante, temos que tomar algumas decisões: manter a etiqueta e tentar preservar ao máximo para que não degrade o objeto; ou retirarmos essa etiqueta e, de alguma forma, tentamos registrar o que estava nela e era importante. É durante o processo que vamos amadurecendo essas decisões. Vai chegar um determinado momento em que vamos falar: “vamos mudar a decisão, partir para outra iniciativa”.

REGISTRO

O registro, depois da conservação, é uma das partes mais importantes, porque é isso que determina como as pessoas vão conseguir analisar, como se dará a chegada da informação dessa história e memória para

outras pessoas. Sem esse registro, não vamos saber o que temos dentro daquele todo e nem conseguir modificar e pensar meios de difundir, porque se não conseguirmos fazer isso com nosso acervo e nossos materiais, não conseguiremos falar sobre eles e não chegará em outras pessoas.

Há vários meios de se fazer esse registro: antes da tecnologia avançar, em museus, esses registros eram feitos em papel mesmo, eles tinham o arquivo do acervo, uma listagem onde colocavam essas informações; e o que são essas informações? Data, local e descrição. O que é aquele documento? Onde estava? Quem são as pessoas relacionadas naquele documento? Por exemplo, em um certificado, vai ter registrado a pessoa que recebeu, a que deu o certificado, a instituição que ofertou, a data que isso aconteceu, local e do que se trata. Todas essas informações precisam ser sistematizadas, seja de modo analógico, em um processo de planilha manual, ou planilha digital. Muitos acervos são trabalhados em Excel, é uma ferramenta que conseguimos trabalhar, criar colunas sobre as informações que precisamos ter e preencher item a item. Hoje em dia, mais avançados, já existem as bases de dados.

A Casa Sueli Carneiro já tem uma base de dados e já é possível acessar esse acervo. O processo inicial foi uma planilha de Excel, tudo que estava lá migrou para essa base de dados para que tivesse um design mais agradável, mais chamativo para os pesquisadores, para que conseguissem pesquisar. Tem uma certa facilidade, campo de busca, tudo isso só foi possível por conta dessa planilha.

Por meio do registro, é possível que as pessoas conheçam a história, senão fica tudo obsoleto, sem acesso não se tem informação, as coisas vão se perdendo. O registro é importante para que as coisas não se percam. Se sabemos que aquilo existia e não está mais ali, algo aconteceu e precisamos ir atrás para saber, seja porque estragou ou porque não está no mesmo lugar que deveria.

ARMAZENAMENTO

O registro é essencial, assim como o armazenamento, onde vamos guardar para que fique protegido. Há diversas opções: caixas, plástico ondulado, papel sulfite, aquele plástico que tem no mercado para colocar fruta é bom para guardar fotografias, por exemplo. No mundo ideal, seria melhor guardar essas coisas em papel com pH neutro, só que esses papéis são caros. O mais acessível é o sulfite, ele consegue dar conta de guardar e conservar. Geralmente, o utilizamos para documentos,

dobramos o papel no meio para guardar o material, tanto sulfite normal, A4, quanto A3, vai depender do tamanho dos documentos.

Para objetos podemos enrolar no plástico bolha, assim vemos as opções possíveis para que fique o mais guardado possível, tentando sempre colocar em material de metal e quando não, madeira. Porém, ela é mais perigosa, porque o risco de incêndio é maior, o risco de insetos e outras pragas também é maior. Sempre tentamos utilizar materiais de metal, gaveteiros, armários, tentando meios de guardar de forma organizada para que a gente acesse e preserve esses objetos.

Talvez a parte mais importante seja a difusão, porque todo esse processo que expliquei só faz sentido se tivermos uma difusão, para conseguirmos levar isso para mais pessoas, porque até deixei essa frase: “um acervo sem acesso é uma história silenciada”. Se você tem um acervo e as pessoas não conseguem acessar isso de alguma forma, é uma história que se apaga.

A difusão pode ser feita de diversas formas: por meio de exposições, ambientes de pesquisas, livros, cursos, oficinas, ela é muito ampla e tem muitas formas de fazer. É uma das partes mais importantes, porque é quando você consegue realmente fazer ecoar essa memória e essa história. **Junto a isso, de trazer a memória que está nesse campo intangível para um campo materializado de forma mais sistemática, trago uma experiência pessoal, de um acervo pessoal e familiar, e como eu estou tentando preservar essa história, não pensando na sistematização de um acervo para pesquisa e difusão aberta, mas pensando no meu resgate**, enquanto parte da minha história e da minha memória, e como que eu guardaria isso para os próximos da minha família.

Trago um pouco de como é esse processo, sem ser o de construção de um acervo, mas também como guardamos nossa própria memória, nossa própria história dentro das nossas famílias e nossas casas, dentro dos nossos.



MÓDULO 3

CORPO E ORALIDADE



MÓDULO 3 | CORPO E ORALIDADE



ELISABETH
BELISÁRIO

Cientista Social, Diretora e Professora de percussão dos ritmos dos Orixás e Malinké. Atualmente é Presidenta e Regente do Bloco Afro – Ilú Obá De Min-Educação, Arte e Cultura Negra

TUDO QUE FAÇO HOJE é a partir da oralidade e corporeidade de vivências com mulheres. Hoje, estou com 55 anos. Entrei na universidade com 45 e já estava no Movimento Negro. Aos 17 anos, tive a sorte de conhecer a Sueli Carneiro, convivemos nos mesmos ambientes, porque antes de existir o Bloco Ilú Obá Min: Educação, Cultura e Arte Negra, existiu o bloco feminio Ori Axé. Mas, antes de tudo isso, ainda tive a sorte de conviver com a Sueli Carneiro, a Edna Roland e com a maioria do conjunto de mulheres que hoje compõem a diretoria do Geledés. Também conheci Lucinha, a Maria Lúcia, do Amma Psique Negritude, que está aqui em São Paulo e é muito minha amiga, a Cidinha da Silva também. Éramos muito jovens, eu nem tinha cabelos brancos ainda.

Quero agradecer a Casa Sueli Carneiro, quando olho para esta tela vejo gente nossa. Mas antes, tenho que agradecer à Girlei Luiza Miranda, minha mestra. Nasci em um bairro daqui de São Paulo chamado Brasilândia, meus avós paternos foram os primeiros moradores, eles se chamavam Benedito Belisário e Benedita Belisário. Da parte do meu pai, não teve branqueamento. Os Belisários não passaram pelo branqueamento, mas os Ferreiras, sim, que é a parte da minha mãe. Neste bairro, conheci a Girlei, que hoje está no Bloco Ilú Obá e é uma das melhores compositoras e percussionistas que conheço.

Em 1980, mais ou menos, entrei em uma banda chamada Banda Lá, o "Lá" significa "Lá em África". Girlei convivia muito na minha casa, então, de vez em quando, ela olhava para mim e dizia que eu levava jeito para tocar. Eu sou de família militar, meu pai era mineiro da polícia militar da tropa de choque, já minha mãe, recifense, era empregada doméstica. Eu nasci em São Paulo, poderia ter nascido em Recife, mas minha mãe conheceu meu pai em São Paulo. Talvez esse maracatu todo, essa questão rítmica, tenha a ver com os genes da minha mãe, de Recife. Eu nasci na Brasilândia, zona norte de SP, onde também nasceu a escola de samba Rosas de Ouro. Hoje em dia, se você vai na quadra da Rosas de Ouro observa que é uma escola mandada pela branquitude, sendo uma escola que nasceu em uma dos bairros mais negro de São Paulo.

DO ORI AXÉ AO ILU OBÁ: MULHERES QUE TOCAM E FALAM ATRAVÉS DOS TAMBORES

Para estar aqui hoje com vocês, precisei fazer um roteiro, fui procurar pela Banda Lá e não encontrei nada. Isso fez com que eu chamasse Girlei para me ajudar a lembrar quando eu entrei na Banda Lá.

Depois deste encontro, vamos retornar porque tem muitas pessoas vivas, cada um em um lugar, que sabemos como nos encontrar. Entrei nessa banda por volta de 1986. Era composta por vinte pessoas dançantes, entre homens e mulheres pretes, e dez percussionistas, incluindo eu. Essa era a formação, cantávamos para os orixás, só que a gente também realizava composições, tinham momentos de estudos, momentos para tocar e outros para pensar porque não estávamos nos lugares de poder. Eu era a caçula da Banda Lá, enquanto eu tinha 20 anos, outras tinham 40, 50 anos.

Eu sempre observava Girlei me levar para a escola de samba, minha mãe me deixava sair com ela. Eu sempre olhava as mulheres com instrumentos, ou era o xequerê, e tudo bem, não estou me desfazendo, ou tambor ou chocalho. Elas nunca tocavam instrumentos de “chamar”, como o repinique, surdo de corte, que faz toda aquela melodia bonita do samba enredo. Elas nunca ocupavam esses lugares, isso me incomodava, mas tudo bem, eu era pequena e ainda estava em aprendizado, então ficava na minha.

Também nesta banda, todos eram muito estudiosos, porém nenhum deles entravam na academia. Hoje, temos outras referências, se eu quiser escrever um mestrado, doutorado ou pós-doc, posso ter uma bibliografia só de pessoas negras, mas na década de 1980 não era tão forte, não tínhamos essas referências, apesar de irmos atrás. Como dizia um amigo meu: “professora, como a senhora conseguia viver sem o Google?”, era mais interessante, a gente frequentava mais as bibliotecas.

Dentro da Banda Lá, tínhamos esse momento, um encontro em uma rua bem famosa daqui chamada 24 de Maio, e tínhamos uma sala que gostávamos de nos encontrar para ler Marcus Garvey, Winnie e Nelson Mandela. Foi ali que comecei a aprender sobre racismo, sexismo, homofobia, e tudo o que construí até agora passou pelo meu corpo e oralidade. Nessa banda, tínhamos pessoas como José Francisco, filho de um grande vereador chamado Eduardo Oliveira, ele era da Câmara Municipal, sempre pautou condições relacionadas à questão do negro no Brasil e participou de libertação da Angola. Tínhamos a Leni de Oliveira, que hoje é advogada e já advogou para mim há um tempo sobre um caso de racismo que sofri. Tínhamos Regina Helena, o professor Acácio, que hoje dá aula na PUC e USP; Vanísio, Mallu Mendes, Rose Belisário, Carlinhos Batá e quem dirigia a Banda Lá era Girlei.

Em um dado momento, todas as pessoas que citei aqui falaram: “a gente tem que entrar na universidade”. O que sobrou para mim e Girlei? Ficar com os tambores. E assim demos continuidade.

Meu primeiro instrumento foi o xequerê; dizem que da cabaça, pelos *itans*, saem muitas histórias, e eu ali, como boa aprendiz, fui ouvindo as histórias que saíam daquela cabaça. Era louca para tocar tambor, Girlei dizia “calma, ainda não é momento de você tocar, calma”. Fiquei expert em xequerê, ninguém tocava como eu, fiquei muito boa mesmo. Fiquei de três a quatro anos até poder tocar tambor. Trouxemos as composições e a dança dos orixás e, na Banda Lá, todas as pessoas eram negras, estou falando de 1989. Teve uma composição que fizemos que começamos a estudar sobre a Namíbia, e lá as coisas não estavam bem, o país estava sendo muito explorado. Meus ensinamentos partem da Nigéria, Angola, e depois, futuramente, pretendo estudar o Oeste Africano, tambores, música, porque ao falar da África, estamos falando de um continente.

Me lembro que começamos a estudar Garvey e fizemos uma música assim:

*Humano da Namíbia, me diz como é que vai?
Aqui não está legal os negros a lutar.
Precisamos dessa vida para poder refazer,
humano da Namíbia me diz como é que vai?*

E assim íamos fazendo a música. Tem outra que fizemos também, eu e José Francisco, sem Google e sem nada, íamos atrás das coisas. Fizemos uma que falava de Marcus Garvey:

*Sonhava Marcus Garvey que todos os negros do mundo
deveria voltar para a África, por estarem desertados
por todos os cantos construindo esse sistema vulgar.
E também sendo explorados por todos os cantos
é que nossa união tem que se concretizar.
Melhor seria libertar toda a África,
negra-mãe raíz que tenho que alimentar.*

Sempre nos apresentamos e começamos a ganhar nome e sermos chamados para ir às escolas, e isso serviu para entendermos realmente como nossas histórias não estavam nas universidades, no ensino médio, ou, melhor dizendo, desde a primeira infância, porque acho que temos que aprender política desde a primeira infância, aprender realmente sobre nosso país.

Depois desse tempo em que fiquei, a Banda Lá se desfez, e todas essas pessoas que citei entraram na universidade para estudar história, matemática, geografia, tudo relacionado a fazer uma provocação, como dizem: “mexer com o balaio” das universidades, porque nossas histórias precisavam estar lá. Eu e Girlei seguimos com o tambor. Depois de muito, muito tempo, conheci Quica de Bessen, que é a presidente de Ori Axé, e uma parceira, a Penha, e juntas elas tinham um salão chamando Orí Ilê (*Orí*: cabeça; *Ilê*: casa). Era um salão que cuidava dos cabelos de pessoas negras.

Meus pais se separaram e eu saí do bairro da Brasilândia para morar no Bixiga, no Quilombo da Saracura¹. Foi uma mudança radical, porque eu morava em uma periferia e fui morar em uma travessa da Rua Pamplona, que é a Paulista, elite da elite. Só que, lá embaixo, entre subir e descer, eu descia e ia sempre para o Vai-Vai. Da minha casa, eu escutava o Vai Vai. Ali eu começo a frequentar o Bixiga, conheço Quica de Bessen e, de vez em quando, tinha o prazer de estar com a Sueli Carneiro, quando ela ainda estava no Geledés. Ali encontrava essas mulheres, estava no meio delas, as ouvindo sempre. Quica chama eu e Girlei e pergunta: “você querem reger um bloco?”, eu pensei: “nossa, reger um bloco?”.

UM BLOCO DE MULHERES COM OS SEUS TAMBORES

O bloco se chama Orí Axé, o axé da cabeça. Juntas, eu e Girlei fomos fazer esse trabalho no Bixiga, um bairro em que a maioria falava italiano, mas que nunca foi italiano, sempre foi um bairro negro. Se você pensar, não sei se todos conhecem, lá é um bairro baixo, ao subir as ruas, Treze de Maio, Santo Antônio, você chega na Avenida Paulista. A história real é que o povo negro morava embaixo (Bixiga), para ir trabalhar nos casarões da Paulista.

Essa é a ideia, mas houve um apagamento sobre o Bixiga. Atualmente, o Ilú Obá retoma as ruas do Bixiga, nesse bloco que tinha homens e mulheres tocando. A primeira saída do Ilú Obá foi na rua 13 de Maio, o que para a gente não significa nada, o que pegou mesmo foi o dia seguinte da falsa abolição, o dia 14 de Maio, o pior problema foi esse, a primeira saída foi para lavar a “rua da mentira”, a Rua 13 de Maio. Fazíamos lavagens no dia primeiro de abril, conhecido, tradicionalmente, como o dia da mentira. Hoje, fazemos no dia 13 de Maio mesmo, era muito

¹ [Vídeo Bixiga: Caminhos para Saracura](#)

significativo para nós, para Quica, que é a presidente do Ori Axé, realizar as lavagens no dia da mentira. Lá levamos as mulheres no Bixiga e fizemos como uma lavagem mesmo.

O Ori Axé chegou a cinquenta pessoas, então, a gente pegava as quartinhas, fazia um manifesto, falava sobre a história do Bixiga e saímos lavando essas mentiras. Eu fiz uma música assim:

*Em primeiro de abril / inventaram o 13 de maio / vai e vem
Ori Axé lavar essa mentira / 20 de novembro é nosso dia
/ 13 de maio, primeiro de abril / nessa história negro não
caiu/ e venha Zumbi / e venha Zumbi / vai e vem Ori Axé
lavar essa mentira / a história do meu povo / vem refertar
/ trazendo iaôs e quartinhas / água de cheiro e muita flor /
com o negro vida cantar / a mentira da história da vida lavar
/ vai e vem Ori Axé / lavar essa mentira /20 de novembro
é nosso dia / 13 de maio, primeiro de abril / nessa história
negro não caiu/ / 13 de maio, primeiro de abril / nessa
história negro não caiu/ e venha Zumbi / e venha Zumbi /
vai e vem Ori Axé lavar essa mentira.*

Aí, o tambor comia! Ficávamos muito tempo. O Orí Axé tomava as ruas, estava ali na Rua Santo Antônio, nº 830, onde exatamente era o Orí Ilê, o salão cabeleireiro. Tínhamos uma particularidade: antes da gente sair, saudamos os Orixás. Ficamos quatro anos nesse bloco. Era muito peculiar, quase uma audácia, mulheres tocando para os Orixás, porque essa história que mulher não toca tambor também é uma história que precisamos nos debruçar sobre, porque nós, mulheres, tocamos tambores, sim!

Existem muitos lugares na Nigéria que homens não podem se aproximar dos tambores, mesma coisa quando chegam às máscaras Geledés, quem usa são os homens, usam em respeito às grandes feiticeiras. Isso também foi uma forma de tirar o poder das mulheres, porque o tambor é um instrumento de poder. Ganho este conhecimento quando estudo os ritmos do Império Mali, o lugar em que as mulheres tocavam, sim, os tambores, mas foi uma forma de os homens dominarem alguma coisa, tem esse aspecto também.

A gente respeita e entende as questões religiosas, por isso, esta hierarquia, que é respeitosamente o papel de uma Ekedí e Alagbé, eles são respeitados nos mesmos níveis. Isso também é pertencente de um estudo ao qual me debruço há muito tempo, não que eu queira provar o

contrário. Tudo que faço possui fundamentação dos Orixás, trabalho com ancestralidade, realmente, e uma das partes é a religiosidade.

Eu e Girlei já passamos por muitos “você não pode tocar isso ou aquilo” e até agora não aconteceu nada com a gente. Nós tocávamos de Exú a Oxalá, cantigas permitidas de serem cantadas na rua. Não eram cantigas que estão dentro do ritual de iniciação ou camarinha, eram outras cantigas, tanto que muitas delas Gilberto Gil regravou, Caetano Veloso, Bethânia. Mas, quando realmente fomos para a rua, ouvimos algumas críticas, nós fomos perguntar se tínhamos permissão para tocar e tivemos. Foi dada a nós permissão de seguir com o tambor, respeitando esse histórico nosso.

O bloco Ori Axé ficou seis anos no bairro Bixiga e depois se desfaz, éramos jovens, tínhamos muitas coisas na cabeça e acho que não tivemos muita maturidade, a maturidade que tenho hoje. Estou à frente de um bloco, o bloco mais amado de São Paulo, reconhecido dentro de uma universidade e fora dela, um bloco que faz a junção de muitas mulheres potentes, por isso, ele não acontece só por mim, mas por muitas mãos.

O bloco Ori Axé se desfez, mas Quica continuou. Hoje, ela mora em Itaquera e tem um encontro com yalorixás e leva o Ori Axé para a vida dela, e nós somos muito amigas, porque sempre a agradeço e falo que não posso contar a história do Ilú Obá sem mencionar minha jornada no Ori Axé. Ilú Obá é filha do Ori Axé, se não existisse Ori Axé não existiria o Ilú Obá. Mesmo nos dispersando, cada um fazendo seus rolês. Tudo isso tem a ver com a militância, nunca ganhei dinheiro com isso, ganhei melhor do que dinheiro, ganhei saberes, pois não foi a universidade que me ensinou o que construí esse tempo, foi conhecendo essas mulheres e todas que estou citando a vocês.

Como era uma militância, houve momentos em que fui convocada para construir diversas demandas de lutas. Então, o Ori Axé acabou, e, neste mesmo período, perdi minha mãe. Ficar órfã não foi fácil, houve um vazio na minha vida. Naquele momento, fui chamada para uma companhia que trabalho até hoje, no Rio de Janeiro. Ali, conheci Lígia Veiga, minha segunda mestra de teatro de rua, ela não é uma mulher negra, mas eu agradeço aos ensinamentos dela ofertados a mim. Foi lá que aprendi a andar de perna de pau, tudo o que eu aprendia, corria atrás, pesquisava, visitava biblioteca, dava um jeito. Foi lá que eu descobri que essa ferramenta de andar com perna de pau é uma ferramenta africana dos povos Dongos, dos povos Mali. Parece que é uma arte europeia, mas é uma arte milenar africana. Como tem muito teatro da rua na Europa,

parece que a perna de pau é europeia, mas é uma ferramenta africana.

Os Dongos, povos que tinham alta tecnologia, usam a perna de pau para muitos rituais, o povo do Togo também, inclusive tem um ritual bem triste, que é para caçar girafas: entoam um canto, e com este canto conseguem chamar a girafa-fêmea e a caçam. Mas tem outros rituais, porque colocar a perna de pau não é tão simples, foi lá que eu aprendi.

A minha entrada nessa companhia de teatro foi assim: a Lígia estava passando no Bixiga e viu quase todo o bloco, e quando terminei, ela falou: “você não quer entrar na minha companhia?” e eu falei: “não sei, pode ser”. E aí, fui conhecer essa companhia, a Grande Companhia de Mistérios e Novidades, e, por incrível que pareça, eu só conseguia andar na perna de pau quando pegava um tambor; antes eu não conseguia me equilibrar. Era muito impressionante, porque quando eu começava a desequilibrar falavam: “dá o tambor para ela”. Fiquei um tempo nesta companhia, viajei, fiquei um tempo sem ver Quica, Sonia Leite, muitas mulheres.

Primeiro, eu entrei, Girlei seguiu por outros caminhos, mas logo chamei ela para participar; depois foi a Adriana Aragão, uma das fundadoras do Ilú Obá, e, logo em seguida, chamei a Mafalda Pequenino, que dança lansa, a mulher que hoje cuida do naipe de pernaltas. Enfim, foi muito bom sair um pouco do Brasil também, porque saindo do Brasil fui entender meu país, e aí que o negócio foi muito importante para mim, porque lá eu pude entender a colonização, a história do meu país, a exploração. Lá, compreendi tudo. Então, quando voltei, fui para muitos lugares, não fui para África ainda, infelizmente, cheguei muito próximo de ir, mas irei, é uma dívida que eu tenho comigo mesma. Todos os 100 reais que posso guardar coloco “África”. Até agora, com essa companhia, eu fui para China e, principalmente, lugares da Europa. Eu queria ir aonde estavam as pessoas pretas. E, assim, fui conhecendo outros instrumentos, outras músicas. Se você chegar na minha casa, verá que tenho mais discos africanos do que música popular brasileira, mas isso é por conta dos meus estudos. Lá, eu conheci o Djembe, me apaixonei. Fiquei até 2000 nesta companhia e ainda faço parte dela, mas como, atualmente, ela está no Rio de Janeiro, e hoje trabalho em São Paulo, e também tem o Ilú Obá, não dá para ir tanto. Quando a diretora solicita minha ajuda em algumas criações, vou lá e faço os arranjos, mas, infelizmente, hoje em dia nem tenho tanta força assim para andar de perna de pau, deixa para os mais novos. É uma coisa que a gente nunca mais esquece, é como andar de bicicleta, ainda mais quando eu soube que é um saber africano.

Quando voltei para o Brasil, em meados de 2002, estava na minha

casa e algumas pessoas começaram a me chamar: “Poxa, Beth, você poderia voltar com aquele trabalho de rua”, e eu respondia: “gente, agora não”. Como disse para vocês, fiquei sem minha mãe, mesmo tendo minha mãe viva até os 86 anos. O trabalho do Orí Axé era muito potente, reunia muita gente, conheci muitas pessoas importantes de diversos movimentos. Quando retorno, sou chamada.

“Eu volto, mas só se for para trabalhar para Xangô, esse trabalho tem que ser pensado, dirigido e coordenado por mulheres, assim eu volto, se não, não volto”, essa frase que veio em minha cabeça.

ILU OBÁ DE MIN E AS MULHERES QUE TOCAM PARA XANGÔ

Eu nem sei o porquê falei essa frase, depois vou descobrir. Consequentemente, quando falo isso, começo a conhecer várias mulheres de Xangô. Uma delas é Sonia Leite, a qual trabalhou por muito tempo no Movimento Negro. Uma mulher de Xangô, o braço direito de Marilena Chauí e que participou como cantora da primeira banda que falei, a Banda Lá. Depois, conheci a Mãe Dida de Xangô, que é a cuidadora espiritual do Ilú Obá De Min, que é do Abassá Xangô. Depois, conheço Nega Duda, quando a conheci, falei: “as mulheres tudo de Xangô chegando!”. Eu não sou iniciada, sou ebórizada, mas há muitos anos. Então, se fosse fazer o santo, eu acho que teria 30 anos de santo, porque desde quando comecei...

Conheci Nega Duda em umas das minhas viagens, a conheci no aeroporto, uma mulher filha de Xangô Agodô, que está no Ilú Obá. O fundamento espiritual é de Nega Duda. Ela é de Candomblé Angola, o Axé Ilú Obá, no qual o assentamento é feito em uma casa que passou por ketu e agora tem as tradições nagô. Conheci Sandra Campos, que é uma produtora de São Paulo, também de Xangô. Começaram a aparecer várias mulheres de Xangô. Eu sou de Oxossi com Iansã, mas minha coroa é de Xangô, onde eu brilho, onde eu tenho que trabalhar mesmo, então pensei: “agora tenho que começar a trabalhar para Xangô”. Então, realizei uma reunião com todas as mulheres que faziam parte do bloco Ori Axé: Valquíria Rosa, Rose, Baby, Vanda, Shirley, Marise, são muitas.

Realizamos a reunião no espaço educativo na República e eu falei: “Bom, então, vou voltar com o trabalho. Os homens podem só ou ir para a perna de pau ou ir para a corte”. São dezesseis anos, esse ano fazem dezoito anos de perna de pau, 43 homens e mulheres dançando, que a gente chama de Odu Aiyê, e dez cantoras, todo o restante é bateria.

Iremos sair com 399 pessoas, 299 são ritmistas. Nesse encontro, eu falo: “Temos que ir para as ruas, tomá-las novamente, porque é esse lugar que queremos estar, que queremos tomar, porque as praças são públicas, então vamos retornar para as ruas”.

Na primeira saída do Ilú Obá, tinham cinquenta pessoas ao todo. Em 2004, o Ilú Obá ainda não estava com CNPJ como instituição, isso irá acontecer somente em 2005, e nossa primeira saída com o Ilú foi em 2004. Nosso primeiro “título” – não chamo de “tema”, porque é uma palavra muito acadêmica para mim, então eu uso título – foi desde que falamos de Rainha Nzinga/Jinga até Sueli Carneiro. Temos muitos títulos. “Títulos”, porque somos nós que oferecemos e reverenciamos, nós ensinamos mais às academias do que a academia ensina a gente. Pela minha trajetória, eu tinha certeza de que isso iria acontecer um dia, eu dizia: “Girlei, você vai ver, daqui um tempo todo mundo vai querer ser preto, falar da gente, tocar tambor, mas agora a gente vai falar para aqueles a quem vamos passar os ensinamentos, porque está na nossa mão”. Compartilhamos tantas coisas, e, às vezes, as pessoas fazem uso desse ouro, desses saberes. E, nós, ao contrário, nos referenciamos, a gente quer manter, não queremos essa história de 500 anos.

Uma vez, eu perguntei para um aluno meu: “você conhece o Ipiranga?”, e ele me disse: “sim”. E, então, perguntei qual era o monumento que tinha lá e ele me disse: “é aquele monumento bonito do cavalo, Dom Pedro?” Eu respondi: “Você sabe que aqui não tinha aquele cavalo, né? Só tinha burro aqui, aquilo é uma mentira”, e meu aluno me respondeu: “Pô, para ô, vamos devagar, eu só estou começando a aula”. Aquilo já é uma mentira, então, o compromisso do Ilú Obá é recontar a história de 500 anos. Talvez eu não esteja mais viva para tudo isso, mas como a mais nova do Ilú tem 4 anos e a mais velha, 84 anos, com certeza alguém vai dar continuidade a tudo isso. Pode não ser eu, mas tudo bem, se eu não estiver, o Ilú Obá vai acontecer, esse é o legado. Legado não fica para você, você joga para o mundo inteiro, é bem diferente. Ouvimos falar de legado. Mas de que tipo de legado estamos falando? E qual tipo de ação?

Em 2004, eu reúno essas mulheres novamente, chama daqui e dali, nós conversamos, todo mundo concordou com o retorno. Precisávamos ter um nome. Em uma biblioteca, eu puxei um livro intuitivamente e saiu o “Povo de Santo”, um livro do Raul Lody, e lá estava escrito “Ilú Obá de Min”, é um tambor que se tocava na Nigéria para realizar um ritual para o Orixá Oxum e são três mulheres que percutem esse instrumento. Eu pensei: “Ilú”, tambor, “Obá” designa o título do rei Xangô e com “de Min”

eu fiz uma licença poética e coloquei “mãos”. Então, *Ilú Obá De Min*, são mulheres que tocam tambor para o rei Xangô. Eu brinco falando que Xangô teve três mulheres e agora ele tem trezentas e poucas, deve estar muito feliz. Que ele traga a riqueza que a gente merece, porque nós somos mantenedoras.

A primeira *femenageada* foi Rainha Nzinga/Jinga – usamos *femenageada* para tirar a palavra “homenageada”. Em 2006, foi Leci Brandão. Pegamos toda a história de dela: onde morava, a família dela, como se tornou cantora, quando trabalhou com educação e enfermagem. Contamos como foi para ela ser mulher, a primeira mulher da ala de compositores da Mangueira. Inclusive, depois ela foi convidada para ser nossa madrinha, quem a trouxe foi uma mulher de Xangô. Leci foi ver o bloco, ficou encantada e disse que queria ser a madrinha e é. Fizemos oito composições.

Interessante que o Ilú faz isso, não tem compositoras, tem esse momento de começar a compor, e quando se juntam, fazem música. Hoje, temos várias compositoras, elas escrevem os livros delas. Em 2007, houve o *Panteão dos Orixás*: se existe um panteão dos europeus, a gente também tem o nosso panteão, de Exu a Oxalá, contamos histórias de todos os Orixás. Em 2008, fizemos *Do Orun ao Aiye*. Quando falo desses títulos, nós também os estudamos, é o momento de pesquisar e procurar as referências, compartilhar o que achamos, e assim escrevemos juntas. Do *Orun ao Aiye* foi um mito, queríamos contar como é um nascer de yawô, é a história de quando os Orixás vão para o Orun e deixam de frequentar o Aiye, e é também um ritual de iniciação do yawô, o nascer do yawô.

Em 2009, falamos de Raquel Trindade (1936-2018), Kambinda, filha do Solando Trindade. Foi incrível ter a presença dela viva com a gente, contando a história dela. As histórias dela eram aulas e aulas, ela conseguia ligar uma coisa a outra de maneira única, ela conviveu com o Grande Otelo, falava várias línguas e foi estudar fora do país, é a matriarca que funda e segura esse espaço que existe hoje no Embu das Artes. Ficamos encantadas pensando: “ela é uma entidade viva”, isso foi muito importante. Eu lembro que falei: “Raquel, vou colocar você em uma cadeira maravilhosa” e ela me respondeu: “não me bote em uma cadeira não, vou querer dançar meu maracatu do começo ao fim”. Foi lindo, porque veio toda a família Trindade. Isso é muito importante, uma forma de juntar. Demos a volta na árvore do esquecimento, isso foi simbólico só para eles, para nós não teve sentido nenhum, ao contrário, quanto mais voltas dávamos mais a gente pensava em não esquecer nunca. Por isso, eu falo

que tenho certeza de algumas coisas, que elas vão acontecer e estão acontecendo. Esse carnaval foi muito potente.

Raquel é uma mulher de Iansã com Obaluaiê, foi trabalhoso também, mas ver toda a família Trindade foi um presente, e ver as pessoas também, porque é um presente para São Paulo. Quem vê a saída do Ilú Obá pensa: “como vocês conseguem se reunir assim?”. Uma vez falaram: “vocês são muito famosas”, eu respondi: “não sei se a palavra é famosa, porque junto a fama vem o dinheiro e isso não veio ainda”, está chegando, não estamos com muita pressa. Nós temos reconhecimento de muitos lugares, aí sim. Porque a ideia é aquilombar, juntar todo mundo, nem que seja por um momento.

Em 2010, fizemos o *Atlântico Negro*. A ideia era a gente contar tudo o que veio da África para cá. Existe toda a cultura de África, mas o que chegou aqui? Tambor de crioula, boi do Maranhão, Maracatu, Samba? Todas as manifestações que vieram de África. A ideia era colocar isso tudo na avenida. Esse deu trabalho! Tivemos a oportunidade de levar o samba de lenço, comandado por mulheres, e trouxemos o povo do Tião Carvalho, do Maranhão, foi bem bonito. Os ritmos e composições tinham que contar essas histórias também: o que culturalmente veio de África, mas se construiu aqui? O que foi reconstruído aqui? O que foi mantido aqui? O que foi reinventado? Quando a gente sai, o que a gente leva? Só o corpo. Não deu tempo de pegar nada, não dava. Trouxemos o corpo, a memória, a oralidade, não trouxemos nada. Talvez um pouco de terra, uma semente, porque quando chega aqui, para existir, tivemos que ter folha, porque sem folha não tem axé e, então, nos juntamos com os povos daqui: pajelança, a mesa branca, os caboclos, tambores... a cumbia é o tambor com a gaita dos povos originários.

Em 2011, partimos para as *Rainhas Candaces*. São mulheres de Meroé, Egito, que eu mesma sempre falo que se com cinco anos eu soubesse que tinha uma Rainha Nzinga/Jinga... Uma menina de quatro, cinco, dez anos no Ilú Obá, que sabe que teve Rainha Nzinga/Jinga, ninguém pega ela, porque nós tivemos que passar por muitos processos, não sabíamos nossa história: o ensino médio as universidades, nossa história começa e um navio negreiro. Mas e a história do antes?

Hoje, uma menina que está no Ilú Obá, ou uma senhora – porque, talvez, as coisas que estou falando aqui para você nem minha mãe teve oportunidade de aprender, que inclusive sabe essas coisas, porque falo hoje para ela –, soubessem que existiu uma Rainha seriam mais arretadas do que são. É importante sabermos que existe, porque quando se coloca

a rainha do Egito com a Elizabeth Taylor, ou Chiquinha Gonzaga como Regina Duarte, apagam nossa história novamente. Não podemos deixar isso acontecer. Quando fizemos a rainha Candece, a pesquisa foi feita via internet, tinha muita coisa em inglês, francês, mas poucas em português. São Rainhas que existiram, não são contos de fadas, são mulheres reais.

Em 2012, fizemos *Os Dozes Obás*: debruçar e saber quem eram os doze Obás. Porque na Nigéria se cultuava nove Obás, e Mãe Stella quem começa a cultuar os doze Obás. Carybé é um Obá, Gilberto Gil é um Obá também, a gente vai começar a descobrir essa história também, quem são os Obás daqui. Como era 2012, era um ano regido por Xangô, Ilú Obá saiu falando de Xangô, eu coloquei doze Xangôs, nem todos soltavam fogo, mas pelo menos seis deles soltavam. Coloquei doze Xangôs nas pernas de pau e nove Iansãs também.

No ano de 2013, foram as *Yabás: as deusas do Axé*. O que queríamos falar? Tem uma Itan que se chama Festa das Yabás. Eu vou contar uma história:

“Existia um reino chamado Oyó e lá todos devem decidir juntos, homens, mulheres e crianças. É que a gente desaprendeu, mas é assim que dá certo. Então, no reino de Oyó, os homens começaram a decidir e não comunicavam às mulheres, elas diziam “queremos participar também, vão tomar decisões para a comunidade sozinhos?”. Oxum reúne as mulheres e diz: “a partir de hoje ninguém mais terá relações sexuais, aí eu quero ver”. O que acontece? O reino deixa de procriar. O que poderia acontecer? Aquela comunidade poderia acabar. Aí Xangô, Exu, Ogum, Oxóssi dizem: “iremos ter que ceder, se não acaba a vida, acaba tudo. Elas também querem ser ministras”, eles repensam e elas voltam a dirigir a comunidade, opinar, tomar decisões, é por isso que se faz a festa das Yabás”. Levamos esse carnaval para as ruas.

Em 2014, o título era Nega Duda minha madrinha e irmã, meu encontro ancestral. Peço a benção a ela aqui. O axé plantado do Ilú Obá é dela. Viva também, ela é a cantora, compositora, tem um samba de roda, eu faço parte do samba de roda dela, ela é de Xangô, Agodô, ekedi seríssima, pense numa pessoa que tem axé! Ao olhar para Nega Duda, já quer abraçar, estar ao lado dela. É um tipo de mulher assim.

Ela chegou muito tímida aqui, como toda mulher que chega de um lugar onde ela nasceu, São Francisco do Conde, ela dizia: “De onde eu vim, Beth, ou a gente faz que não é com a gente, ou faz que não ouviu, mas no Ilú Obá aprendi o contrário.” Falei: “que bom, madrinha, a gente faz que ouviu, sim, e se tiver que ir pra cima, vamos conversar”. Ela diz que tem muita reverência ao Ilú Obá, uma mulher de Xangô Agodô, com todo conhecimento que possui, às vezes, eu falava”: Nega, pelo amor de Deus levanta essa cabeça!”. Hoje, ela é muito empoderada, com os saberes dela. São os saberes dela que a levou onde está hoje. Ela cuida muito bem do Ilú Obá, se ela achar que está acontecendo alguma coisa errada, já faz um banho de cheiro e joga em todo mundo. Ela mesmo reza a folha, faz as coisas, chega com tudo que tem que fazer.

Eu agradeço ao meu pai Odé e ao pai dela por colocar a gente em sintonia. Viajamos, nos conhecemos no aeroporto, e de lá falei: “você não vai voltar para a sua casa mais não, vai morar em São Paulo”. Ela me respondeu: “tá doida?”, e ela mora aqui há dezoito anos, independente, na casa dela, muito requisitada! Fomos buscar a história do Recôncavo Baiano, das tias baianas, das quituteiras, essas mulheres que guardam a própria história da Irmandade da Boa Morte. As mulheres que compraram as primeiras alforrias, tudo ligado para falar da Nega e como isso se dava no Recôncavo Baiano. O título foi: *Nega Duda, o samba de roda e o Recôncavo Baiano*.

Em 2015, nosso título foi *Carolina Maria de Jesus*, foi mágico, uma coisa impressionante. Em 2014, pensamos em cantar sobre o Ilú, tinha uma votação, e eu trabalhava em uma biblioteca chamada Monteiro Lobato, sou articuladora, trabalho com música. Meu primeiro projeto foi trabalhar com crianças, passei em um projeto chamado Programa de Iniciação Artística (Piá), então, escolhi trabalhar nesta biblioteca, que contém toda a biblioteca pessoal de Monteiro Lobato. Tinha um senhor que também trabalhava lá, um homem branco e barbudo, sua aparência me lembrava o Osho, que não falava nada comigo.

Eu falei para os integrantes do Ilú: “Hoje a noite vamos fazer votação, se chamamos de Ilú ou de Carolina”. Fui para o meu trabalho e quando estava com as crianças, este senhor passa e fala comigo: “Oi, tudo bem? Preciso te dar um livro”. Respondi: “depois do almoço eu pego lá”. Sem saber qual livro era, fui buscar, e adivinha? O livro *O Quarto do Despejo*. Na hora, falei: “Aláfia!”. Carolina Maria de Jesus falou: “oh, meu filho, vou encostar só um pouquinho em você, pega esse livro aí e vai, está resolvido! Não tem o que discutir.” Era um livro assinado pela Carolina

falando sobre este livro! Perguntei às mulheres da coordenação da biblioteca, e elas me confirmaram.

Após 2015, falamos de Elza Soares, viva. Vocês veem que vamos intercalando uma ancestral, uma viva. Quem me dera se todas estivessem vivas! O itan de Ilú Obá não sou eu quem controla, quem sopra nos meus ouvidos são os ancestrais. Em 2017, foi *Alafin de Oyó*. Em 2018, Akotirene. Em 2019, Negras Vozes de Alakan, uma cena muito bonita, Alakan significa aliança, é uma aliança de reencontrar, realizei a mesma cena de 1968 quando acontece a fundação do Movimento Negro Unificado, em frente ao Teatro Municipal, foi o momento em que consegui unir o MNU novamente. Possuo as duas fotos, de 1968 e de 2019. Em 2020, Lia de Itamaracá. Infelizmente, veio a pandemia, mas não largamos, ao contrário, produzimos muitos, tem dois livros que foram produzidos, o primeiro foi Agogô que escreveu.

Nesse livro são todas as mulheres dizendo o que significa o Ilú Obá para elas, esse é um livro de oralidade e corporeidade. No segundo volume, são só as fotos de todos os carnavais, tem foto minha de 1989, quando compartilhava a regência com o Ori Axé. Esse foi o terceiro, o primeiro livro foi 100 mulheres do Agogô escrevendo.

Os períodos pandêmicos, de 2021 a 2023, não poderia ser outra pessoa se não Sueli Carneiro. Na verdade, planejamos cantar a Irmandade da Boa Morte, mas ainda somos muito novas, temos que andar muito para chegar lá. Elas nos receberam, uma escola no Rio de Janeiro já iria fazer uma homenagem, mas como eles mesmos nos disseram, não pediram licença para elas, com isso, elas deram uma resposta negativa, foi uma loucura. Quem disse que eles poderiam fazer foi a prefeita que nem da Irmandade é. Você não fala de irmandade de mais de 200 anos sem pelo menos pedir licença, agô, motumbá, a bênção. As pessoas pegam as coisas e vão fazendo, não funciona assim.

Eu fiz tudo certinho, falei com a mais velha, compramos as passagens, pedimos licença para chegar na casa das senhoras e elas nos disseram: “Se a gente disser sim para você, o mundo inteiro vá ficar de olho em vocês, mas como queremos cuidar de vocês, vocês vão cantar para a Irmandade da Boa Morte, mas não agora”. Nega Duda me disse: “Olha, Betinha, como uma boa filha de Oxóssi, corra, viu?”, e eu respondi: “E agora?”, quem veio na minha cabeça foi Sueli Carneiro. A Coordenação falou: “Perfeito”. E nada como depois de uma pandemia sair com uma mulher de Ogum, né? Já vai na nossa frente!

Contei essa história para Sueli e ela disse: “Me sinto honrada,

talvez eu seja da linhagem da Irmandade da Boa Morte". Sueli faz muita coisa, conseguir conciliar a agenda... Oxóssi teve que trabalhar. Eu sei que ela acompanha a trajetória do Ilú, já a vi em vários momentos no Ilú Obá, especialmente na Marcha das mulheres negras. Nós temos uma parte educacional, temos muitas produções, tem uma emenda que fizemos, construímos um núcleo de educação no Ilú que só cuidou disso, fiquei com parte da direção artística que é o que sei fazer de melhor. Realizamos um curso de Pedagogia, tem um livro de Alan Da Rosa com esse nome, eu pedi permissão para usarmos e ele disse: "Esse nome não é meu, é do mundo, e se é o Ilú Obá que vai usar essa palavra, é tudo nosso!". Tem um livro que vai sair sobre essa Pedagogia, criamos os "Diálogos Negros". Fizemos trilha original do filme de Antônio Pitanga junto a Beto Brant, temos uma websérie chamada Atunko, já participamos de trilhas, tínhamos uma verba para entrar e eu pensei: "Vamos fazer o Pedagogia", que consiste em o Ilú Obá entrar nas escolas, prometi isso a Elza Soares. Ela queria "Exu nas escolas", essa foi uma das formas.

Acho que o Ilú vai acontecendo. Primeiro, ele é regido por mãe Iansã e por Xangô, os Orixás mais quentes do Orun. Me lembro uma vez que, entre muitas delas, Lucinha, Sueli Carneiro disseram: "A gente já fez, agora é a sua vez", então, acho que Girlei está comigo ainda, a primeira mulher a me ensinar tambor fala: "Como assim?" e eu digo: "É, Girlei, você me colocou aí, uma pessoa que reverencio também". Sempre falo que tenho alguma dívida, são com minhas ancestrais, e ancestrais, necessariamente, não precisam estar mortas, porque não é qualquer pessoa que vira ancestral, mas, muitas vezes, elas estão aqui conosco. Minha dívida é muito boa, possui muitas riquezas das quais muitas vezes sobram.

Fico feliz de poder ter aprendido tudo o que me foi dado. Tive o momento de algumas pessoas me dizerem: "Não dá mais pra seguir, agora é com você", e agora é comigo mesmo, pode ir. Eu disse que ia trabalhar para Xangô, às vezes não dá para estar todo mundo ao mesmo tempo. Naquele momento da Banda Lá, o Acácio precisou ir, a Regina precisou ir, eu e Girlei seguramos.

Quando entrei na universidade – não cursei universidade pública – fiz, inclusive, porque o Ilú precisava receber um patrocínio e a presidente teria que estar na faculdade. Escolhi fazer Ciências Sociais, o que foi ótimo, porque entendi as ferramentas de dominação, foi perfeito. Eu estava lá escutando coisas que muitas vezes discordava, então levantava a mão

e falava: “Professor, depois da aula podemos discutir sobre? Porque acho que não foi bem assim não”.

Nunca desrespeitei um professor meu em sala de aula, mas nos quinze minutos, nos cafézinhos ali, porque adulto conversando com adulto, eu questionava algumas coisas, mas muito respeitosamente. Fui muito bom ficar quatro anos ali sentada de manhã, estudei pela Uninove. Precisei ter esse título de “nível superior”, nossa, é muito bom! Minha mãe ama. Esses lugares são importantes, mas fiz o caminho ao contrário, fui aprendendo, convivendo com essas mulheres, com o movimento negro e depois, com 45 anos, fui para a faculdade, então eu já tinha uma universidade viva e muito boa.

Falar de Sueli Carneiro em um momento exato: saímos da pandemia, ganhamos as eleições, era o cenário perfeito para sair homenageando Sueli, porque só agora uma mulher de Ogum para cortar. Foi lindo ver Sueli, porque tenho esse privilégio de sair ao lado das homenageadas: Lia, Elza, Nega Duda... Sueli veio em um carro junto com a filha. Convidamos a família e amigos para compor a comissão de frente. Foi lindo ver a expressão dela e as pessoas gritando seu nome, 80 mil pessoas. Nem sei mais o número, é tanta gente! Pessoas chorando, pessoas negras e não negras.

No domingo, nos falamos e ela disse: “estou emocionada até agora, porque eu sou uma escritora”, a arte dela, o conhecimento, é uma prática silenciosa, de reflexa o, de escrever, precisa de um outro tempo, do silêncio às vezes. Ela falou: “Não achei...”, e eu respondi: “Sueli, você é tudo isso mesmo!”. Ela ficou muito feliz, foi muito importante, não vou poder esquecer o sorriso dela. Foi a primeira vez que a Igreja dos Homens Pretos abre as portas para receber o Ilú Obá, isso foi um acontecimento, porque uma das nossas mais velhas, Elenice, nessa viagem para a Irmandade da Boa Morte, as igrejas todas abrem as portas para a Irmandade, e ela falou: “a Igreja do Paissandú vai abrir para o Ilú Obá”. Quando vi aquela igreja aberta foi inacreditável, as pastoras saindo... foi muito lindo. Missão dada é missão cumprida. Como dizem: “nós fizemos um ótimo combate. Não tem como perder um combate desse, será um trabalho, mas seremos vitoriosas”.

Quando cantamos *Akotirenes*, em 2018, alguém mostrou que um quilombo tinha acabado de ganhar um direito. Já íamos entrar, mas foi um aláfia que fiquei assim. Acontecem muitas coisas no Ilú Obá!

É muito importante a questão quilombola, fui chamada para fazer uma curadoria, eu tinha que realizar a defesa de três coisas

que eu quisesse falar, e uma delas foi o quilombo. Comecei a falar das ferramentas, tecnologias. Iniciei uma brincadeira, falei: “não sei se a pessoa que inventou essa danada dessa hashtag sabia que esse refinamento é de Exu, porque se você colocar: #lampada, vai aparecer, e se você colocar ela assim (reta), é uma encruzilhada. Novamente, é uma ferramenta de Exu. Não venham querer falar nada pra mim!

FALAR SOBRE NÓS, ESSE MOVIMENTO E ESSE CORPO

É tudo uma sequência, para mim, desde a Banda Lá, o lance não era dinheiro, era falar sobre nós, esse movimento, esse corpo. Eu conheço Janja, foi minha mestra, está no Ilú Obá, vai fazer o pós-doutorado dela, mas está aqui. Ela adorava me colocar na roda, eu já dancei com mestre Cobrinha. Minha inspiração é Janja. Agora sou chamada para falar na Casa Sueli Carneiro e ainda irão me pagar, olha que incrível! Daqui a pouco tem outra live que farei... o que é meu vem, está no lugar certo. Isso é muito importante, quando fiz Elza, o diretor do musical ligou e me convidou para gravar o disco *Deus é Mulher*. O ebó para saída de Elza foi babado! Foi bonito, até para Obaluaê cortamos, nunca tínhamos cortado. Para Elza, pediram, Elza ficou ótima, firme. Gravamos o disco e fizemos turnê! Trabalhamos para Xangô, e Xangô não queria pouco. A caça é grande, mas vale a pena.

Desde quando eu entendi o que tinha que ser feito, entendi quando fui parar no mundo. Tive a oportunidade de estar em Geledés com a Patricia Hill Collins e ela falou rapidamente. Eu não falo inglês, toda vez passo por isso e penso em estudar inglês. Deu para ela ver um pouco do ecossistema e ela me disse: “Não existe, no mundo – e eu sou mais velha que você – um trabalho que possa reunir tantas mulheres negras, continue. Não dependa de nada, vá fazendo, uma hora vai rolar. O pouco que vi estou impressionada”. Estou no caminho certo, porque a encruzilhada para nós é o destino, para qualquer lugar, para frente, para atrás, para o lado, são caminhos, pega um, se tiver que voltar, não tem problema. Para nós, a encruzilhada é importante, é ali onde nos separamos e nos encontramos novamente. Temos muitos símbolos.

Fico agradecida, estou emocionada com vocês. Conseguir falar para essas mulheres todas está dando certo. Agradeço. Como falei antes, às vezes, é cantado no meu ouvido: a gente termina nosso carnaval na Igreja dos Homens Pretos e quando terminei o de Sueli Carneiro, olhei para a

Mafalda e falei: “Já sei o carnaval de 2024” e ela disse: “é o quê, Beth? A gente nem terminou esse ainda” e eu disse: “Oxóssi é assim, não me deixa parar de pensar”, e ela perguntou: “qual?”, e eu respondi “Família Franco, Marielle”, porque fizemos a sequência: Lia, Elza Soares, Sueli Carneiro.

Agora voltamos e falamos da ancestral de novo, só que a Marielle é uma semente para a gente. Vamos falar sobre as famílias, ela deixou o legado dela, mas e as famílias que perderam? As famílias do Reaja? Vamos falar de tudo isso, da semente, e reunir essas mulheres, vamos trazer as Mães de Maio, Mães de Osasco, a comissão de frente serão essas famílias, sabendo que elas têm o Ilú Obá. Essa semente que a Marielle virou. Não é que não sabemos o que está acontecendo, mas precisamos de afeto e de cuidado, se não vamos ficar doidas.

MÓDULO 3 | CORPO E ORALIDADE

**GUILHERME
SOARES
DIAS**



Jornalista, empreendedor, consultor em diversidade e viajante. Criador do site Guia Negro, plataforma de turismo e representatividade. Idealizador da Caminhada São Paulo Negra. Autor do livro “Dias pela Estrada”. Colunista da Folha de S. Paulo. Cria roteiros de afroturismo, faz consultoria de diversidade para empresas, escreve matérias para diferentes veículos

O QUE É UMA PERIFERIA? *Ao falarmos sobre periferia, por exemplo, “o Guilherme nasceu no interior”, eu respondo: “Não, nasci em uma capital, em um lugar chamado Campo Grande, centro de um estado. É um lugar onde as pessoas têm pouca referência e não conseguem nem falar o nome do estado direito, pois há a negação desse nome”.*

Desde 2009, eu moro em São Paulo e desde 2017, eu também moro em Salvador. As pessoas me questionam: “como você faz para morar em dois lugares?” e eu digo que ainda tenho uma terceira casa, que é a estrada. É onde eu adoro estar, se estou longe da estrada, parte de mim não opera na potência que poderia.

Trabalhei por muitos anos em grandes jornais, Estadão, Valor Econômico, jornais pequenos também, mídias menores e, em 2016, fiz uma viagem ao redor do mundo. Durante um ano, passei por 25 países, tive vivências e experiências e pude perceber a ausência de pessoas negras viajando e de referências de locais e de culturas negras por onde passei. Havia uma ausência até mesmo quando fazia os caminhos afro-centrados, fui amadurecendo isso ao longo da viagem e percebendo que são sempre pessoas brancas produzindo conteúdo, indicando lugares de gente branca com suas histórias do colonizador, daqueles que venceram em cima de nosso sangue.

Isso me fez começar a maturar o Guia Negro. Ele nasceu no Deserto do Atacama. Eu não queria voltar para São Paulo, fui para o Atacama e tentei trabalhar com turismo. Digo tentativa, porque o racismo no Chile é até mais forte do que no Brasil. Não arranjei um trabalho como meus colegas haviam me dito que conseguiria. Diante disso, fiz como meus ancestrais: reinventei um trabalho para mim.

Como ninguém me contratava, criei um tour pelo Atacama contando a história indígena presente naquele local, mas que ninguém sabia. As pessoas vão para o Atacama para fazer turismo de natureza.

Neste tour eu me inspirava nas histórias que eu já contava no jornalismo e pude fazer isso olhando para as pessoas, observando a reação delas e entendendo o que elas procuravam. Percebi que para além das datas, como “os espanhóis chegaram aqui em tal ano”, elas queriam saber as histórias daquele lugar, as lendas, os costumes. Pude, então, perceber que era exatamente o que eu gostaria de contar.

A tour no Atacama começou em 2017 e foram seis meses nessa jornada que não foi nada fácil. Eu não ganhava muito dinheiro e voltei para São Paulo já com a proposta de montar a Caminhada São Paulo Negra.

GUIA NEGRO: TEMPORALIDADES, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Comecei a escrever sobre turismo e diversidade. Surge, então, o Guia Negro a partir da ótica do conteúdo. Durante este período, nunca dissemos que “éramos os primeiros a fazer tal coisa”. E espero que nunca mais sejamos os primeiros, mas, sim, que existam vários outros primeiros, antes e depois.

Atualmente, fazemos três coisas: produção de conteúdo, em que falamos de forma persistente sobre viagem e negritude, com o intuito de todo mundo sonhar em ir para Palmares, para que saibam que Palmares existe e que está lá para ser visitado. Este, que é um lugar imprescindível de desejar estar e, de fato, estar em algum momento, para nós que estudamos e pensamos negritude. É um lugar cuja passagem aérea é cara, mas com planejamento todos podem parcelar e conseguir visitar.

Fazemos roteiros contando histórias negras em várias cidades do Brasil. Começamos em São Paulo, mas, recentemente, no 13 de maio de 2023, fizemos caminhadas em 22 cidades brasileiras. Houve em Porto Alegre, Macapá e várias outras cidades. Além disso, nós também fazemos consultoria em diversidade. Tudo isso é um pouco do que tenho feito. Os registros estão nas produções de conteúdo nas redes sociais, na internet.

Em 2021, Quando a Sueli Carneiro contou a história dela naquela ocupação no Itaú Cultural, este que é um espaço na Avenida Paulista, em São Paulo, trouxeram o trabalho do Guia Negro. Naquele momento, houve uma parte que foi “a São Paulo de Sueli”, contando ali um pouco dessa história, dessa São Paulo negra. Ficamos felizes por, ali, o Guia Negro ter se interseccionado com a história de Sueli.

TEMPORALIDADES, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

O passado não pode ser esquecido, ele está sempre presente na nossa história. A escravização, que durou muitos anos, serviu economicamente para o enriquecimento da Igreja Católica no Brasil Colônia, e o racismo sustentava o sistema econômico no nosso país e em outras regiões do mundo, uma vez que pessoas eram sequestradas e vendidas como mercadoria.

Aqui, chegaram cerca de cinco milhões e meio de pessoas de diversos países africanos. Foram as várias Áfricas que alimentaram esse tráfico negreiro. É um terço do continente, um número muito significativo.

Importante ressaltar que essas pessoas não apenas foram obrigadas a oferecer a sua força física, como também seus conhecimentos, como quando foi descoberto o ouro em Minas Gerais. Pessoas vindas da região da Costa da Mina foram levadas para Minas Gerais, pois tinham especialidade em extração de pedras preciosas. Uma especialização questionada, negada, pois quando descobriam as pedras preciosas, diziam que a pessoa “fez feitiço”, nunca era porque elas sabiam, nunca porque tinham aquela habilidade.

O Brasil foi o último país a abolir a escravatura e houve pressão externa para que isso acontecesse. Uma abolição daquela lei de uma linha que não garantiu reparação: não tivemos terra, moradia, escola, indenizações. Tivemos um sistema que até hoje faz com que as pessoas negras ainda estejam tentando se equiparar às pessoas brancas.

Tivemos pessoas africanas e seus descendentes contribuindo para a formação de nossa língua. Não somente a língua, os idiomas e os dialetos africanos foram impedidos de acontecer e sobreviveram. Infelizmente, hoje não temos línguas africanas no Brasil que viraram oficiais ou que saibamos falar, mas algumas palavras foram incorporadas ao português, como tambor, batuque, entre outras tantas de origem africana.

As religiosidades, a gastronomia, que mesmo interditas, sobreviveram. As línguas, as religiosidades, as culturas, as gastronomias sempre foram subalternizadas, sempre houve uma tentativa de apagamento, porém estamos aqui. A escravização nunca foi aceita de forma submissa.

Ouvimos falar muito do pelourinho, aquele mastro de madeira onde as pessoas negras eram chicoteadas. No entanto, vale lembrar que existia pena de morte no Brasil. Pessoas negras e indígenas, se consideradas criminosas, eram condenadas à forca, ato que ocorria de forma pública. As forcas e pelourinhos existiram em todas as cidades brasileiras, não só em Salvador; tivemos pelourinhos em São Paulo, Piracicaba, Rio de Janeiro, Ouro Preto, no Brasil adentro.

Em São Paulo, no bairro da Liberdade, havia uma forca para onde os escravizados eram levados. Precisamos lembrar dessas histórias de dor e pensar que pessoas negras, obviamente, não iam aceitar isso de forma submissa.

Entre 1800 e 1810, tivemos trinta revoltas no Brasil contra a escravização, isso já é um exemplo de como escravizados lutavam contra aquele sistema. Além disso, tínhamos as revoltas dos quilombos, um lugar em que viviam mais pessoas libertas. Citei

Palmares, porque foi o maior quilombo das Américas: começou em 1590, no início do período da escravidão, e durou mais de cem anos. Cerca de 20% da população do Brasil daquela época morava em Palmares. Estamos falando de 30 mil pessoas, naquele momento, foi um número muito significativo, um lugar com um sistema político e administrativo muito bem organizado.

Temos um quilombo perto de São Paulo, capital, o Quilombo Cafundó, em Sorocaba, no interior de São Paulo, na roda dos café. É menos conhecido, mas sobrevive até hoje. Esta comunidade quilombola tem uma língua própria, a cupópia, uma mistura quimbundo e quicongo. O quanto de tecnologia, informação e liberdade esses quilombos produziram e fizeram com que muita coisa sobrevivesse até hoje?

O candomblé é uma religião que nasce no Brasil, sendo essa religião responsável por preservar a comida, a oralidade, a circularidade, as danças, as roupas, a língua. **Como o Brasil fez para que essa resistência se transformasse em ativos culturais e históricos?**

Temos o samba e a capoeira: o quanto esses artefatos das pessoas negras foram perseguidos ao longo da história nos quilombos? As línguas, as religiões que foram proibidas. Atualmente, temos o funk sendo perseguido, como já aconteceu com o rap. É importante perceber o quanto temos perseguições sistemáticas em tudo que produzimos e o quanto isso constitui o Brasil. A referência sobre nosso momento atual se traduz nas contribuições históricas de africanos e seus descendentes para o Brasil.

Recursos adotados como forma de preservação de nossa cultura, história e religião, como o sincretismo entre os orixás e os santos católicos ou os exemplos já mencionados. Na diáspora africana brasileira, tivemos o surgimento de coisas que são muito únicas e internacionalmente reconhecidas, como o samba, a capoeira, o candomblé, mas, mesmo assim, nacionalmente, ainda são negadas.

A capoeira, por exemplo: uma arte, um jogo, uma dança praticada em vários lugares do mundo. Como viajante, quando eu estive na Rússia, vi, em um parque, pessoas reunidas praticando capoeira. É muito foda você chegar do outro lado do mundo com referências e realidades tão diferentes e ver uma coisa que nasceu no Brasil, que é negro, sendo praticado. Não temos universidade de capoeira no Brasil, mas na Austrália tem. **Mesmo com todas as adversidades, conseguimos produzir coisas que são tão únicas e tão poderosas.**

NÃO HÁ SÓ UMA HISTÓRIA

Falando do presente: temos um Brasil preto, com 54% da população que se considera preta ou parda, mas que ainda é apresentada em índices ruins, como sendo a maior parte da população carcerária, a maior parcela de pobres, a menor parcela ocupando cargos de chefia nas empresas, menor parcela entre pessoas nas universidades. São dados que mostram o quanto a estrutura do Brasil excluiu a população negra e o quanto precisamos lutar por igualdade.

Ao mesmo tempo, temos um país muito potente, com alta contribuição no consumo: os 1,7 trilhões de reais por ano é circulação feita pela nossa população. Se só a população negra fosse o país, seríamos o 17º país do mundo em consumo.

Me lembro do Shopping Aricanduva, na zona leste de São Paulo, um dos shoppings que tem maior venda do tênis *Nike Shox*, um dos mais caros da Nike. As pessoas da periferia, da zona leste de São Paulo, consomem a marca, um tênis caro, porque aquilo está incutido nos desejos delas, está naquele universo. E se a pessoa tem dinheiro para comprar um tênis, ela vai conseguir viajar e se planejar para fazer isso. É preciso colocar isso no desejo delas.

Mesmo com essa potência toda, temos a sub-representação das pessoas negras na comunicação. Comemoramos a presença de pessoas negras na novela *Vai na Fé* (2024), da Globo, mas poderíamos ter uma realidade mais consolidada em novelas, telejornais, propagandas, nas mais diversas áreas. Esse percentual se reflete nas leis e no que estamos ainda vivendo.

Na África do Sul, um país que viveu um *apartheid* até 1994, tem, atualmente, presidentes negros, com a maior parte dos ministros sendo negros e mulheres. Eles têm uma lei que estabelece o seguinte: se a população da África do Sul é de 52% de mulheres, então precisa ter 52% de ministras. Aqui no Brasil, precisamos avançar muito para ter essa representatividade, não só na questão racial, mas também na de gênero.

É uma discussão sobre sub-representatividade nos espaços urbanos, na memória, no cotidiano da cidade. Chamamos de racismo estrutural, e reafirmo que racismo é estruturante na sociedade brasileira. Porém, isso não pode ser argumento para não combatermos essa realidade das mais diversas maneiras, para que tudo mude ao longo dos anos.

AFROTURISMO

E o que é afroturismo? É uma vertente do turismo, pode parecer nova, mas sempre existiu. Ele está relacionado à religião, à cultura e à história negra. Por muitos anos, foi chamado de turismo étnico, mas é bom lembrar que etnia é branca, indígena e outras. Nós, que atuamos nisso, fazemos questão de usar o prefixo afro, por isso, dizemos que fazemos afroturismo.

Quando vou ao Museu Afro Brasil, quando vou para Palmares, quando vou para um bairro negro em Paris, para a África do Sul, quando vou no restaurante da Dona Suzana, em Salvador, estou fazendo afroturismo.

O afroturismo é muita coisa: ele pode ser ir ao Afropunk, o festival de música negra, em Salvador, sendo, por exemplo, um turismo de experiência. Também temos uma área mais consolidada no turismo, que se chama "Base Comunitária", são essas comunidades de maioria negras e quilombolas. Nessa base, temos pessoas indígenas e brancas também, mas, hoje, a maior parte dessas comunidades brasileiras que recebem turistas são comunidades de pessoas negras.

O afroturismo para o Guia Negro tem três definições: primeiro, o Afeto, ou seja, fazer turismo focado na negritude que tenha a afetividade de saber por que estou usando aquela estampa, de onde vem aquela comida. Não é o turismo da CVC, é um turismo que te levará a conhecer histórias e a se conectar com pessoas; segundo, a Afronta, pois pessoas negras reunidas e viajando juntas é afrontoso. Ainda não é comum, nós somos parados para sermos revistados mais que as pessoas brancas. Ao chegarmos nos lugares, vamos questionar e perguntar por que há determinadas estátuas e porque não há pessoas negras ali; terceiro, o Afrofuturo, porque toda as vezes que falamos de afroturismo as pessoas confundem com afrofuturismo e essa confusão é positiva, porque é o futuro das nossas viagens, é assim que vamos viajar nos próximos anos.

Afroturismo é a prática de visitar museus, conhecer religiões e negócios, como vir à São Paulo e visitar o Rap Burger, a Casa Preta Hub, lugares de potência e cultura negra. Um turismo feito por pessoas negras. Não há possibilidade de haver pessoas brancas à frente desse negócio e afirmarem que fazem afroturismo, justamente porque trata-se de um reforço do que é o afro com uma renda gerada para a nossa própria comunidade.

A HISTÓRIA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA

Quando falamos de afroturismo, estamos falando sobre conhecer uma história que foi negada e conhecer histórias que a História não contou. Há uma lei no Brasil, a 10.639/2003, que estabelece o ensino de História e Cultura afro-brasileira nas escolas, mas, infelizmente, é uma lei pouco conhecida. Nos bancos da escola, na universidade, ouvi muito pouco sobre a história e cultura negra. Além da invisibilidade na educação formal. Na escola, temos, ainda, a baixa representação nas mídias, portanto, é muito pouco o que aprendemos.

Quando falamos da independência do Brasil, por exemplo, 7 de setembro de 1822, sabemos que um imperador chegou, gritou “independência ou morte” e o Brasil ficou independente. Mas temos vários questionamentos: em 1822, a independência foi para quem? Para as pessoas brancas, porque as pessoas negras continuaram colonizadas. Na Bahia, a independência só acontece nove meses depois, em 2 de julho de 1823, a real independência do Brasil chefiada e organizada por pessoas negras e indígenas.

Essa é uma outra história que não nos contaram para que não tenhamos conhecimento sobre revoltas grandiosas lideradas por pessoas negras, como Maria Felipa e tantas outras personalidades que hoje estão ganhando a luz e o espaço que merecem, as quais não vemos em novelas, jornais, notícias ganhando o destaque que merecem com essas histórias.

Quando lemos os nomes das ruas de São Paulo, dos aeroportos, das estradas, são todos nomes de homens brancos. A cidade de São Paulo tem 371 monumentos e somente 12 em homenagem às pessoas negras. Até 2022, eram 7 e, recentemente, a prefeitura colocou mais cinco. E são monumentos minúsculos. Essas cinco novas estátuas que a cidade de São Paulo ganhou medem 1,77m, é muito pequeno.

O Borba Gato, aquela estátua que colocaram fogo, tem treze metros de altura. No Senegal, há o Monumento da Renascença Africana, ele tem de 30 metros, gigante, lindo, eu sonho em ir para Senegal só para tirar uma foto lá. O turismo causa isso nas pessoas. Precisamos ter monumentos que nos representam, que contam nossa história.

A maior parte dos heróis brasileiros reconhecidos são homens brancos, como o do dia 25 de agosto, que é o dia do Exército, e tem o Duque de Caxias como patrono, um general que ganhou o título de Duque e “caxias” se tornou uma expressão de quem é correto, chega no horário,

faz tudo certo. Mas essa pessoa matou e escravizou pessoas e, hoje, avenidas e cidades levam o nome dele. Há cidades gigantes dele no Rio de Janeiro, em São Paulo e mais nove cidades. Como essa pessoa, que foi um genocida, hoje é um herói, é homenageado, e está tudo bem? Por que não estamos recontando essa história?

Quando falamos de memória, patrimônio, é preciso rever a estátua do Duque de Caxias. Ela pode estar lá, porém temos que contar a verdadeira história de quem foi esse cara, porque, agora, estamos olhando de uma forma diferente para a maneira com que ele foi retratado no século XX, quando foi considerado herói. Atualmente, nós estamos falando: “Não, não é um herói, ele é só um homem branco que conseguiu, nas suas mediocridades, se sobressair, matar muita gente e entrar para a história como herói, mas tem sangue nas mãos”. Além dele, há muitos outros, os bandeirantes, em São Paulo, são bons exemplos disso.

Falo de São Paulo, porque considero importante, se fosse Salvador, algumas pessoas poderiam falar: “Tudo bem, Salvador é preta, todo mundo sabe”, falar de São Paulo é importante por conta disso. Vou começar com um dado: São Paulo é a cidade com maior população negra do Brasil, não é Salvador. De acordo com o Censo 2022, são 12 milhões de habitantes na capital paulista, e desses 12 milhões, cerca de 32% se autodeclararam negras, pretas ou pardas. A cidade de Salvador tem 82% da população negra, então, percentualmente, Salvador tem mais gente preta, mas quando falamos de números absolutos, em São Paulo, a maior parte da população é negra.

São Paulo, assim como outras cidades brasileiras, foi muito embranquecida, não faz questão de se dizer negra e falar da sua negritude. Mas existe um expressivo fluxo de imigração africana para São Paulo, a cidade que mais recebe imigrantes africanos da América Latina: são pessoas do Congo, Senegal, Angola que há muitos anos migram para fugir de conflitos, da pobreza, para procurar melhores oportunidades, estudar, fazer universidade. E quando chegam aqui descobrem que são negras, pois no país delas elas são só pessoas. Descobrem o racismo e que o Brasil não é uma democracia racial. São cerca de 5 mil africanos que todos os anos vão na Polícia Federal para falar que querem ficar no Brasil e ao ouvirmos falar dessas pessoas, elas são sempre retratadas como coitadas, refugiadas, criminosas, não ouvimos falar sobre suas potências e o que carregam e contribuem com sua cultura, religião, gastronomia, moda, suas roupas, seus tecidos africanos.

Vou trazer uma história, a camaronesa Melanito Biyouha é chefe de cozinha e tem dois restaurantes em São Paulo chamados Biyou'z. Estamos falando da capital da gastronomia. Aqui, prestigiamos a culinária japonesa, árabe, várias outras, mas quantos restaurantes africanos a gente conhece?

Em São Paulo, dizemos: "Higienópolis é um bairro judeu", "Bom Retiro é um bairro boliviano e coreano", "o Bixiga é um bairro italiano". A República, por exemplo, é um bairro onde tem uma concentração africana gigante, tem a galeria do rock, e perto dela a galeria do reggae, onde há muitos empreendedores africanos. É um lugar que você se sente em algum país africano, porque tem muitas pessoas falando suas línguas, comendo suas comidas, é um espaço símbolo da migração africana na cidade. A capital paulista tem uma negritude presente, porém invisibilizada. Nós, do Guia Negro, contamos sobre alguns bairros que tem uma presença negra muito forte historicamente.

O bairro da Liberdade ficou conhecido como um bairro japonês, no entanto, é o primeiro bairro negro da cidade de São Paulo. Era lá que as pessoas negras libertas viviam, o bairro onde ficava o pelourinho e existia uma força. A Liberdade é um bairro preto.

Há também a Barra Funda, o lugar onde nasceu o samba na cidade, o Largo da Banana, onde havia um entroncamento dos trens que faziam trocas de mercadoria, lá onde nascem as batucadas, a tiririca, é um bairro com muitos nordestinos, muitos terreiros. É onde fica o Camisa Verde e Branco, uma escola de samba super tradicional. É um bairro que também está sendo gentrificado, porém temos toda uma resistência presente.

O Bexiga é outro bairro conhecido por ser italiano, mas é um bairro negro e nordestino, que também foi um quilombo, o Quilombo da Saracura. Hoje, talvez, o Bixiga e a Liberdade sejam dois lugares com disputas de narrativas muito importantes. Lá na Liberdade, tem um cemitério dedicado às pessoas negras, uma camada da cidade que foi para baixo e o bairro foi construído em cima desse cemitério.

Hoje, na Capela dos Aflitos, travamos uma disputa para a construção de um museu que será chamado Memorial dos Aflitos. As entidades do movimento negro querem que esse museu seja construído por pessoas negras, pensado por nós, e tenha nossa história ali. Esse é o debate e a disputa nesse momento.

No Bexiga, estão construindo um metrô que desapropriou o Vai-Vai, a escola de samba que mais venceu no carnaval de São Paulo e sempre tem nos seus enredos a história, memória e exaltação da negritude.

Sua sede foi desapropriada para a construção do metrô, porém encontraram vestígios do Quilombo da Saracura, um quilombo do século XIX e XX.

Foram encontrados artefatos arqueológicos, e o Movimento Negro reivindica que essa linha de metrô tenha o nome Estação Saracura/Vai-Vai, que seja uma estação-museu e as peças encontradas sejam resguardadas para que essa história seja contada e tenhamos uma educação patrimonial neste espaço.

Estamos em disputa pela memória da presença negra na cidade de São Paulo. É importante que compreendam o quanto esta escola, que é negra, está presente nessa cidade e que há sempre a tentativa de apagamentos.

Em Salvador, temos um lugar famoso: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Essa irmandade, formada por homens pretos, construiu igrejas em vários lugares. Há também em São Paulo, Paraty, Cuiabá, e em várias outras cidades. A Igreja Rosário dos Pretos é uma efervescência. Além disso na cidade de São Paulo, temos a estátua da Mãe Preta do lado da Igreja do Rosário dos Homens Pretos, no Largo Paissandu.

Mas ainda existem as personalidades negras invisibilizadas, são pessoas que não nasceram, mas viveram na cidade de São Paulo. Por exemplo, a Carolina Maria de Jesus, que era mineira nascida em Sacramento. Ela aprendeu a ler e a escrever e tinha o sonho de publicar seus escritos. Quando publicou em 1960, seu livro *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, vendeu 10 mil exemplares na primeira semana. O segundo livro que ela lança, que trata sobre amor, foi ignorado. Queriam que ela continuasse falando sobre a fome.

É interessante observar o quanto ela viveu o racismo na década de 1960, não ganhou dinheiro, o quanto sempre foi chamada de escritora analfabeta, escritora favelada, e o quanto escritores brancos podem ser só escritores. Hoje, Carolina tem mais visibilidade, ganhou o título de Doutora Honoris Causa pela UFRJ. Quem não leu o *Quarto de Despejo*, o principal livro dela, precisa ler.

Quando estive no Brasil, Angela Davis disse: "Quantas escritoras negras brasileiras vocês leram no último ano? É legal vocês virem aqui me prestigiar, mas gostaria que vocês lessem Lélia Gonzalez, como tantas outras".

Um outro exemplo é Luiz Gama, soteropolitano, filho de Luísa Mahin, uma mulher negra africana livre, que foi vendido pelo próprio pai para pagar uma dívida de jogo. Ele saiu de Salvador e foi até Santos de navio, depois chegou em Campinas. Nessa cidade, começam a tentar

vendê-lo, porém ao descobrirem que ele era baiano, ninguém quis comprá-lo. Importante reforçar que o baiano sempre foi conhecido como um povo que não gosta de trabalhar de forma escravizada, de graça. Ouvimos isso no Sudeste até hoje.

Ser baiano era um símbolo de rebeldia, revoltoso, porque era na Bahia que estavam acontecendo as principais revoltas contra a escravização. Um senhor de escravizados compra Luís Gama e, nesta casa, ele aprende a ler e a escrever. Esse episódio nos faz lembrar o quanto a educação é revolucionária e importante. Luís Gama começa uma luta por uma terra sem rei e sem escravos e passa a libertar pessoas e com o seu trabalho de advogado. Ele libertou 500 pessoas.

Não temos nenhum outro abolicionista no Brasil, na Colômbia ou nos Estados Unidos que tenha libertado tanta gente. Luís Gama começou a advogar e trabalhar como jornalista. Ele é a primeira pessoa negra a aparecer nos jornais, não como mercadoria e, sim, como senhor da sua própria história, muito sagaz.

Ele morreu em 1882, 7 anos antes da abolição oficial. Há um busto dele no Largo do Arouche, em São Paulo e no Largo do Tanque, em Salvador. A casa onde ele nasceu existe em Salvador, porém não há um museu neste espaço. Não temos essa história contada. Eu não aprendi sobre Luís Gama na escola e nem na faculdade de jornalismo. E eu adoraria que as crianças soubessem. Tem um filme dele, o Doutor Gama. Também recebeu o título de Doutor Honoris Causa na USP. Ele foi a segunda pessoa a receber este título, o primeiro foi Nelson Mandela.

Luís Gama é uma das pessoas pretas que eu mais me inspiro, e toda vez que leio, mesmo já conhecendo a história dele, aprendo uma nova fórmula de resistência, um homem que criou condições para conseguir libertar pessoas.

Tebas foi um arquiteto negro que veio da cidade de Santos para São Paulo. Ele desenha a frente de lugares. Acho simbólico e importante falar de arquitetos, advogados, jornalistas negros, pois são profissões muito embranquecidas. Há uma estátua dele perto da Praça da Sé, em São Paulo. Tebas é sinônimo de alguém bom no que faz e este foi um apelido que ele ganhou. Dizemos que nosso desejo é registrar esse apelido nos dias atuais: Sueli Carneiro é Tebas, Mafuane é Tebas. É o elogio a esse arquiteto, que desenhou fachadas em pedras e, ainda hoje, muitas de suas obras arquitetônicas estão presentes. Ele foi escravizado e conseguiu se libertar em razão de seu trabalho e ainda conseguiu deixar heranças na São Paulo dos dias de hoje.

Zumbi dos Palmares, líder do maior quilombo das américas, neto de uma princesa da região Congo-Angola, Aqualtune. Ao lado de Dandara, Zumbi liderou Palmares por mais de trinta anos. Ele tinha esse apelido, porque era conhecido como morto-vivo. Toda vez que os portugueses diziam “matamos o líder”, ele aparecia vivo. Quando Palmares é invadida em 6 de fevereiro de 1694, depois de cem anos, mataram pessoas, cortaram cabeças, Zumbi fugiu. A morte de Zumbi aconteceu em 20 de novembro de 1695. Um ano e meio depois.

Data que hoje chamamos de “Dia da Consciência Negra”, feriado em 1.000 dos 5.570 municípios do Brasil, dia de rememorar esse herói brasileiro chamado Zumbi dos Palmares. O governo Bolsonaro (2019 – 2022) tentou destruir, dizer que não existiam pessoas escravizadas. Todos esses líderes negros passam pela tentativa de apagamento e somos nós que sempre lembramos o quanto eles são muito importantes. Precisamos de estátuas maiores, precisamos aprender sobre elas, estudar, dar continuidade a esse legado de luta, resistência e sabedoria dos nossos antepassados.

Além dos personagens negros que são importantes, o Instituto de Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) reconhece o que é patrimônio e o que faz parte dessa cultura brasileira, portanto, o que merece ser preservado, como o samba, a capoeira, o frevo, o jongo, a ciranda, o bumba meu boi. Todos esses são patrimônios, porém, não recebem dinheiro, incentivo.

O Maracatu no Recife são potências culturais. Existem grupos de maracatu que são centenários, eles saem todo carnaval e mesmo com situações adversas fazem carnavais belíssimos, mas que, infelizmente, não são valorizados como deveriam.

Nas cidades, podemos lembrar o quanto as periferias estão fora do radar turístico. Já fizemos alguns tours em lugares, como Madureira no Rio de Janeiro, Grajaú em São Paulo, Curuzu na Bahia, Liberdade em São Luís. São espaços potentes e que podem ser visitados. Aos falarmos de periferias, sempre são vistas e julgadas como pobres, subdesenvolvidas, feias. Há muito o que se aprender e visitar nesses lugares.

Ao retratarmos o passado, vivendo no presente e observando o futuro, pensamos que o Brasil passa por uma transformação das negritudes, que, na geração de nossas avós, havia negação, vergonha e o racismo, que estava presente de várias formas. Atualmente, a partir do auto-reconhecimento das pessoas negras, temos uma realidade de valorização do que é ser negro, da necessidade de consumirmos de pessoas negras. Podemos pensar também no nosso trabalho aqui no Guia

Negro: construímos, coletivamente, um turismo focado na negritude, com o olhar na ancestralidade, com as nossas narrativas sobre quem foi Luís Gama, Carolina Maria de Jesus, para assim buscar desenvolver novas Djamilas Ribeiros, novas possibilidades de referências culturais.

Vivemos uma mudança, é visível, ela está em curso. Eu sempre falo que tenho pressa, que sou egoísta, que não quero um mundo melhor para os meus filhos. Eu quero um mundo melhor para mim, agora. É preciso provocar para que esse futuro chegue logo, para que essa equidade chegue o quanto antes. Neste momento, há mais pessoas nas cidades contando e aprendendo sobre a história negra, mais governos investindo e interessados na diversidade. Sabemos que a intenção dessas pessoas é ficar bem na fita, dizer que “investe na diversidade”, isso não é exatamente o que queremos, mas não deixa de ser um começo.

O racismo foi um sistema econômico, então precisamos entender que a diversidade também pode ser um sistema econômico. Nós fazemos uma provocação a partir da economia, por exemplo: deixar de consumir de empresas racistas, questionar as empresas que consumimos para que sejam mais igualitárias e também vemos uma evolução nas legislações.

Há leis mais rígidas que combatem o racismo e prendem pessoas que são racistas. As leis de cotas raciais nas empresas, concursos públicos, nas universidades, já fazem parte da sociedade. São dez anos dessa lei, ela mudou a realidade das universidades, a cara e a fotografia desses lugares, é um caminho sem volta. Temos é que olhar para o futuro, para as pessoas que construíram isso e homenageá-las, dizer que elas fizeram parte dessa mudança e, por isso, estamos aqui.

Ainda temos desafios, como a mudança de mentalidade, olhar as narrativas das cidades, dos lugares e tentar pensar como estamos construindo esses espaços. Há também o letramento racial, nós não aprendemos sobre isso, temos as lições das mães, das universidades, tivemos que fazer cursos, estudar. Este é um processo pelo qual toda a sociedade precisa passar, professores, alunos, empresas, governos, mídias, todas as instâncias. É preciso investir financeiramente para que essas mudanças ocorram.

O que importa é também observar o lado positivo: há cada vez mais pessoas interessadas na diversidade, a representatividade tem aumentado, temos os primeiros negros tornando-se presidentes. Nós sabemos da importância de ter essas pessoas ocupando esses lugares e como isso muda a realidade. Não é somente ter um negro ali, é sobre poder amplificar vozes, fazer mudanças significativas e trazer as periferias

com suas representações, que, até então, sempre estiveram fora dos cargos de decisão.

No afroturismo, temos a divulgação boca-a-boca, de quem já fez e no letramento tem isso, a comunicação a partir da oralidade. É importante termos cada vez mais pessoas negras nessa causa. Nos Estados Unidos, a comunidade negra se protege, consome entre os seus e estão juntos. Que no Brasil essa postura se consolida cada vez mais. Eu acredito que temos aqui um crescimento dessa forma de troca, de estar em rede: UBUNTU.



MÓDULO 4

| TERRITÓRIO E NARRATIVA



MÓDULO 4 | TERRITÓRIO E NARRATIVA

LANDE
ONAWALE



Militante do movimento negro desde a década de 1980, Lande Onawale é escritor, poeta, músico e compositor, já tendo participado de diversas antologias literárias – nacional e internacional – além de integrar o corpo de autores e autoras dos Cadernos Negros, do Quilombhoje, desde a década de 1990. Em obras individuais, é autor dos livros de poemas “O vento” e “Kalunga – poemas de um mar sem fim”, e “Pretices e milongas; e do livro de contos Sete – diásporas íntima”. Lande pratica capoeira Angola, é Tata Xikarangoma do Terreiro Nzó Onimboya (nação angola), é bacharel em História, atua como pesquisador livre das tradições culturais de matriz bantu na diáspora e participa como palestrante e consultor na área da história, cultura africana e afro-brasileira e literatura negra.

O TRABALHO DESSE GRUPO é uma coisa linda, muito louvável, e agradeço muito a ele por terem escolhido um conto meu para interpretação, logo este, que é bem interessante, de difícil fazer e escutar.

Tem uma concepção, não minha, propriamente, mas que está em mim, gestada a partir das minhas relações culturais, pessoais e de aprendizado; eu tinha essa coisa de que a ladainha era algo especial que não era para todo mundo ficar fazendo, como se tivéssemos que resguardar um patrimônio. E uma das maneiras de fazer isso é resguardar quem também pode criá-lo, quem lança mão e quem pode fazê-lo, quem pode abaixar a saia, botar a saia, botar fita na saia, tirar fita da saia, quem pode botar cordão, tirar cordão...

Nessa linha, eu achava isso também, tanto que, embora essa ladainha tenha tantos anos, quase trinta anos, principalmente agora, utilizando de uma licença poética, eu fiz outras duas ladainhas para completar uma trinca, de modo que servisse de balizador. Eu diria que compor essas ladainhas foi mais por uma razão metodológica do que por me arvorar nessa área. Enfim, narrativa e território, né?

Vou trazer um poema Sankofa:

**“Território é o que carrego em mim
e me transporta para onde eu vim”**

Esse poema integra o livro *Pretices e Milongas*, uma obra que diz sobre a totalidade deste tema: narrativas e território. Alguns episódios me lembraram de conjugar o poema com uma cena do meu cotidiano: primeiro, porque uma conhecida o colocou em uma epígrafe de um trabalho acadêmico, e também mais recentemente, porque abri um post de Mafuane no Instagram, e por uma descrição do trabalho dela, o que ela apresentou no post me remeteu a algumas coisas desse livro, particularmente a esse poema. Eis que na mesma tarde quando eu e meu sobrinho fechamos esse vídeo, Mafuane fez uma postagem justamente deste poema. São essas conexões todas que nos regem e é por elas que vamos caminhando. É o poema Gira:

**“Pelo dia que é de hoje
se hoje me perdi
ontem me acharei e o amanhã faço”**

Laroyê Exu Pombagira, que nos proteja e nos dê caminho neste plano e no outro plano, onde ele também tem inserção, e fortaleça aqui nossa querida, que o familiar dela vá encontrando os caminhos, já transmutada em uma outra consistência. E, então, para elas, eu também lerei o poema *Sererê*. “Sererê” é, digamos, o mundo da felicidade, outro plano, outra dimensão para nós de tradição Angola, que se estende até os bakongo:

**“Morrer não é ir além
mas ali
é tirar férias de si.”**

Que essa compreensão abrace nossa irmã nesse momento que é de dor inevitável, mas tenho certeza de que ela há de se recompor, porque ela sabe que tão amada como a pessoa que ela acaba de perder em termos físicos, estão pessoas aqui que ela ama e a amam, e precisam dela. Essa certeza da luta, da alegria, nos fortalece e estimula por aqui.

Narrativa e território: sempre vejo como algo que abraça toda a humanidade, essas pontas, esses dois elementos, da natureza, do ser humano, ser histórico. São duas dimensões que se impõem e constituem a humanidade, eu penso. E nós, povo preto, ao menos no último milênio, conhecemos, e temos conhecido, os lados mais podres e profundos desses elementos, ou da ausência e deturpação deles, por também enfrentarmos esses aspectos dolorosos da nossa existência, além de criarmos as soluções e possibilidades mais encantadoras. Como diria Elisa Lucinda: “Nem que fosse só para pirraçar”, mostramos que tem muito futuro ainda nessa vida, nesse plano, muitas alegrias, encontros, prazeres para construir aqui.

Eu penso que minha trajetória particular não é necessariamente particular, por isso vou me dar o desprazer de pegar alguns pontos dela, pois está marcada pela busca de narrativas e de territórios, antes mesmo de ter uma consciência disso e os significar em termos racionais, digamos.

Volto ao final da infância, começo da adolescência, em um bairro popular de Salvador. É no corpo que a narrativa se instaura, e o samba é como um traço inseparável do nosso cotidiano: as festas, as brincadeiras, o exercício do samba ou da dança, como música, ou até o exercício de uma outra dança no panorama e no pano de fundo do samba.

Na década de 1970, no auge de uma influência de black music americana e de artistas como James Brown, nós tínhamos nossas versões

“Brau”. Eu, assim como outros meninos da época, fomos meninos “Brau”, que dançavam imitando James Brown, e que menores ainda, tiveram do outro lado jovens adultos exímios dançarinos.

Tinha um bloco carnavalesco na minha rua que se chamava *Filhos do Sol*. Eles tocavam samba, basicamente, e pouco importava o porquê dançava-se James Brown em uma quadra de samba. O corpo pela vontade do samba, identidade do samba, prazer do samba, escolhe essa narrativa, escolhe construir, e escolhe também configurar esse território: aquele era o território do samba e o território de uma dança vinda dos Estados Unidos, importada e adaptada aqui. Nessa mesma fase, digamos, o *Africarnaval* de Salvador vai se tornando um elemento que eu já sentia que seria um evento muito definidor dos meus gostos, da minha estética. Eu lembro que a primeira vez que vi o Afoxé Filhos de Gandhi foi uma coisa muito encantadora. O som do ijexá eu conhecia, porque meu quarto era parede meia com o terreiro de Dona Mariazinha, que era de Oxum. Então, eu dormia ouvindo adarrum e ijexá, alujá. Mas uma coisa era ouvir o ijexá naquele contexto, aquela coisa ritmada, tenra, outra coisa era ouvir dezenas de agogôs, centenas de atabaques na rua. Aquilo no chão foi um dos primeiros impactos na vivência de uma identidade, na vivência como um elemento identitário. Na sequência do Afoxé, os blocos afro, o Ilê Aiyê, depois Olodum, Muzenza, Malê Debalê...

O *Africarnaval* de Salvador sempre compôs, e ainda compõe, uma dimensão, eu diria, crucial do meu processo de conscientização, no meu processo de elaboração estética, tanto musicalmente quanto poeticamente. Isso tudo era vivido, não havia propriamente um discurso sobre isso.

E o discurso é algo que também vai passando pela via do verbal-escrito, verbal-oral. Ele constitui um elemento fundamental no processo de autonomia. Nisso, eu estou copiando Neusa Santos, porque um pouco mais tarde quando me deparo com o livro de autoria dela, “Tornar-se negro”, eu já tinha uns 20 anos. Uma das frases que eu mais me lembro e repito, inclusive, é do começo do livro: “Uma das maneiras de obter autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo”. Essa frase, esse ensinamento, só foi enchendo, é como se ela me desse um saco e eu fui, ao longo do tempo, das vivências, dos diálogos no front das lutas e da vivência das tradições culturais, artísticas, políticas, enchendo este saco que o livro e essa frase me deram, além do prefácio de Jurandir Freire Costa, que é muito bom.

No momento em que eu pude ganhar a rua mais autonomamente, entrei em contato com o Movimento Negro. **A consciência racial faz com que a gente reiteradamente busque o passado**, provocando um processo talvez psicanalítico. Porque a consciência negra nos sustenta e do modo

que foi se elaborando em torno de mim, ao mesmo tempo, me recolocou em contato com vivências passadas muito difíceis e também me auxiliou na digestão daquelas experiências tão difíceis.

Eu penso que ter aquelas vivências que eu tive, mas sem propriamente construir um território para mim, **é como se o nosso corpo estivesse aberto a toda a sorte de mentiras, humilhações e violências, quando a gente não consegue formular, a partir da nossa vivência, um discurso sobre si, sobre os seus.** Por exemplo, eu vivi em escola particular, tinham pessoas maldizendo minha presença na sala de aula e em casa existia um tabu sobre alguns temas, como o racismo.

São narrativas no nosso corpo, mas sem estar como ator na construção de um território que vê um inimigo. A partir disso, eu penso que a consciência negra é um capital. O meu encontro com o Movimento Negro foi antes mesmo das organizações de cunho mais propriamente reivindicatório. Isso porque as canções dos blocos afros, do Ilê particularmente, e de outros blocos afros também, já eram um instrumento potente de conscientização negra. A partir delas, estar na rua e cantar é ver a identidade tomar diferentes formas de arma, inclusive, o negócio é poder cantar aquilo dirigido a alguém ou a instituições que você já identifica.

No meu caso, **a consciência negra é algo que mistura a consciência política, ancestral, social, que nos permite visualizar, definir inimigos e atuar contra eles.** Ao entrar em contato e me filiar às serrapilheiras do movimento, não se trata apenas de ter uma postura defensiva, não se trata de tentar passar despercebido ou de topar com o racismo, ou com o racista, e reagir a isso. A partir daquele momento, se tratava de identificar os inimigos e se dirigir a eles de todas as maneiras possíveis.

Nesse sentido, **a construção de narrativas sobre mim e sobre nós passa a ser crucial em tudo que faço: nos amores, sabores, letras, canções, diversões, do carnaval, tudo mais.** E também consigo compreender de que há outras dimensões de território, o que foi se constituindo ao longo dos anos, mas já vinha com a definição, porque se você define um inimigo, em alguma medida, você define um território, a dimensão dele e a compreensão subjetiva de uma territorialidade. Por exemplo, escrever livros e publicar, isso é um território. **A construção de um livro é um território, não por acaso, começo a publicar livro em um volume, coleção chamada “Cadernos Negros”, editada pelo Quilombhoje.**

Então, a própria via de expressão, ou a via de expressão de um traço fundamental em mim, que é a sensibilidade artística, se instaura coletivamente, *quilombisticamente*. Isso é muito emblemático, porque

implica narrativas e territórios, implica a necessidade de ter a consciência dos limites, das potencialidades das minhas e das nossas narrativas e territórios que temos para expressar.

O primeiro espaço-livro no qual publiquei foi os Cadernos Negros, mas antes dele, houve o jornal do Movimento Negro Unificado (MNU), de 1991, no qual o poema ganhou maior visibilidade, e há outros poemas publicados naquele jornal pela compreensão luminosa de Edson Cardoso, que concebeu aquela capa, aquele território, aquela narrativa.

Um casal militante da época são os modelos de “Beije sua preta em praça pública” teve Ricardo Moura, o fotógrafo, mas teve Edson que ao se deparar com aquele poema, decidiu que precisava de uma imagem. Eu diria que aquela obra é uma criação de Edson, a obra-capa. Esse poema também é a síntese de processos de compreensão e de construção de narrativas, e de definição de territórios, é a síntese e isso aconteceu naturalmente. Ou seja, aquele poema é Neusa Santos, é o Ilê Aiyê. Sem essas outras narrativas, aquela construção narrativa não existiria. Eu não tenho dúvidas de que é síntese desses processos, como é a nossa própria existência, o lado que escolhemos e o que não escolhemos, que é a imperiosidade da luta, o que a gente não escolhe, a gente encara, mas esse poema é essa conjunção de narrativa e de território.

Esse território, voltando um pouco ao que falei, dá, de novo, a compreensão de realidades, compreensão subjetiva, o afeto, por exemplo. Já havia em mim essa compreensão de que o território da afetividade também precisaria ser ocupado, protegido. Cuti e Maria Aparecida fizeram uma pesquisa: “Consciência Negra no Brasil e os principais livros”, ao longo de várias entrevistas com militantes, produziram livros. Quais militantes foram citados como sendo importantes na elaboração da própria consciência negra? Eu fui um dos entrevistados e citei dois livros: “Tornar-se negro”, de Neusa Santos, e o outro foi “Canto à negra mulher amada”, do poeta paulistano Obi Inae Kibuko, que é um livro que me trouxe este fato: um canto a uma mulher negra amada, para mim, àquela altura, foi algo absolutamente novo, mas que já acendeu e reforçou, junto a outras informações, a importância de lutarmos pelo território da afetividade, resguardar, proteger isso do modo como é possível cuidar: em guerra, como estamos a todo tempo.

Esse processo de militância negra do MNU é para sempre, porque os processos de conscientização negra são extremamente complexos, e é bom que sejam, porque ele é total, global, é importante, e é fundamental que seja, porque nós somos holísticos, desde sempre. Por sermos

africanos, somos assim, as coisas são, ao mesmo tempo que se separam às vezes por uma razão de método e ritual, mas está tudo ali.

Falo isso, porque nós vivemos para ver, por exemplo, um Orixá dizer a nós: “Nós trouxemos ela para aqui, para ir para lá”, para lá é o terreiro. Ou seja, essa fala de um orixá dá a dimensão da profundidade que estava e que constitui a nossa luta; é uma organização estritamente política, mas há diferenças no modo de gerir a compreensão política e, de fato, havia um determinado grupo ali dentro que geria aquilo com compromisso ancestral. Eu penso que isso explica o porquê de uma divindade falar: “Você está aqui, mas vai para lá”, querendo dizer: “você são responsáveis por levá-la para lá”. **Há outras dimensões de territorialidade com as quais temos que lutar todos os dias.**

Milton Santos diz: “Território é onde desemboca todas as ações, todas as paixões, todos os poderes e forças, fraquezas”. Também por isso começamos com aquele poema “Sankofa”, porque há quarenta e poucos anos atrás aquele jovem, adolescente, o jovem adulto, basicamente, vivia e construía seu discurso sobre narrativa e território a partir, sobretudo, da vivência que lhe era proporcionada, o menino-eu, o menino Brau, o menino louco por carnaval, pelo MNU, no período de uma militância negra mais sistemática, por assim dizer.

Isso serve como uma busca – ou um encontro – com práticas culturais e ancestrais. Aí entra a capoeira Angola e o candomblé Angola, porque o MNU, aquela minha formação política, se deu ali. Eu poderia resumir aquele processo em um poema de Cuti, que diz: “Porque a consciência não é uma luzinha que se acende na mente, é o relâmpago da verdade que não se apaga nunca”.

Eu tive a sorte de encontrar pessoas com as quais eu gastei diálogos no front de batalhas e de lutas, pessoas que me proporcionaram essa visão das coisas, uma visão contrária ao que muitas pessoas alegavam. Os brancos que eram um tanto entrosados com ambientes negros adoravam essa coisa: “Ele é um militante, não é um macumbeiro”, ou “Ele é militante, então não é capoeirista”, como uma vez com um colega de trabalho, não lembro qual foi o tema, mas fiz uma crítica e ele falou: “Ah, mas eu considero isso se fosse ouvido por uma pessoa do candomblé, a tia fulana...”. Eu falei: “Não, querido, eu sou do candomblé e eu estou te dizendo isso”. Era uma tentativa e que ainda separava uma visão crítica de uma apropriação orgânica da vivência cultural e ancestral. Obviamente que isso ainda existe, mas eles têm mais cuidado, porque tem muito mais gente com respostas mais enfáticas do que essa que eu dei.

O fato é que, meu caminho se dirigiu para esses lugares: terreiro candomblé de Angola, onde me iniciei, uns anos depois, fui para o Grupo de Capoeira Angola Pelourinho (GCAP), sob a liderança do mestre Moraes Trindade. Esses dois lugares têm me proporcionado uma melhor compreensão e definição de territórios. É por isso que eu estava a dizer: minha vida pessoal é marcada por isso, como eu acho que é a vida da humanidade como um todo. Como disse, a dimensão de território e narrativa é fundamental para o ser humano, tanto que se não existe a autonomia de construir isso, vira casa e terra de ninguém, e quem entra constrói suas narrativas, deturpa, estreita e territorializa.

O Movimento Negro me deu essa compreensão de que em tudo há território, e que temos que definir e construir nossos mocambos, em qualquer dimensão que seja possível, o mocambo físico, intelectual, afetivo, ancestral... Todos os nossos quilombos. Depois de tantos anos, eu volto nesse momento. Eu diria que eu sou, de um certo modo, aquele mesmo jovem lá de trás, porque em que pese as elaborações discursivas, leituras, diálogos, tudo isso é fundamental, é na prática, no exercício da dança, do toque, do jogo, do canto, que eu melhor me encontro e onde melhor encontro os modos de definir minhas narrativas e definir meus territórios.

Por ser um angoleiro, na capoeira e no candomblé, é quando eu canto: “Eu sou angoleiro, angoleiro, o que é que eu sou”, não há como cantar isso, em geral. Ao evocar esse ocorrido, me vem à memória de que há um tipo de canto de capoeira que a gente, angoleiro, não canta. Há um modo de identificar uma linhagem, ou uma escola, uma narrativa e um território, portanto. É capoeira, sim, mas há isso. É como se estivéssemos na esplanada dos ministérios, na Marcha de Zumbi, centenas de pessoas, eu e um grupo de capoeiristas do GCAP, no meio da caminhada e daquele imenso barulho, ainda assim nós identificamos: “Tem uma capoeira aqui, e é Angola”, e a gente segue aquele toque e encontra a roda de capoeira angola lá.

Do mesmo modo, há o candomblé, mas sabemos das percepções etnocêntricas intra-nações de candomblé e o quanto minha nação de candomblé passa por uma intolerância de fora, mas também de dentro. Temos diferenciações que nos levaram e nos levam a dizer: “Eu sou angoleiro”. Por isso, faço uma ponte entre este senhor aqui e aquele rapaz de 45 anos atrás no sentido de que a vivência e o discursar através do corpo, das práticas ancestrais, tornou-se um dos eixos principais de compreensão do mundo e das relações.

A literatura vem como expressão dessas compreensões de

consciência negra territoriais. O movimento negro e o processo de conscientização negra são os balizadores disso tudo, divisores de água, foi o que me disse o como caminhar em cada um desses outros caminhos. Foi ali, com pessoas como Marcela, Lindinalva, Luiz Alberto, Jonatan, Rilda, Milton Borges, Menezes, enfim, que aprendi a como caminhar, a como olhar o mundo.

A pessoa de Oxalá a qual eu me referia é Joselaide, Ladinha, esteja bem onde esteja, ela era da pastoral, parente da mãe de santo da Casa Branca, eu acompanhei os últimos anos da vida dela. Ela foi essa pessoa com todas as dificuldades, pelas quais todos nós somos atravessados, até por conta de algo que já falamos aqui: a dificuldade que se coloca para que a gente construa nossas próprias narrativas e tenha consciência do nosso próprio território faz com que sejamos entrecruzados, violentados, porque não há não ter território, todo mundo é territorializado. Não há a possibilidade de não haver território, há essa eterna disputa por isso, seja uma disputa de fora para dentro, ou uma disputa interna por conta disso. Ladinha era uma pessoa com essas dificuldades, e soube disso, havia essa designação ancestral de que cuidássemos do caminho dela. Me refiro a isso para a compreensão global da coisa, múltipla, tem a ver comigo particularmente, mas também tem a ver com uma ancestralidade.

Outro dia li *Um tempo*, de Hampaté Bá, falando sobre isso. Nós que somos africanos na diáspora, o modo que temos buscado honrar essa ancestralidade não se limita a apenas honrar porque decidimos, mas é porque essa ancestralidade está em nós, nos constitui.

Por que estou falando de globalidade? Para falar do nome e da consciência negra pelos caminhos que fui desenvolvendo, me refiro: “A gente precisa de um nome, mas eu fui empurrado para um outro lugar, e de um sobrenome”. É como se ao chegar em um território, a gente olhasse e dissesse: “O território está conquistado até ali”, aí eu assumi para mim que podemos estender esse território um pouco mais para lá. E o que seria mais para lá? Um sobrenome.

Então, eu, junto a outras pessoas e alguns casais, decidimos que íamos cunhar um sobrenome para os nossos descendentes ao longo de alguns anos, registramos: “Onawale” e “Munzanzu”. Em 1993, foi o ano em que nasceram as primeiras crianças com esse sobrenome, “Onawale”. A gente juntou as partes “Ona”, “Wa”, e depois descobrimos que já havia um sobrenome assim, inclusive de um amigo nosso, líder muçulmano nigeriano.

Essa é a visão que busca se ampliar a partir do que recebe e

espalha o que recebe. Eu sempre tive uma inquietação com o nome, com o prenome, como se eu precisasse de uma outra palavra que não “Reinaldo”, que é o meu nome de batismo. Tanto assim que no jornal quem assina o poema é “Orí”.

Eu passei um quase constrangimento com isso, quando fui lançar meu primeiro livro em Recife, pedimos uns panfletos para divulgação e uma das militantes do MNU na época, quando foi divulgar e tinha esse poema lá, um outro militante falou: “Esse poema é de um militante que foi do MNU”. Orí foi essa palavra. Ao longo dos anos, dentro dessa busca, ou dessa expectativa por um nome, eu acabei me iniciando em um candomblé de angola. Em todas as nações, há isso e me parece algo mais pontual, porém, no processo de iniciação no candomblé angola isso é mais marcado. Lá, as pessoas têm a “dijina” como um nome civil lá dentro, por assim dizer. A minha dijina é Lande Munkosi, daí que eu passei a ser chamado, abreviadamente, de Lande e foi esse nome que escolhi para publicizar.

Posteriormente, com a mãe do meu segundo filho, descobrimos e trouxemos um outro sobrenome de matriz banto, ela escolheu e eu adotei o sobrenome para nós. Daí que meu nome é Lande Onawale Muzanzu. Nessa família, Muzanzu ou Onawale, crianças, jovens e adultos, existem vários, uns trinta, talvez. Ou seja, quando eu falo que a perspectiva de territorialidade só vai se ampliando quando abraço o poema de Cuti – “o relâmpago que não se apaga nunca” – é porque a tendência dessas compreensões era e ainda é alcançar outros territórios. Esse é meu nome por essas razões, entre outras, quando alguém diz: “Lande é seu pseudônimo?”, não. Ao contrário, é meu mais verdadeiro nome.

A INFÂNCIA E AUDIOVISUAL

O audiovisual é algo que me encontra mesmo que eu não o busque; é uma sorte minha, eu confesso. Recentemente, eu fiz um projeto, um roteiro em elaboração constante com Camila de Moraes, o “Beije sua preta em praça pública”, um documentário que vai surgir em algum momento. Teve também a Larissa Fulana de Tal, na época estudante de cinema da UFRB, nós tínhamos um amigo em comum, e ela falou do filme, achei a ideia bacana e ela me perguntou: “Você topa fazer alguma coisa?” e eu respondi: “Topo!”. Fomos trocando informações e foi muito desafiador, porque até então eu nunca tinha escrito algo para crianças do começo ao fim. Eu tinha ideias, mas a única coisa que fiz que poderia julgar adequado para as infâncias foi um poema que fiz com minha filha Alile Dara, na

época, com 4 anos, que está no livro O Vento. Além disso, nunca tinha escrito nada dentro desse tema.

Foi um desafio, eu levei bastante tempo para imaginar algo, porque era difícil. O próprio filme de Larissa é algo difícil, porque seria um filme para criança, porém é um filme para adultos. Tinha esse lugar também de fazer para criança de algum modo, e havia essa estética das cores. Estamos falando do documentário “Lápis de cor”. Eu fiz um poema que eu adorei fazer que tem a ver com o debate presente no filme:

*A caixa do lápis de cor brincando nas mãos de Deus
de repente pinta a gente de tudo que é cor de pele
tão lindos e diferentes
que mesmo que Deus se mele é divertido brincar
E segue Deus desenhando sobranceiras arqueadas
ou cheias, ou quase nada
Bochechas iluminadas
Vai a beleza se espalhando pelas cores das pessoas
Gente da cor da alvorada
ou de uma pele escura como o céu da noite estrelada*

*Então estamos conversados
Somos lindos e variados
Qual a razão para a queixa
se havendo olhos claros há os belos cor de ameixa?
Narizes bem redondinhos em cima de lábios de flor
e até outros pontudinhos tudo ao pai e à mãe puxou
tem cabelos escorridos, crespos, enroladinhos macios
bons de pegar como lã de carneirinho, mas pretinhos
A natureza é bonita por sua variedade
Adulto que diz o contrário, querendo ou não, faz maldade
Que tal mostrar nossa cor para quem não sabe o que é belo
E pensa que a beleza só vai do branco ao amarelo?
Que bobagem, vermelho, marrom e preto
Também fazem lindos rostos e paisagens
Olhando o espelho bem de perto é que se vê a verdade.”*

Antes de “Lápis de Cor”, Valdina Pinto teve sua vida retratada em um documentário. Eu fui chamado para participar, é uma área que gosto muito. Estou sempre aberto. Sempre me considero essencialmente um

militante, sempre. E mesmo as questões, as atuações, os trabalhos que buscam se dirigir de um modo mais especial e cuidadoso para dentro do afeto também é por uma razão militante.

O poema “Bandeira”, entre outras coisas, é algo que me sintetiza. Ele próprio levou tempo para achar o seu lugar no meu primeiro livro. Nele, tinha uma parte que seria mais sobre afeto e outra de crítica social. Escolhi algumas pessoas para lerem os originais e elas me diziam: “Não sei onde colocar esse poema, cabe na parte de afeto, cabe na parte política”. Resultado? O poema ficou na fronteira, entre uma parte e outra. Jonatan Conceição da Silva, esteja bem onde esteja, chegou a me dizer: “Pare de escrever sobre qualquer outra coisa, escreve só sobre afeto”. Mas eu não consigo, porque é um território, se não tomarmos conta dele, com dores, com amores... é um território nosso. Em algumas conversas públicas, falo desse lugar: é uma trincheira que o racismo não pode ultrapassar, a gente o bota para fora.

O *Diásporas Íntimas* é um livro com o qual quis ocupar um território do afeto, quis criar uma trincheira. O livro veio antes da capa, a capa veio como um primor.

Tive dificuldade com a capa deste livro, por ser um militante, disse: “Não, o corpo de uma mulher negra exposto? Não quero essa capa”, e não quis. Mas aos poucos foram me convencendo. Uma das minhas parceiras, Fernanda Felisberto, me convenceu de que havia outra coisa: há um corpo, mas um corpo que não está à venda. Há uma nudez, mas há uma intimidade. E, por último, mas não menos importante: “Wakanda Forever”.

A infância, o afeto, a política, são também o caminhar de um militante, e por conexão, coincidência, buscando algo para vocês me conhecerem melhor, fui parar em uma defesa de um rapaz da UFBA sobre afetividade no discurso de Martin Luther King e nos contos de Lande.

Ele lembra de bell hooks, que é uma pessoa que amo, ela pontuava que a militância é só mais uma atividade humana como o amor é, como o afeto é. Não há incompatibilidade, é sobre conexão ancestral. Eu conheço 0,01% de Nietzsche, e uma das frases que mais uso é: “A arte existe para que a verdade não nos destrua”. Essa frase tem algumas importâncias grandes, digamos: uma, porque é uma compreensão genial e outra, porque eu tirei um dez em uma prova para dissertar sobre essa frase, no curso de Letras. Eu me saí muito bem e conheci essa frase lá na UFBA. E é isso mesmo, conexão de novo, isso que somos nós, isso que temos que ser: conectados. Um dos modos de a gente afro-empretecer, ou coexistir melhor com a universidade eurocêntrica, é esse afro-topos. **É fundamental a experiência do corpo, da mente e do corpo.**

MÃE
MENINAZINHA
DE OXUM



Com uma vida dedicada à preservação das tradições do candomblé, Mãe Meninazinha de Oxum fundou o Ilê Omolu Oxum, em 1968, a partir do legado deixado por sua mãe-de-santo e avó materna, Iyá Davina de Omolu. Escritora com grande experiência em cultura afro-brasileira, tem atuado em vários projetos sócio-culturais do Ilê Omolu Oxum. Por seu trabalho no campo da tradição religiosa afro-brasileira e direitos humanos, recebeu a Medalha Tiradentes, na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Lançou o seu livro biográfico com apoio da Petrobrás, História de uma Meninazinha, O Legado Ancestral e gravou o CD Cantigas para orixás. Em 2023, foi homenageada pela escola de samba Unidos da Ponte, com o enredo “Liberte Nosso Sagrado – o legado ancestral de Mãe Meninazinha de Oxum”.

NASCI E ME CRIEI no Candomblé. Minha mãe era de Nanã, teve quinze filhos, e minha avó era de Obaluaê, teve catorze filhos, aquela época, né? Minha avó veio para o Rio de Janeiro com minha mãe, grávida, mas começaram a vida para o Orixá em Salvador. Uma amiga da família na época, abriu uma casa de santo em Bento Ribeiro. Orixá determinou que minha avó fosse mãe-pequena da casa, ela aceitou, ficou lá até a sacerdotisa ir embora. Quando ela foi, ela era de Oxalá, e o esposo era de Xangô, ele era africano mesmo, o nome dele era Vicente Bankole, e ela era Isaura Alzira de Santana.

Passados dois anos, ele foi o primeiro que faleceu e depois ela também partiu. Minha avó assumiu como iyalorixá da casa, por determinação de Oxalá, e assim foi. Ela recolheu alguns yaô, e teve mais um barco depois do meu, então, ela foi embora. Ou melhor, ela está por aqui. Eles estão todos por aqui, é que a gente não vê, mas eles estão por aqui junto conosco.

Eu nasci no bairro de Ramos, íamos sempre para Mesquita e para o candomblé. Meu pai não gostava de candomblé, ele era baiano também, mas não gostava de candomblé. "Não gosto de macumba", ele dizia. Mas minha mãe podia ir, desde que ela levasse todos os filhos. Graças a Deus, ela sempre foi e nunca teve problema. Para fazer santo, ele não concordou, e ela morreu sem fazer santo.

Mas eu fiz e tenho mais uma irmã que também foi feita, era de Iansã, e tenho outra que era Ekedí, meu irmão mais velho e o mais novo eram ogãs. Meus irmãos todos eram feitos, todo mundo da macumba, como dizia meu pai. Sou muito feliz de ter Orixá e de tudo que Omolu confiou nas minhas mãos, sou muito feliz por isso. Nunca, eu digo nunca mesmo, eu vou decepcionar esses Orixás.

Dizem que vou deixar de ser de candomblé, fechar a casa. De jeito nenhum! Eu posso passar o que for, Orixá não tem nada a ver com isso. O que eu passar tenho que passar, eles dão alento, sim, vou pedir para Oxalá uma melhora, mas o que passamos de negativo, o santo não tem nada a ver. Há pessoas que saem do candomblé, porque está acontecendo determinada coisa que não podia acontecer porque é de candomblé. Há situações que acontecem com todo mundo, com quem é católico, evangélico, de candomblé. Que bom que temos o orixá para pedir um conforto, um alento, que faz esse papel, não é isso?

ENTREVISTA COM MÃE MENINAZINHA D'OXUM

MAFUANE: O grupo que nos acompanha aqui são pessoas de religiões de matriz africana, há outras que estão conhecendo agora. Alguns são do Uruguai. Foram mais de mil pessoas que se inscreveram, e a Casa Sueli Carneiro selecionou quarenta. A proposta é de que possamos compartilhar os saberes e a riquíssima experiência de história de vida que a senhora tem. A construção do museu memorial é uma experiência muito inspiradora e pode ajudar muitas pessoas de comunidades quilombolas, de comunidades de reinado. A senhora teve de buscar o sagrado. Pode detalhar sobre esse processo para que cada pessoa possa também fazer em relação à culinária, educação, a todo esse patrimônio que temos no Brasil e ainda é contado a partir da perspectiva de pessoas racistas, preconceituosas?

Vejo a capa do seu memorial¹ Ilê Omolu Oxum, é muito bonito. A senhora começa falando do banco da sua avó. Gostaria de poder ouvir sobre isso.

MÃE MENINAZINHA D'OXUM No dia do aniversário da minha avó, 15 de agosto, ela ganhou um banco de um ogã da casa. Esse presente foi usado e depois que ela se foi, esse banco ficava indo de um lugar para outro. Então, eu disse: "Isso não pode ser assim, esse banco pertenceu a minha avó, ele é uma relíquia, tem que fazer alguma coisa", mas eu não sabia por onde começar. Falei com a ekedi e com o ogã: "Gente, quero fazer um museu para botar aquele banco que era da minha avó e não ficar ali para as pessoas ficarem sentando, está ali e é uma relíquia".

A partir desse banco, eu vi que não sabia que o acervo era tão grande. Tinha muita coisa, e eu não sabia. Mas que bom que descobri através do banco, ele está ali, bonitinho. Assim, tudo que era dela a gente tinha que guardar, virou lembrança. Também há objetos que ela usou: fros de conta, uma peça que era do Omolu, que também está no memorial, assim como o xaxará, que, para mim, como disse à princípio, é muito rico.

Alguns objetos que eram da minha avó vieram de Mesquita, objetos que vieram da África para Mesquita e estão aqui no nosso memorial. Eu sou muito feliz, graças a Deus!

Esse objeto é um aze, que Omolu usa na vestimenta dele, cobre o rosto e pertenceu ao Omolu da minha avó por muitos e muitos e muitos anos. Só do tempo que ela foi embora deve ter uns trinta anos ou mais, eu sei que esse Aze pertenceu a Ele e está no memorial. Junto ao xaxará dele.

¹ Ilê Omolu Oxum | Respeito, Igualdade e Ancestralidade

Tem um lagdibá, que era da minha avó e também está no memorial. Muitas coisas fazem parte deste acervo. Temos aqui o adjá que usamos para todas as obrigações, para reverenciar e chamar os orixás através dos cânticos. E o xerê para todas as obrigações de Xangô.

LINDINALVA Acredito que neste grupo há pessoas que trabalham com objetos materiais, em museus. E para todos nós, esse encontro com a senhora é muito especial. Peço licença para trazer uma questão com o intuito de que a senhora compartilhe conosco, se a senhora quiser, sobre o aspecto da sua subjetividade e da sua trajetória.

Quando nos conhecemos, eu tive acesso à informação de que a senhora é uma artista, uma pintora, para além de todas as competências que têm, a senhora também é uma produtora de arte. Pode falar desse aspecto? A senhora pinta, já fez exposições, tem um acervo.

MÃE MENINAZINHA D'OXUM É uma vontade desde criança, eu queria pintar, mas tinha que desenhar, e eu não sabia desenhar, mas queria pintar. Sempre diziam que eu tinha que aprender a desenhar primeiro. Gente, eu quero pintar, não é desenhar. É muito bom tudo isso. Eu aprendi a pintar tela, tecido, fiz muitas coisas em tecido, algumas telas também. Para mim, foi muito bom. Eu sempre gostei de pintar, mas achava que nunca teria a oportunidade, mas graças a Deus, não por acaso, porque nada acontece por acaso, eu consegui. Conversando com uma pessoa falando sobre arte e pintura, falei que gostava muito de pintar, e não sabia que estava conversando com um professor.

Ele disse: “A senhora pode pintar”, e eu respondi: “Como que eu vou pintar?”. Ele me ofereceu um curso e fiz, fiquei muito feliz. Eu gosto de pintar, gosto mesmo, fiz vários trabalhos. Gosto desse trabalho manual, faço trabalho em garrafas, latas, tudo que tiver na minha frente e eu vejo que é importante: “Não jogue fora não que eu vou aproveitar”. Faço sempre uma brincadeira, é bom, porque me distrai também.

LINDINALVA Nós abrimos o nosso primeiro encontro do curso com a música que a Mafuane trouxe, de um jovem compositor, cantor, artista, porque ele é multiartista também, professor, intelectual, é um Tata de um terreiro-angola da Bahia, de Mãe Zulmira de Zumbá, talvez a senhora conheça.

Esse rapaz se chama Tiganá Santana. Ele foi nosso especialista na primeira etapa desse mesmo curso no mesmo módulo de temporalidade. No primeiro álbum, a mametu dele, Mãe Zulmira, o abençoa e diz que “Oxum é a mãe da música e mãe da arte”.

Algumas pessoas até sabem, vou pedir agô à senhora para falar isso, porque sou uma mais nova, é muito comum na minha casa, e em outras casas, as pessoas se referirem à Oxum como a arquiteta do universo, uma artista. A senhora atribui essa sua capacidade e competência sua à Oxum? Quando conversamos, a senhora me falou coisas que me marcaram, das quais me lembro até hoje. O seu terreiro estava em obras, e a senhora disse: “Não repare, aqui está em obras, mas eu gosto muito de obras”.

MÃE MENINAZINHA D'OXUM Eu gosto muito de obras. “Mas, mãe, o que mais a senhora vai fazer?”. Gente, me deixa fazer minha obra! Eu gosto, agora estou meio parada, porque o terreno é pequeno e fica sem ter o que fazer, mas eu gosto muito, se eu tiver a oportunidade e eu achar que precisa, eu faço. No barracão, eu não mexo, mas para lá, se eu achar que precisa de mudança, eu faço. Não sei porque, mas eu gosto muito desse movimento. É o resultado. Quebra, suja tudo, mas o resultado é muito bom. Gosto de comprar, adoro sair para comprar seja lá o que for, ir ao supermercado, ir à loja de ferragem. Eu gosto de sair às compras. No mercadão de Madureira, sou até conhecida, eu estou lá, de vez em quando, isso é bom, não é? É o progresso. Não podemos ficar paradas, tem que ter esse movimento e eu tenho isso, graças a Deus.

LINDINALVA Sua casa mantém muito isso de fazer que os terreiros de candomblé sempre fizeram. Eu digo manter muito, porque o tempo vai trazendo mudanças, outras formas de fazer e é por isso que dizemos que alguns lugares são tradicionais nesse sentido, porque preservam muitos fazeres que já vem de muito tempo sendo repetidos. Eu lembro quando te vi lá, na festa de Oxum. Na festa que fui, teve um samba depois, isso é muito comum na Bahia também, falo daqui, porque é onde conheço. Eu fiquei muito feliz, porque é muito parecido, aquele momento de conagração, aquele que as casas de candomblé, como a da senhora, e a de tantas outras que temos no Brasil afora, preservam. É o momento do acolhimento, da transmissão do saber e, principalmente, da transmissão da alegria, que é algo que cada vez mais o nosso povo tem se distanciado. Temos ouvido tantas notícias de morte, violência, falta de acesso. Pode falar um pouco sobre isso e sobre o papel da sua liderança e da sua casa também como espaço de um fazer político? Os cursos que a casa promove, as campanhas, as palestras que acontecem, tudo isso são fazeres que sua casa preserva e colocam em uma agenda de formação política para

o nosso povo. O terreiro da senhora está na Baixada Fluminense, que é uma área de concentração dos adeptos da religião de matrizes africanas, eu queria que a senhora comentasse um pouco sobre isso.

MAFUANE Eu gostaria que a senhora falasse um pouco da importância do seu terreiro, da centralidade que vem também da sua avó, e do movimento que cada casa tem de cuidar do seu sagrado e do seu espaço. A senhora foi falando dos objetos que são sagrados, e são de origem africana, que já tinha e herdou da sua avó. Hoje, muitos têm tentado buscar de fora, porém a senhora já tinha esse patrimônio.

Qual a responsabilidade dessas ligações? Se puder falar sobre, para nós seria de grande valia. Muito obrigada!

MÃE MENINAZINHA D'OXUM Realmente, algumas coisas que chegaram para mim vieram, sim, da África para Mesquita, onde fiz santo e onde minha avó era iyalorixá. De lá, infelizmente, a casa acabou, então, alguns assentamentos de orixá, ferramentas, vieram todos para a nossa casa e estão aqui. Nós temos que ter cuidado com o sagrado, pois todas essas peças são sagradas. E, principalmente, cuidado com os orixás e com os assentamentos, com os quartos dos santos. Limpeza é primordial, é cuidado.

A gente sabe cuidar de Orixá, aprendemos, e ainda estou aprendendo, eu não sei tudo. Conforme vamos vivendo, vamos aprendendo. O cuidado com o Orixá é esse: vamos no quarto, tem as ekedis, as mais velhas para fazer osé, a limpeza.

Tanto os assentamentos quanto os quartos têm que estar limpos. É a casa do Orixá, precisa ser feito conforme a nossa casa, estar limpo, arrumadinho, com um cheirinho, porque Oxum gosta de perfume. Ela gosta de um cheirinho, a gente coloca um cheirinho no quarto e até no barracão também. Só não boto por causa de Omolu, porque ele não é muito chegado. Mas o barracão e o quarto de santo têm que estar limpos e perfumados. Gostamos de limpeza e Orixá também.

O samba é maravilhoso. Eu já nem participo mais, porque estou cansada. Eu subo e vou me deitar, não querem nem saber se preciso dormir ou não, eles fazem o samba deles e não me incomodam. O samba faz parte e sempre fez, desde muitos anos, não é de agora.

Onde fiz santo era assim: acabava o candomblé e tinha o samba de roda. Na época, Mesquita era muito longe, hoje já se tornou perto, porque tem muitas conduções. As pessoas iam e ficavam dois, três dias. Também vinham da Bahia, conheci muitas baianas de orixá dentro da casa

de Mesquita e elas ficavam lá. O samba comendo e nessa história, tinham levado uma galinha para fazer escaldado. Saíam e iam para a cachoeira, tinha uma cachoeira em Mesquita que era uma maravilha, mas hoje não tem mais. Quando voltavam, tinha samba. Era festa quase a semana inteira, era muito bom. Tenho boas lembranças da casa, da vida, e do candomblé. Conheci muita gente dentro do candomblé.

LINDINALVA A senhora tem um livro traduzido sobre as cartas de sua avó, que ela trocou com outras iyás da Bahia, do Rio. Se puder falar um pouco sobre isso, sobretudo, porque aqui temos muitos projetos de pessoas que fazem parte desse curso em torno da memória.

Muitos dos projetos estão falando sobre memórias de mulheres negras, de suas mães, avós, da mesma forma como a senhora não só fez a vida inteira, como edifício com a preservação do terreiro que é memória. Se puder falar sobre essa importância, do tempo que a senhora tem alimentado essa memória desde sua infância e hoje compartilha conosco através do memorial, do livro que escreveu, através do trabalho que desenvolve. Muitas de nós estamos trabalhando com essas memórias, das nossas avós, das nossas mães, que são caras para nós.

MÃE MENINAZINHA D'OXUM Eu e outros Yalorixás e babalorixás devemos conservar essas memórias. Porque tem muita novidade, então, nós temos o dever de manter as memórias e conservá-las para mostrar ao povo o que é o candomblé, essa religião linda.

Pode parecer egoísta, mas eu acho o candomblé a religião mais bonita, respeitando o catolicismo, os evangélicos, todas as religiões, mas o candomblé para mim é muito lindo.

No candomblé, nossos pais e nossas mães nos abraçam, eles não ficam de lá e nós daqui. Eles vêm, nos abraçam, nos acalentam, passam a mão no nosso rosto, na nossa cabeça, estão junto com a gente. Não vou dizer que é a melhor, mas para mim é a minha religião, a nossa, não desmerecendo as outras.

Respeito todas, se eu tiver que ir à missa, eu vou. Tenho uma sobrinha que é pastora, quando ela se formou, eu fui, não tenho nada contra, já fui à casamento em igreja evangélica. Tem que ter respeito, acima de tudo.

Respeito está acima do amor, amor sem respeito não existe. Eu respeito todas as outras religiões, porque todas existem, temos Olorun, que é o mesmo Deus, Alá. É o mesmo.

LINDINALVA Maravilhosa, mãe. Não é à toa que a senhora é uma das maiores lideranças do país contra o ódio, a intolerância e o racismo religioso. Integra várias redes, como a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro) e a Rede Nacional de Saúde dos Povos de Terreiro.

Agradecemos muito, primeiro à Olorun e à senhora, por essa possibilidade de estarmos aqui hoje.

MÃE MENINAZINHA D'OXUM Tem gente que fala que é tolerância, mas não é tolerância, é respeito. Não vamos tolerar nada, tem que respeitar. Eu também não vou tolerar o outro, tenho que respeitar.

Essa história de intolerância eu não gosto, mas falam intolerância, né? Uma vez eu estava tomando banho e as meninas estavam na porta, três ou quarto, daqui a pouco entram no barracão adentro, que susto eu tomei. “Mãe, o crente está entrando aqui e disse que vai tirar o demônio”, aí, menina, não prestou não!

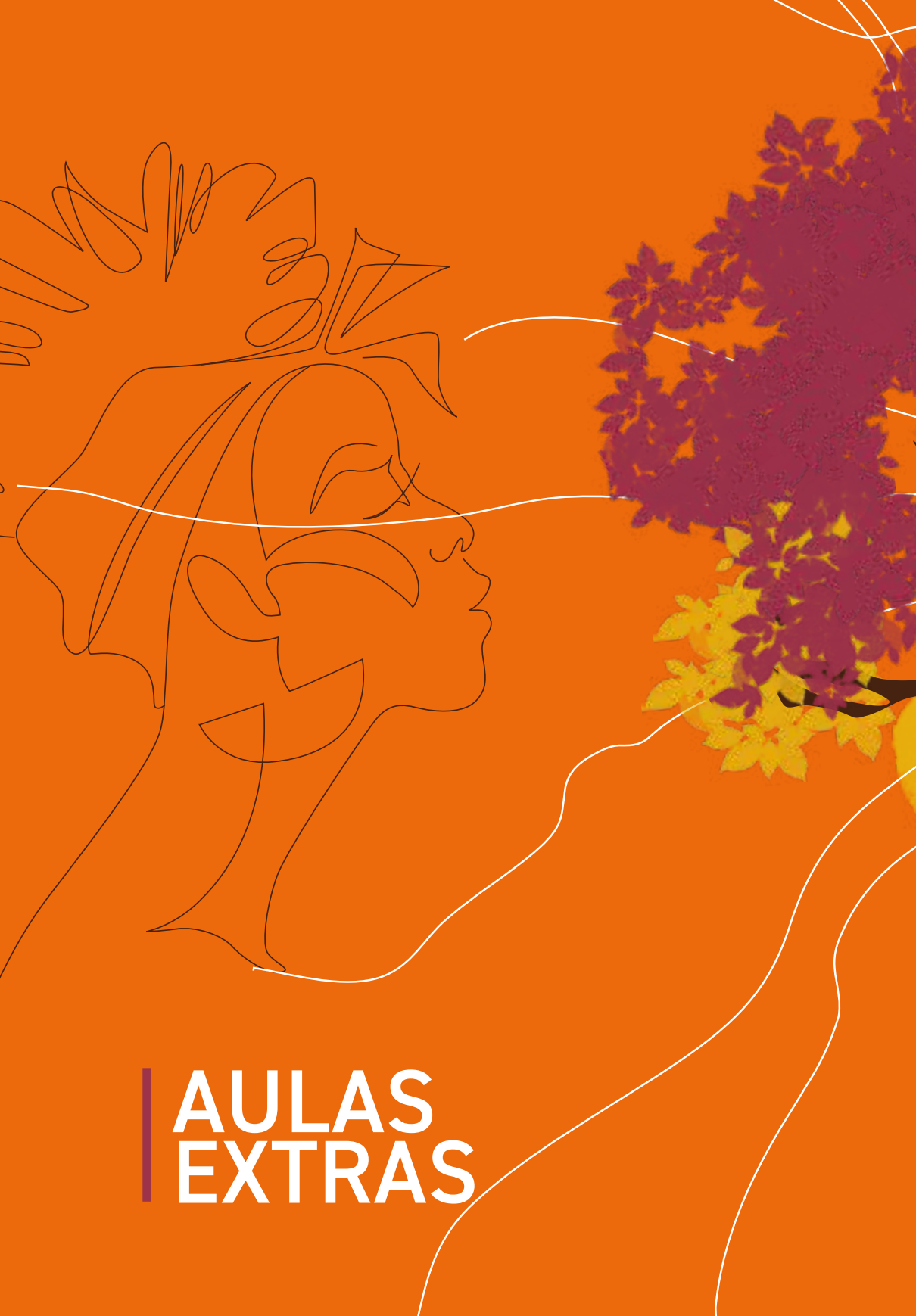
Eu cheguei até o portão: “Moço, qual foi o demônio que o senhor botou aqui e quer tirar? Se o senhor botar o pé aqui vai conhecer essa neguinha que está aqui”, ele não entrou. Ficou com medo do que falei, um negrão grande. Eu o desafiei, e ele foi embora me xingando, falando um monte de coisa, houve uma repercussão grande, muita gente tomou conhecimento, até no programa da Rádio Tupi ouvi falar sobre isso, nos jornais. Não sei quem fez todo esse movimento.

Graças a Deus, daí para cá, não teve mais nada. Nós somos respeitados. Tem que ter respeito, nem todo mundo tem que ser de candomblé, católico ou evangélico, temos que ter direito de escolha, de professar nossa religião. Não é proibido, temos a lei do nosso lado, depois de tanta luta que nosso povo passou, muita humilhação, agressões físicas, prisões. Eu me lembro, quando garota, minha mãe e minha avó falando de fulano que foi preso. Era crime você ser de candomblé.

Mas, agradecendo a eles, hoje, podemos bater nosso tambor e tocar nosso candomblé com a porta aberta. Me lembro muitas vezes que em Mesquita, em Coelho da Rocha, no Opo Afonjá, fazíamos o candomblé na mão ou de madrugada para não chamar atenção.

Por isso que hoje não pode bater candomblé de madrugada, porque antes era de madrugada por conta do preconceito, hoje, já melhorou um pouquinho. Mas ainda tem muita coisa, não podemos parar. Enquanto Deus, Obaluaê, me der vida com saúde, eu vou lutar, nós vamos lutar, não sou eu sozinha, somos nós todos, vamos lutar, sim, porque nossa religião merece.

Foi muito sofrimento, nosso povo apanhava, polícia entrava nas casas de candomblé e umbanda com cavalo e quebrava tudo. A nossa luta não foi em vão, hoje podemos professar nossa religião, cantar e dançar. Até na rua o povo faz candomblé.



**AULAS
EXTRAS**



AULA EXTRA

LINDINALVA
BARBOSA



Omorixa Oyá e Egbon do Terreiro do Cobre; Educadora; Ativista do Movimento de Mulheres Negras; integra a Coletiva Mahin – Organização de Mulheres Negras; Pesquisadora e Mestra em Estudo de Linguagens/PPGEL/UNEB.

A IMPORTÂNCIA DOS ARQUIVOS PARA A MEMÓRIA COLETIVA

No primeiro módulo do *Fazedoras de Memórias Negras 2021*¹, tratamos de Temporalidades, Memória e Patrimônio, trabalhando, além da cronologia ocidental, cosmogonias afro-brasileiras. Há as complexas e diferentes percepções de tempo: o Cosmograma Bakongo, por exemplo, “sistematiza as temporalidades cíclicas a partir da ideia de kalunga, tais percepções serão apresentadas em diálogo com o tempo histórico e as teorias de construção e disseminação de memória”.

Essa é a ementa que tem a ver com este primeiro módulo, apresentamos e trouxemos como exemplo o cosmograma bakongo. No primeiro *Fazedoras*, trouxemos especialistas nessas cosmogonias, como Tiganá Santana, um filósofo, um intelectual, um artista e também sacerdote de um candomblé de origem banto, justamente onde conforma essas concepções africanas de matriz Banto, matriz Angola, como foi o caso, depois, do *Fazedoras 2*, professora Janja Araújo, uma mestra de capoeira, além do próprio Lande Onawale que participa desta terceira edição.

Apresento um pouco o que buscamos fazer nesse módulo 1, ou seja, as concepções relacionadas aos aspectos da afro-religiosidade e das filosofias africanas de um modo geral.

No módulo 1, tivemos Mãe Meninazinha de Oxum, que nos trouxe a experiência, a história e memória dela, desde uma criança nascida e criada em um ambiente de terreiro, passando por todo um processo de formação enquanto filha de santo. Depois, como liderança religiosa, que hoje, ao longo dos seus mais de 80 anos, se configura como uma mantenedora de cultura negra, da história e da memória do axé, sobretudo a partir do que ela desenvolve no terreiro dela com a criação e preservação do Museu Memorial Iyá Davina.

Foi um encontro de muita emoção para todas nós, pelo que me lembro desse primeiro encontro. Em seguida, tivemos o encontro com o Guilherme Dias, trazendo a experiência dele com relação às cidades e territórios de memória, ele como jornalista.

¹ Totalmente gratuita, a primeira formação *Fazedoras de Memórias Negras* aconteceu em 2021. Em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo, o ciclo tem o objetivo formativo de criar ou fortalecer capacidades e condições para registrar e disseminar a memória negra nas diversas regiões do Brasil. Disponível em: <https://casasuelicarneiro.org.br/curso/fazedoras-de-memorias-negras-2021/>.

No módulo 2, que é o módulo de arquivos, tivemos o encontro com Geovanna Perez, um encontro, que, infelizmente, não participei. Na aula seguinte, do Dom Filó, eu pude sentir e perceber o que foi a aula dela, principalmente, no que se refere a um dos módulos que eu mais gosto, o de arquivos, porque traz a experiência e o conhecimento de especialistas, pessoas, fazedores, que trabalham com a materialidade da memória. Isso é algo que, para nós que estamos aqui, é muito importante. Nos dá ferramentas para como manter nossos memoriais, como registrar, preservar, descobrir e buscar os arquivos que temos de família, as fotografias, os bilhetinhos.

Quando fiz, como aluna, o Fazedoras 1, não imaginei que esse módulo mexeria tanto comigo e me dissesse tanta coisa. Me lembro muito de Marta Rosa e Aparecida, de Minas Gerais, duas professoras, doutoras, que trabalham na universidade com esse conteúdo e com essa matéria, também ativistas do Movimento Negro de longa data e, por isso, elas, automaticamente, se debruçaram em torno da preservação e memória dele a partir da década de 1970.

Falo do Fazedoras 1 para tentar articular com o Fazedoras 3, porque o *Fazedoras de Memórias* é um curso que tem uma linha curricular que obedece aos campos de interesse na discussão, preservação e difusão da memória. Foi muito bacana ter feito esse curso, no módulo de Arquivo, Organização e Pesquisa. Embora eu não tenha feito a aula da Geovanna, podemos retomar.

Na aula de Dom Filó, pudemos fazer uma retomada e vi que muitas pessoas ficaram emocionadas e tocadas como eu fiquei, encontraram fios de ligação com os próprios projetos. Muitas falas foram no sentido de retomar seus arquivos familiares, que é algo importante e fundamental para a gente.

Eu também tenho um projeto nesse sentido, porque tenho minha mãe ainda aqui, que mesmo com a memória fragmentada, consegue dividir comigo muitas passagens fundamentais da minha vida e da minha ancestralidade. Só agora que voltei a morar com ela, a partir da pandemia e com certa caminhada, me deparo com essas histórias familiares que respondem muito das minhas questões sobre minha existência enquanto uma mulher negra, nordestina, de periferia, que tem um lastro de historicidade relacionado ao processo escravista, que hoje é ativista antirracista, do movimento de mulheres negras.

Finalizamos com a presença magnânima do Dom Filó, que contextualiza todo um empreendimento do Movimento Negro, mas não só, a faz também a partir da experiência e da agência do Cultne, esse

lugar de guardar memória de todo um tempo de um Movimento Negro contemporâneo, a partir da década de 1970. Toda essa cadeia da ação do Movimento Negro se dá em diálogo e em continuidade ao processo de luta, de enfrentamento ao racismo, à escravidão, ao colonialismo. Todo o processo que nosso povo negro e indígena construiu, de enfrentamento a esses mecanismos de opressão que perduram até hoje, estão conectados.

Quando se faz o registro dos bailes blacks no Rio de Janeiro na década de 1970 e 1980, se documenta uma continuidade do que foi a agência dos terreiros, dos sambas de dentro das matas, e Dom Filó nos trouxe muita esperança de que alcançamos vitórias importantes, sobretudo na área da comunicação, do registro, porque foi uma ideia na cabeça de alguns jovens negros daquele período, que garantiram que iriam gravar tudo e registrar tudo, e lá eles não tinham um terço do que temos hoje, a nível de recurso tecnológico, já que não tinha celular e máquina não era algo fácil. E ele falou isso, que foi simplesmente uma ideia de guardar, registrar, de fazer e guardar o que estava sendo feito, e a articulação com outros movimentos que estavam acontecendo na diáspora.

O módulo de arquivos dá materialidade sobre o modo de fazer e a importância de fazer memória, independentemente das dificuldades que tenhamos. Hoje, por exemplo, temos editais. A partir do governo democrático do início dos anos 2000, conseguimos estabelecer que cultura é responsabilidade do Estado, e isso gerou alguns avanços: no ministério de Gilberto Gil, tínhamos alguns editais específicos para nos ensinar a disputar nos editais, havia políticas específicas para isso e estamos retomando.

Estou ouvindo aqui em Salvador, na Bahia, várias lives, encontros, cursos, de como concorrer a editais Paulo Gustavo e Aldir Blanc. Isso é uma conquista primeiramente nossa, mas também uma grande oportunidade para fazermos os nossos registros, para possibilitar aos terreiros de candomblé que estão no interior fazerem seus registros, os grupos de Moçambique, Rosários e toda essa profusão de organização que temos em torno da cultura afro-indígena. Tudo isso só é possível por experiências, agências, atitudes que Dom Filó e seus companheiros e companheiras tiveram ainda na juventude, que estão dando frutos hoje.

Esse texto é uma forma que eu e Mafuane combinamos de compartilhar nossas próprias experiências de escrevintes. Eu me lembrei de uma experiência que tive e trouxe em forma de carta, vou tentar simplificar e depois compartilhar um trecho desse material que foi produzido em 2017, olha Exu aí:

Ele matou um pássaro ontem com uma pedra que só atirou hoje, né?

Isso é um princípio filosófico profundo, que precisamos de tempo e muita paciência para acessar. Eu trago esse compartilhamento para pensarmos. O que é interessante é que muito do que experimentei nesse material e que pensei em trazer para vocês, vocês já falaram: sobre os modos de escrever em um processo como esse que vivemos.

Trago um trecho do artigo “Pequenas notas sobre aulas em sociopoética”, feito por mim. Destaquei um pedaço do arquivo onde justamente falo desse encontro com Dinho do Acervo da Laje, foi algo que aconteceu em 2017. Em 2021, estive com Dinho na aula e pude compartilhar as minhas impressões com ele e com minhas colegas. Essa é a segunda parte do texto “Dinho do Acervo da Laje - um intelectual público (ou de como eu o vi: o mago do subúrbio)”. Um intelectual público, porque faz parte da nossa sociopoética, essa designação, “intelectual público” é como vejo o Dinho e tantos outros. Eu começo assim:

O objetivo desse excerto é justamente mostrar para vocês como fiz esse texto: a partir das minhas impressões, dialogando com a fala dele, em alguns momentos, falamos da importância de anotar. Realmente, quando a gente anota, temos o material, porque aqui temos essa questão: não podemos disponibilizar as gravações, elas só vão sair depois. Mas eu fiz um material, um texto, a partir de todas as coisas que anotei, porque se agora eu ainda estou uma pessoa com tanta resistência, por exemplo, às tecnologias, imagina em 2017. Anotar é muito válido e não tem nada a ver com a idade, viu, gente? Tem a ver com as percepções, as vontades, as não-habilidades ou outras habilidades que a pessoa tem. Eu acho que anotar as coisas que nos tocaram, não só no papel, mas sobretudo nos nossos corações e nas nossas memórias é muito importante, porque é disso que se fala aqui, de como aquelas falas, experiências e as trocas vão nos impactando. As trocas são fundamentais, as trocas que temos aqui não tem preço mesmo, porque são justamente a disposição que temos de constituir aquilombamento e acho que é disso que estamos falando aqui.

Esse texto não termina aí, mas a parte que me refiro a toda experiência que tive com a presença de Dinho está neste trecho. Trago uma recomendação da professora Tânia, uma professora boa que nos ajudou muito a pensar sobre sociopoética, ela trazia café, doces, falava sobre nós, é muito parecido com o que fazemos aqui no Fazedoras.

A terceira edição desse curso está mais forte, é como se essa experiência do Fazedoras de Memória fosse criando um limo que vai se firmando mais, mais coeso, mais aquilombado. A professora falou uma vez em uma das aulas finais: “Sejam autores de narrativas sobre sua vida, que importem”, e eu registrei. Reproduzo a recomendação que ela fez e trago para a gente. Nós estamos fazendo isso aqui o tempo todo, juntamente aos especialistas, chamamos assim, porque são pessoas que estão naquele lugar fazendo essas coisas há muito tempo e vêm, generosamente, compartilhar conosco, mas todos nós somos especialistas naquilo que fazemos. Trago essa frase para que isso possa nos animar a escrever, ou performar nossos textos e nossas narrativas.

AULA EXTRA

MAFUANE
DE OLIVEIRA



Pesquisadora, educadora, contadora de histórias e mestre pelo Instituto de Artes da UNESP. É criadora da Cia Chaveiroeiro, projeto de narração de histórias e formação de professores, voltada à pesquisa e difusão de narrativas tradicionais africanas e afro-luso-ameríndias. A convite das embaixadas do Brasil em Moçambique e São Tomé e Príncipe, ministrou em ambos países cursos sobre mediação de leitura e narração de histórias para professores da educação básica e jovens artistas. Atualmente é apresentadora na TV Rá Tim Bum, consultora de projetos culturais relacionados à oralidade, literatura, arte e educação étnico-racial.

REFLEXÕES SOBRE VALORES AFRO-BRASILEIROS E MEMÓRIA COLETIVA

O trabalho que desenvolvi nos últimos três anos está muito ancorado não só no Fazedoras, mas, sobretudo, no que discutimos sobre território, narrativa, corpo e oralidade. **A escuta também é metodologia de aprendizagem, quem participa de comunidade tradicional, comunidades de religiões de matriz africana e afro-brasileira tem na escuta e na oralidade um fundamento.**

Um pouco do que eu trouxe no trabalho partiu da professora Azoilda Trindade: os valores civilizatórios afro-brasileiros. Quem transita pelo mundo da educação já deve ter visto a mandala que vai falar desses valores civilizatórios. Há um material que se chama *A cor da cultura*¹, que fala desse território de conhecimento.

No pensamento da nossa mestra Sueli Carneiro e da nossa mais velha Lindinalva Barbosa, o aquilombamento virtual foi fundamentado em valores civilizatórios. Eu adoro quando as pessoas mais velhas vêm no Fazedoras, porque eu posso até ter lido, mas a Lindinalva estava lá na passeata com os manifestantes quando o negócio estava acontecendo. É responsabilidade, mas é também o conhecimento de quem produz, sistematiza, e é testemunha, não é de quem ouviu falar, mas de quem participou, fez acontecer e construiu.

É muita honra estar com a Lindinalva, ouvi-la conversando, porque ela nos ensina como chegar, como conversar, quais são as palavras. Tem essa questão dos valores civilizatórios afro-brasileiros que a gente sistematiza para a educação, mas tem aquela coisa que é da prática, e que vemos na postura das nossas mais velhas, como na Lindinalva.

Falando sobre fragmentar os conhecimentos, na academia, nós tentamos, de forma decolonial, fugir de algumas coisas para não deslegitimar nossos afetos e nossa criatividade, mas temos um sistema e queremos ser legitimadas por ele. Por mais que tenham coisas que para nós pareçam dispensáveis, tem algumas regras que precisamos seguir, o mestrado e o doutorado pedem isso.

No processo dessa pesquisa que se conecta com território e narrativa, eu fui tentando fazer as duas coisas. O nome da minha

¹ <https://saberesepraticas.cenpec.org.br/>

pesquisa é *Oralitys Amefricanas*, a qual começou com o subtítulo: “Ancestralidades, saberes e práticas” e acabou com “Oralitys Amefricanas: poéticas afro-brasileiras para contar histórias”. Já na introdução, a primeira coisa que trago não se chamava introdução, não estava nem enumerado, e, a partir de alguns apontamentos da banca, destacou-se a apresentação. Na dissertação, não pode ter apresentação, a regra é ir direto para a introdução.

O meu trabalho tinha uma apresentação, mas as regras da ABNT não permitiam que tivesse uma. Há mais outras regras e é por isso que temos tanto medo de escrever. Há muita gente que está dentro das regras, sabe fazer espaçamento 1,5, sabe fazer o recuo para o lado direito, mas às vezes não tem conteúdo, equipamento e os afetos que tecemos aqui. O conteúdo e o que tecemos enquanto afeto, para mim, são mais importantes do que essas sistematizações e regras.

Na minha qualificação, eu fui muito acolhida, mas fui recebendo algumas críticas, porque a pesquisa falava de educação, de performance e de pesquisas que fiz para a Unesp, tinha gráficos e tabelas da geografia da cidade. E eu ouvi da banca: “Nossa, mas sobre o que é essa pesquisa? Ou você vai falar de educação e de literatura, ou você vai falar de história, ou de escola, porque assim está muito embolado”. Eu, em vez de arrumar isso conforme sugeriram, resolvi escrever isso na apresentação, dizendo: “Recebi muitas sugestões e fiquei muito angustiada, porque não sei qual é a função do texto em uma pesquisa que é sobre oralidade. Como vou colocar a energia da voz no aprendizado e das pessoas que eu encontro? Como coloco a força dessa voz no papel?”.

Fui fazendo esses questionamentos e quem me deu essa resposta foi a Sueli Carneiro e a Bianca Santana para pensar em biopoder e na escrita de mulheres negras, na escrita em primeira pessoa como fonte de conhecimento e a partir da nossa experiência irmos denunciando a violência nos nossos espaços, onde estão os saberes e conhecimentos negros, e onde está também a emancipação e a resistência.

Se ainda estamos sendo oprimidos e ainda não desaparecemos, é porque existe resistência, e isso se liga à fala da Cláudia: onde está? Por que ainda não conseguiram dizimar a gente? Ela fala sobre o sentido de mundo que vai se relacionar com pensadores latino-americanos e com Paulo Freire. Ela está produzindo um conhecimento na Nigéria, que está pautado também nas epistemologias de Oxum, que se liga à Carla Akotirene.

É também pensando na questão da arte que irá trazer uma reflexão: enquanto o ocidente quer ver para crer e ter o registro, outras culturas privilegiam outros sentidos, inclusive os invisíveis como sendo um sulcador, e aí não uso mais o “norte”. Ela vai falar sobre o sentido do mundo, e na minha apresentação falo sobre isso.

Em uma aula do Fazedoras sobre produção de texto, fiz uma leitura trazendo a bell hooks para falar que escrevendo certo ou errado ainda teremos nossos conhecimentos deslegitimados. Quando as pessoas falam, elas defendem as coisas e “nossa, que pesquisa incrível”. Se eu mesma for falar sobre meu trabalho em primeira pessoa, pode ser que a pesquisa não seja vista como tão incrível assim.

Dizendo isso, peço licença às mais velhas: se hoje eu tenho a possibilidade de fazer um trabalho a partir da minha vivência e dos meus sentimentos, tendo, de fato, a alegria como fundamento, é porque antes de mim, a Lindinalva teve que realmente seguir as regras da ABNT, a Sueli Carneiro cortou um dobrado na faculdade de filosofia para defender o doutorado dela, a Bianca Santana também precisou, e tantas de vocês que já estão aqui e possuem títulos precisaram fazer esse movimento para abrir espaço para que essas novas gerações pudessem propor outras coisas.

Falo da formatação da ABNT, dessas dificuldades, sobre o sentido do texto em uma pesquisa sobre performance e trago a Rosana Paulino. Quem não a conhece, conheçam. Ela tem uma tese de doutorado defendida no começo dos anos 2000. É a primeira pessoa que vai falar do texto de um artista, questionando a produção de conhecimento na área das artes de uma forma que é tão legítima quanto nas outras áreas do conhecimento. É a sistematização que vai se dar de maneira diferente, porque ao artista é cobrado um texto, muito bem escrito, muito bem elaborado e com várias referências, e é cobrado também uma performance. Para que a gente possa, de fato, construir esse conhecimento, precisaríamos de um tempo duplo, oito anos para conseguir produzir um texto que seja consistente e, ainda, uma obra artística, como é o caso das artes visuais.

Me parece muito injusto o que é cobrado do artista; é preciso deixar a arte para construir o texto. A Rosana vai defender a produção artística e a performance como sendo o produto da tese ou dissertação, e o texto é complementar. Na introdução, eu falo sobre isso e peço licença para fazer do meu jeito. Tem muitas coisas que só ouvi dos mestres com os tambores de hoje e também desde 2021 na Casa Sueli Carneiro, no *Fazedoras de Memória*.

“Viagens metafóricas” foi como chamei aquilo que aprendi lendo, também aprendi com outras viagens, que são físicas e se dão através desses contatos, da temporalidade que está pela voz, pelo canto. Quem quiser pensar na voz, no canto, no corpo como território epistemológico, volta lá no *Fazedoras de Memória* com a Fabiana Cozza, ela falou sobre isso, nos propõe alguns exercícios, e fala que quando cantamos, independente de sermos cantores profissionais ou não, na cultura afro-diaspórica, o canto nos conecta e nos ancora com o modo de fazer que é sagrado, e nos liga com o campo do visível e do invisível. Então, tudo que tem a ver com voz e com coisas que eu escutei, no meu texto está marcado de azul e não em preto, como pede a ABNT. Não é muito comum usar duas cores em dissertação, eu marquei dessa maneira.

Colocamos no papel justamente o som dos tambores, a voz, as intervenções, que não são para marcar, por exemplo, o sotaque – como acontece, muitas vezes, em show de *stand up*, comédia, a zoeira com a forma de fala do baiano e do mineiro. Eu evoco alguns desses falares quando conto as histórias. Não para reforçar um estereótipo linguístico, mas para evocar um jeito de falar que era da minha avó. Tem algumas palavras, quando estou nessa narração, em que eu não estou interpretando o personagem, mas estou evocando essas palavras, na perspectiva do que a Lélia deixa para a gente, o português.

O futuro da língua portuguesa será cada vez mais portuguesa, não só porque no Brasil temos uma população majoritariamente negra, e nosso português é tão diferente do que é falado em Portugal, mas também porque nós seguimos uma gramática africana e temos muitas palavras africanas e indígenas. As línguas africanas trazem a rítmica, os países africanos que tem o Português como língua oficial têm seus próprios falares e palavras compartilhadas conosco.

Não à toa que em Portugal estava sendo proibido que no Youtube Kids tivessem vídeos brasileiros. As crianças portuguesas estavam falando com sotaque brasileiro. Eles ficaram muito bravos e teve uma liminar para proibir conteúdos brasileiros. Felipe Neto dominando os desenhos, dominando Portugal, e eles falando como nós... O futuro da língua portuguesa nos pertence e, de fato, ela será cada vez mais portuguesa.

A partir disso vou pensando também nas oralituras. Alguns pensadores foram trazendo para nossas aulas não um enredo, mas um tipo de história que está dentro da tradição oral, justamente a performance da oralidade, onde os corpos, os cantos, tudo isso, faz parte

dessa tradição oral, e assim como a literatura tem vários gêneros – poesia, prosa –, dentro dos contos, temos contos de encantamento.

Defendo, junto a outros pensadores, não só a Professora Leda Maria Martins, mas também outros pensadores nas Antilhas, as oralituras como formas de pautar esse falar nas Américas, um falar que é diaspórico. Temos esse movimento do pretuguês no Brasil, mas nas Antilhas os escritores vão evocar uma forma negra de falar em contraponto ao francês, como resistência a essa dominação e pensando também a partir das cantigas.

As oralituras também terão essas divisões, assim como a literatura. Aqui no reinado, por exemplo, o que é em prosa, uma história, vai ser uma narrativa de preceito. As histórias que são ritmadas ou cantadas, ou acontecem no improviso, como acontece nos slam, são os cantos-poema, e através desses cantos-poema, ou do que podemos chamar de micro conto, vai ter a memória de histórias que são ancestrais e que estão dentro de um campo religioso, mas tem também aquelas histórias que são críticas sociais.

Temos as narrativas que são canto-poema e também as narrativas de preceito, as quais serão utilizadas em prosas. Defendi, dentro dessa narrativa de preceito, a principal performance: o mito fundante das guardas e tradições de Congo e Moçambique.

Basicamente, eu contei a história de como *Mussambe*, senhora das águas, teve uma primeira festa e ela aparece em Aruanda, ou seja, é uma história que não aconteceu no Brasil ou na África, ela aconteceu em um tempo-outro, lugar-outro, que é Aruanda. Essa senhora era feita toda de fogo e água ao mesmo tempo. Essa mulher de fogo apareceu no mar, e nessa história vamos contando como os negros conseguiram tirá-la do mar e fizeram seus tambores sagrados. Ela, com gratidão, se desfaz do fogo, volta a ser água. No lugar onde ela se desfaz em forma de água e serpente, nascem essas sementes que uso, eram chamadas de Mussambe, sementes brancas e cinzas. Com essas sementes que nascem no mato – e aqui chamamos de lágrimas de nossa senhora –, se fazem grandes colares, e com esses colares aprendem a andar embaixo da areia do fundo do mar. Com Mussambe, as pessoas aprendem a andar com mbemba, gaviões, seres mitológicos com asas, sobretudo, com esses colares, aprendem a curar o mundo.

Se pensarmos no que é o mundo e o que pode ser 300 anos, a partir do sequestro dos africanos no continente e nessa vinda forçada para as américas, isso não faz tanto tempo. Os negros estão aqui

trabalhando, sem descanso, nas senzalas e o tempo inteiro sendo explorados pelos senhores. E o que acontece é que um dia aparece, andando no meio do mar, uma senhora. Até mesmo os brancos identificam que é uma mulher especial, uma santa, e fazem uma capela, a colocam em uma capela de Ouro Preto, fazem aquela igreja bonita e a tiram do mar com instrumentos ocidentais. No dia seguinte, a santa está de novo no mar, os brancos vão de novo, colocam em uma capela e ela não fica, eles fazem isso três vezes. Um negro na senzala pede para o senhor: “eu acho que com meus companheiros a gente consegue tirá-la”, e o senhor fala: “se ela não quer vir nem com a gente que tem tudo, como vai ficar com um negro fedido que não sabe de nada?”. O negro pede para tentar e o senhor concorda, mas fala que se os negros não conseguirem tirar vão trabalhar dobrado, mas se de fato conseguirem, ganharão um dia para honrar essa senhora. E os negros vão para a macaia, floresta sagrada, e não só nas culturas africanas como em outras culturas, a floresta é um lugar da iniciação, de segredo, vão para lá e fazem os tambores como aqueles que já haviam sido feitos na Aruanda, e vão tocar para essa senhora na beira do mar, da kalunga grande, só que assim como temos várias nações no culto de candomblé, o reinado também está formado por várias nações.

São várias tradições de uma mesma matriz, que é a matriz banto. Vão os candongues na frente e tem outras tradições que vão tocar atrás para esta senhora. Ela sai do mar e se assenta no tambor maior, que é aquele que ela decide que será o pai, chamado de Santana, para agradecer. O senhor, então, deixa que eles tenham esse dia de folga para honrar Mussambe, Nossa Senhora do Rosário, e ela fica na capela que foi construída pelos negros.

Assim, temos várias igrejas do Rosário, não só na Bahia, como em Minas Gerais, que estão fundamentadas nessa história. Por isso que os dias de folga são momentos para honrar Nossa Senhora: tem comida, bebida, é coisa o tempo inteiro para honrar Mussambe, que chamamos também de Nossa Senhora do Rosário. Todos aqueles que honram o congo são chamados justamente de marinheiros, uma alusão ao mar.

A coisa mais incrível que fez eu me apaixonar por Minas Gerais, é que aqui é o lugar que mais se canta sobre mar e sobre a água, mesmo sendo um lugar que não tem praia, não tem mar.

Quando eu penso nas histórias e nos seus valores, tamanha a marca que ficou dessa travessia e daqueles que conseguiram viver mesmo sendo ela traumática, dizem que aqueles que conseguiram

fazê-la, só puderam porque foram envolvidos pelas contas do rosário e pelo colar maior, que foi essa proteção de Nossa Senhora do Rosário.

Aqui, eles só ganharam esse dia de liberdade também porque Nossa Senhora já tinha intimidade e sabia o toque certo para tirá-la das águas. Só eles, os negros, sabiam isso.

Essa foi a performance que eu defendi e nela há várias coisas que se conectam com nossa atualidade. Na primeira história que contei, a primeira festa que aconteceu em Aruanda, quem vê Nossa Senhora primeiro é uma criança e os mais velhos não acreditam que a criança viu uma pessoa, uma mulher feita de água e fogo. Um homem mais velho briga com a criança e fala que negro só fala a verdade e não pode mentir, e não escuta a criança. Depois, ele vê e descobre que a criança estava falando a verdade.

Há nisso um valor não só afro-brasileiro, mas de toda tradição oral, o valor da verdade, de não mentir. Você vai vendo as marcações dos valores, a ligação dos mais velhos com os mais novos, a relação com a marafa, uma bebida especial que pode te levar ao transe, mas te dá ânimo, alegria como fundamento de resistência.

No meio disso, todos os cantos-poema vão fazer referência a essa história, as pessoas aqui vão cantar:

*Lá do alto mar vem, vem uma luz que brilha
Lá do alto mar vem, vem uma luz que brilha
É o reflexo sagrado que alumeia o rosário de Maria, a luz que
foi vista lá no mar*

Em relação à mentira e às injustiças que os negros passaram durante a escravidão, e continuam passando, essa história vai sendo, infelizmente, reatualizada até hoje:

*Negro não matou, negro não roubou, fez nada
Negro não matou, negro não roubou, fez nada
Esse povo está me dizendo que amanhã é dia do meu zurado
Vou pedir para Nossa Senhora que ela mesmo seja minha advogada
Vou pedir para São Benedito que ele mesmo seja meu advogado*

Então, os negros não contam com a legislação. Eles não matam, não roubam, não mentem e só podem contar com a fé e com Mussambe,

ou São Benedito, o qual, nesse lugar dos cantos-poema, os encantos que dizem: São Benedito foi cozinheiro de Jesus. São Benedito é um santo negro e as pessoas dizem que segue a Igreja Católica Apostólica Africana, não é a romana, com esses fundamentos e com coisas que, muitas vezes, vamos atribuir dizendo que é sincrético, mas, na verdade, é uma africanização.

Se falamos de uma opressão, biopoder, como as pessoas resistem? “Eu reconheço o valor nisso que vocês estão falando que é eurocentrado, mas vou fazer isso aos meus moldes, a partir da minha interpretação e do meu protagonismo”. É isso que acontece, mas no meu trabalho como isso se reflete? Como isso pode se refletir nos nossos trabalhos? Por isso que escrevo “(po)éticas”, porque, a partir dessa forma e legitimidade da oralidade que se carrega no corpo, para construirmos nosso conhecimento e nossas histórias, podemos ter criatividade, podemos ter poética, mas sem esquecer da ética, sempre com muita ética.

Cada uma das memórias que vamos escrever não só para a Casa Sueli Carneiro, mas tudo que nos propormos a colocar na nossa vida enquanto fundamento, ativistas, e vejo que cada um que está aqui nesse lugar é um ativista, mesmo que você não esteja vinculado a um movimento social. Sempre falei que eu sou meu movimento. Nunca fui vinculada à nenhuma instituição em especial, mas é no propósito e no comprometimento ético que temos de ser mantenedores de memórias, tanto essas macromemórias que nos ligam com todo mundo que está aqui hoje quanto nossas memórias de vida: as memórias dessas benzedadeiras, nossas avós, nossas mães, todas essas memórias são dignas de serem registradas e pelas nossas micro histórias de vida falamos de coisas maiores.

Na minha família, demorou um século para a gente conseguir trocar a enxada como ofício, e não é um demérito pegar enxada, porque minha avó tem 97 anos e até hoje, às vezes, precisamos brigar com ela, porque ela tem um quintal e gosta de cuidar das próprias plantas. Vira e mexe ela deixa a bengala e pega a enxada, machuca o joelho. Não é mais para ela fazer isso, mas nesse ofício tem uma ligação com a terra, que é também uma relação desigual. **E, de repente, alguém poder se ausentar de pegar uma enxada e substituir por uma caneta, então, sim, vou escrever para casa, para a academia, para as crianças.** É um marco de gênero, mas também racial, não só para a minha família, mas para todos que estavam ali. Depois da defesa, eu fui recebendo várias mensagens

da minha banca de pessoas que não tenho intimidade, que me falaram: “Eu vi minha avó, minha mãe”.

A minha mãe também se formou recentemente. Então, para nós, a palavra é um valor. Porém, conhecemos a sociedade em que estamos, por isso, vamos usar as duas coisas simultaneamente, não fazer hierarquia de uma coisa pela outra, por exemplo: dar mais valor para a leitura e para aquilo que está escrito do que pelas trocas orais que nós tivemos aqui com todos esses conhecimentos que construímos. **É preciso usar a oralidade para incentivar a leitura.**

É assim que vejo a oralidade, é assim que eu vejo que ela se manifesta pelo corpo, porque a voz está dentro de um corpo, mas, sobretudo, penso que equilibrar essas duas formas de construção de saberes, é, de fato, uma forma que nós fazemos intervenções nos nossos territórios e pensando de uma maneira diferente.

A Oyèrónk’ Oyěwùmí apresenta a questão de sentido do mundo, **suleando esses conhecimentos, pensando que nosso norte pode ser o sul. Vamos, então, sulear. Se nosso norte é o sul, para a gente, o sul vai ser sempre a diáspora africana.**

SOBRE A CASA SUELI CARNEIRO

A Casa Sueli Carneiro ocupa a construção onde a ativista e pensadora Sueli Carneiro viveu por 40 anos. Foi um espaço informal para inúmeros encontros entre intelectuais e ativistas do movimento negro e do movimento de mulheres negras e abriga, agora institucionalmente, expressões e linguagens orientadas pelo legado ativista-intelectual em movimento de Sueli Carneiro.

Sueli Carneiro é símbolo, referência, liderança do feminismo e do movimento negro brasileiro. Sueli participa dos movimentos em busca de justiça social, racial e de gênero desde o final da década de 1970. Foi uma liderança importante na criação das primeiras políticas reparatórias para pessoas negras no país. Sua atuação tem sido essencial para inserir gênero e raça na agenda pública, além da formulação e implementação de ações e políticas. É uma das fundadoras de Geledés Instituto da Mulher Negra. Doutora em educação, é graduada em filosofia e tem textos publicados em português, inglês, espanhol e alemão.

A Casa Sueli Carneiro se propõe a acolher produção, ativismo e pensamento negro, ancora e sistematiza reflexões, expressões, experiência e acontecimento, ampliando a visibilidade e a abrangência



do pensamento ativista-intelectual-político negro no Brasil e suas interfaces com o pensamento nacional e internacional. A Casa Sueli Carneiro fortalece o campo do ativismo e pensamento negro no Brasil e no mundo.

Durante três anos (2021-2024) a Casa Sueli Carneiro realizou suas atividades de forma virtual, e abriu suas portas em junho de 2024. A Casa Sueli Carneiro oferece uma programação de visitas mediadas, programa de residência, rodas de conversas abertas ao público, além de pesquisas no Acervo que reúne 6.000 documentos, fotografias, recortes de jornais, cartas que contam a história do protagonismo negro nos últimos 40 anos.

A Casa Sueli Carneiro tem como propósito constituir articulação do pensamento ativista-intelectual de Sueli Carneiro em expressões e linguagens negras de continuidade de memória e resistência. E propõe fazer isso incorporando e reforçando continuamente autonomia, independência, liberdade, inovação, memória, precisão, olhar crítico, auto-referência, interdependência, intergeracionalidade, ativismo, indignação e acolhida.

APOIE A CASA SUELI CARNEIRO

Ao apoiar a Casa Sueli Carneiro, você ajuda a manter o nosso espaço físico de acolhimento, produção, ativismo e pensamento negro.

A Casa Sueli Carneiro fortalece o campo do ativismo e do pensamento negro no Brasil e no mundo, e você fortalece a Casa Sueli Carneiro. Para doações de empresas, seja apoio direto ou via de leis de incentivo, por favor, entre em contato com a gente pelo email: captacaoeparcerias@casasuelicarneiro.org.br



ESCANEE
O QR CODE E
CADASTRE-SE

CONHEÇA TAMBÉM:



BAIXE A
PUBLICAÇÃO
AQUI

INSÚMOS PARA ANCORAGEM DE MEMÓRIA NEGRA

A Casa Sueli Carneiro lançou em novembro de 2021, sua primeira publicação, derivada do curso “Fazedoras de Memória Negra”, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo e a Editora Oralituras.

A publicação reúne transcrições das aulas de Alex Ratts, Ana Flávia Magalhães Pinto, Cida Moura, Fabiana Cozza, Gabriela Leandro [Gaia], Jean Camoleze, José Eduardo Ferreira dos Santos e Tiganá Santana.

O livro, assim como o curso, está dividido em quatro eixos: temporalidades e memórias; arquivos, organização e pesquisa; corpo e oralidade; e território e narrativa.



BAIXE A
PUBLICAÇÃO
AQUI

RAÍZES E ASAS: MEMÓRIA PARA AUTONOMIA NEGRA

A Casa Sueli Carneiro lançou em junho de 2023, sua segunda publicação, derivada do curso “Fazedoras de Memória Negra”, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo e a Editora Oralituras.

A publicação reúne transcrições das aulas de Angélica Ferrarez, Aza Njeri, Flávio Gomes, Luis Ludmer, Ionara Lourenço, Paulo César Ramos, Janja Araújo, Gersonice Ekedy Sinha Azevedo Brandão, Capitã Pedrina, Diosmar Filho, Raissa Albano De Oliveira, Adélcio De Sousa Cruz. O livro, assim como o curso, está dividido em quatro eixos: temporalidades e memórias; arquivos, organização e pesquisa; corpo e oralidade; e território e narrativa.

TESSITURAS E ESTRATÉGIAS: MEMÓRIAS NEGRAS ORGANIZADAS

Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva da Casa Sueli Carneiro e não representa necessariamente a posição da FRL.

CASA SUELI CARNEIRO. Somente alguns direitos reservados. Esta obra possui a licença Creative Commons de Atribuição + Uso não comercial + Não a obras derivadas



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Tessituras e estratégias [livro eletrônico] :

memórias negras organizadas / Cláudia
Adão...[et al.] ; organização Natália Carneiro.
-- São Paulo : Casa Sueli Carneiro, 2024.
-- (Fazedoras de memórias negras ; 3)
PDF

Outros autores: Dom Filó, Geovanna Perez,
Elisabeth Belisário, Guilherme Soares Dias, Lande
Onawale, Mãe Meninazinha de Oxum.
ISBN 978-65-986418-1-8

1. Cultura afro-brasileira 2. Memórias 3. Movimento negro
4. Negros - Brasil - Identidade racial 5. Oralidade 6. Racismo
I. Adão, Cláudia. II. Filó, Dom. III. Perez, Geovanna. IV. Belisário,
Elisabeth. V. Dias, Guilherme Soares. VI. Onawale, Lande. VII. Oxum, Mãe
Meninazinha de. VIII. Carneiro, Natália. IX. Série.

25-260218

CDD-305.800981

Índices para catálogo sistemático

1. Brasil : Identidade negra : Relações raciais : Aspectos sociais 305.800981
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

CASA SUELI CARNEIRO - EXPEDIENTE 2024

DIRETORIA EXECUTIVA

Bianca Santana

Luanda Carneiro Jacoel

Natália Carneiro

CUIDADOS GERAIS

Edna Alves

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Natália Carneiro

CONSELHO CONSULTIVO

Alex Ratts, Ana Flávia Magalhães Pinto,

Cidinha da Silva, Débora Dias,

Gabriela Leandro Pereira - Gaia, Gilberto

Costa, Heloisa Pires de Lima, Luciana

Cesar Guimarães, Solimar Carneiro

ASSISTÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Isabela dos Santos Costa Alves

DESIGNER

Erik Allan

CONSELHO FISCAL

Vitoria Moraes

Giovanni Harvey

Vânia Narciso

COORDENAÇÃO DE INCIDÊNCIA

Natalia Neris

ASSESSORIA DE SUSTENTABILIDADE

Ana Letícia

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO

PESQUISA

Taina Silva Santos

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA E

FINANCEIRA

Danilo Machado

COORDENAÇÃO DO ACERVO

Ionara Lourenço

GERÊNCIA OPERACIONAL E PROJETOS

Maitê Freitas

COORDENAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO

Luanda Carneiro

PRODUÇÃO

Sheilla Lioneli

ZELADORIA

Antonicelmo Carneiro





